

Propagare, Guarapuava, v.1, n.2, julho/dezembro, 2011.
ISSN 2178-2768



Revista Científica da Faculdade Campo Real

• Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos
ISPAE 


FACULDADE
CAMPO REAL
EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

PROPAGARE: revista científica da Faculdade Campo Real / Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos (ISPAE). -- v.1, n.1, (jan./jul. 2011). Guarapuava: ISPAE, 2011.

v.1, n.2, julho/dezembro 2011
Semestral
ISSN 2178-2768

1. Pesquisa – Periódicos. 2. Ciências – Periódicos. 3. Pesquisa e Extensão – Periódicos. I. Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos (ISPAE). II. Faculdade Campo Real. III. Título.

CDD 300

Catálogo na Fonte: Regiane de Souza Martins (CRB9/1372).

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade dos seus respectivos autores, e expressam as ideias pessoais dos mesmos. As opiniões nela contidas, não representam necessariamente a visão do ISPAE ou da Faculdade Campo Real.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

© **PROPAGARE: Revista Científica da Faculdade Campo Real**

A Revista PROPAGARE é uma publicação semestral do Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos (ISPAE) e da Faculdade Campo Real, criada em 2010 e dirigida à comunidade científica.

INSTITUIÇÃO
Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos (ISPAE)
Faculdade Campo Real

DIREÇÃO GERAL INSTITUCIONAL
Edson Aires da Silva

EDITORA PROPAGARE
Regiane de Souza Martins

COMISSÃO EDITORIAL CIENTÍFICA PROPAGARE

Dr. Candido Simões Pires Neto – Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UNIGUIAÇU)
Dr. Carlos Roberto Alves – Faculdades Guarapuava
Dr. Clèmerson Merlin Clève – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Dr. Cyro Alves Borges Junior – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Dr. Wilson Ramos Filho – Faculdade São Luís do Maranhão
Dra. Cláudia Cabral Rezende – Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)
Dra. Fabiane Fortes – Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV)
Dra. Maria Inês Tomaél, Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Dra. Sílvia Gomes Bento de Mello – Faculdade Campo Real
M.e Maurício Marques Canto Junior – Faculdades do Centro do Paraná (UCP)

REVISORES CIENTÍFICOS AD HOC

Dr. Alcimar das Chagas Ribeiro, Doutor em Engenharia de Produção
Dr. Erika Viviane Costa Vieira, Doutora em Literatura Comparada
Dr. Juliano Cordeiro, Doutor em Ciências Florestais
Dra. Sonia Merith Claras, Doutora em Estudos da Linguagem
Dra. Vanda Marilza de Carvalho, Doutora em Agronomia
Ma. Kátia Pereira de Borba, Mestre em Enfermagem em Saúde Pública
Ma. Renata Leia Demário Vieira, Mestre em Nutrição e Dietética
M.e Huilquer Francisco Vogel, Doutorando em Ciências Ambientais
M.e Maurício Marques Canto Junior, Mestre em Direito

NORMALIZAÇÃO

Regiane de Souza Martins, Bacharel em Biblioteconomia, Especialista MBA em Administração Executiva

REVISÃO ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL

Adriana Dalla Vecchia, Mestranda em Letras

DIAGRAMAÇÃO

Robinson Medeiros, Bacharel em Publicidade e Propaganda, Especialista MBA em Administração Executiva.

NORMAS PROPAGARE E INSTRUÇÕES EDITORIAIS AOS AUTORES

Normas PROPAGARE ao final de cada número e concessão de direitos autorais em Anexo A.

SUBMISSÃO DE ARTIGOS

A Revista PROPAGARE aceita para publicação textos inéditos e de Anais de Congresso, de autores nacionais ou estrangeiros. Aceita também resenhas de livros de publicação recente, artigos originais, revisões e notas científicas em todas as áreas. Os artigos encaminhados à Revista PROPAGARE não devem ser submetidos para avaliação simultânea em outros veículos. Afirmações, opiniões e conceitos expressos nos textos são de responsabilidade do (s) autor (es) do artigo. A PROPAGARE elege em todos os números um artigo acadêmico como incentivo aos novos pesquisadores.

A publicação dependerá de aprovação do Conselho Editorial. Os textos serão avaliados no aspecto acadêmico, anonimamente, por especialistas na área do conhecimento específico do texto; e, no aspecto gramatical e ortográfico, pelos revisores. O Conselho Editorial poderá notificar o(s) respectivo(s) autor(es) para eventuais correções, poderá rejeitar o trabalho ou liberar a publicação do artigo. A decisão do Conselho Editorial da edição ou não, apoiada nos pareceres emitidos, será comunicada ao (s) autor (es). A Revista PROPAGARE adota as normas de documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a norma de apresentação tabular do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

PROPAGARE: REVISTA CIENTÍFICA DA FACULDADE CAMPO REAL

Rua Barão de Capanema, 721, Santa Cruz.

Guarapuava-PR, CEP: 85015-420.

Fone/Fax: (42) 3621-5200.

E-mail: propagare@camporeal.edu.br, revistapropagare@gmail.com

INSTITUTO SUL PARANAENSE DE ALTOS ESTUDOS (ISPAE)

CNPJ: 06.087.672/0002-43

Rua: Barão de Capanema, 721, Santa Cruz.

Guarapuava-Paraná, CEP: 85.015-420.

Fone/Fax: (42) 3621-5200.

FACULDADE CAMPO REAL

CNPJ: 03.291.761/0001-38

Rua Barão de Capanema, 721, Santa Cruz.

Guarapuava-PR, CEP: 85015-420.

Fone/Fax: (42) 3621-5200.

Site: www.camporeal.edu.br

SUMÁRIO/SUMMARY

ARTIGOS POR ÁREA DO CONHECIMENTO/ARTICLES BY AREA OF KNOWLEDGE

EDITORIAL **7**

PALAVRA DA DIREÇÃO E EDITORA **8**

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Levantamento florístico em área de floresta Ombrófila Mista na Fazenda Rudek, no município de Prudentópolis, Paraná **11-26**

Floristic composition of trees at mixed Ombrophyllous forest area on the Rudek Farm, Prudentópolis – PR

Juliano Cordeiro, Pedro Henrique Hekavey

CIÊNCIAS DA SAÚDE

Dependência nicotínica: uma revisão **39-40**
Nicotine dependence: a review

Fátima Martinez Slomp

Dieta hipossódica: percepção de pacientes em um hospital de caridade da cidade de Guarapuava-PR **41-53**

Low sodium diet: patient perceptions at a charitable hospital in Guarapuava city, Parana state

Renata Leia Demário, Ruth Yukari Watanabe, Fabiano Patrick de Amorin.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

A institucionalização do inquérito como fator determinante para o surgimento do Ministério Público **57-68**

The institutionalization of the inquiry as determinant factor for the emergence of Prosecution Counsel

Ana Maria Bourguignon de Lima

**Earnings management:
uma aplicação empírica no setor bancário brasileiro** **69-82**
Earnings management: empirical application in brazilian bank sector

Pedro Piccoli, Carol Thiago Costa, Paulo de Paula Baptista, Wesley Vieira da Silva

**O direito fundamental à saúde e a necessária aplicação
dos instrumentos de tutela jurisdicional coletiva,
em face de uma jurisdição constitucional crítica e inclusiva** **83-96**
*The fundamental right to health and required application
of instruments judicial collective in face of a critical jurisdiction
constitutional critical and inclusive*

Dirceu Pereira Siqueira

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES

**Marcial: um pequeno estudo sobre sua vida,
sua obra e seu tempo** **99-112**
Martial: a small study of his life, his work and his time

Rony P. G. do Vale

ARTIGO ACADÊMICO/ACADEMIC ARTICLE

**Análise microbiológica nas diferentes etapas
de higienização de alfaces (*Lactuca sativa*)
em um restaurante na cidade de Santa Maria-RS** **115-126**
*Microbiological analysis in different stages of hygiene lettuce (*Lactuca sativa*) in a restaurant in
the city of Santa Maria – RS*

Marizete Oliveira de Mesquita, Aline de Oliveira Fogaça, Daniele Andrezza, Laissa Benites Medeiros, Márcia Rippel Silveira

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO/ STANDARDS FOR PUBLICATION

Propagare: normas **129**

ANEXOS/ANNEXES

Anexo A: Autorização e concessão de direitos autorais **135**

EDITORIAL

Sinceramente confesso que quando fui convidado a escrever o editorial do segundo número da Revista PROPAGARE me senti privilegiado. E o motivo, caros leitores, não está no fato de eu fazer parte da comissão editorial deste periódico e sim no momento especial que o ISPAE e a Faculdade Campo Real vivenciam com este veículo de divulgação científica.

O que antes era apenas projeto ou pauta de reuniões tomou forma neste ano de 2011. E o segundo número do periódico comprova as palavras proferidas por seus editores no ato de lançamento, os quais afirmaram que a PROPAGARE viria para “incitar a pesquisa”, “disseminar informação” e “cooperar na geração de conhecimento”.

A Faculdade Campo Real, em seus 10 anos, se fortalece com seus diversos cursos e qualidade de ensino e abriga hoje uma revista científica que alcança credibilidade diante dos pesquisadores que enviam seus trabalhos para submissão do grupo Campo Real. Trabalho este que a Campo Real não executa sozinha, mas integrada com um corpo editorial *ad hoc* aprimorado e excelente que avalia suas publicações.

O segundo número da PROPAGARE divulga pesquisas de diversos estados brasileiros como Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, representados por seus autores doutores, mestres e especialistas. A PROPAGARE traz em um único caderno artigos das mais diversas áreas do conhecimento abordando assuntos como o direito, a nutrição, a contabilidade, entre outros.

Ralph Emerson declarou que “Os nossos conhecimentos são a reunião do raciocínio e experiência de numerosas mentes” e, nesse sentido, acredito que a PROPAGARE conseguiu reunir diversas mentes para nos ensinar por meio de suas pesquisas, despertando nosso raciocínio, conduzindo-nos ao conhecimento por meio da “propagação” de experiências.

Dr. Wilson Ramos Filho
Diretor da UB Campo Real Educacional

PALAVRA DA EDITORA E DA DIREÇÃO

Os editores deste periódico, os diretores do ISPAE e da Faculdade Campo Real, com satisfação, apresentam à comunidade científica o segundo número da PROPAGARE. Acreditamos que mais uma vez conseguimos reunir trabalhos excelentes por meio das avaliações dos consultores de cada área.

A PROPAGARE, mesmo sendo um periódico “jovem” no que diz respeito à sua criação, chega ao seu segundo número com a periodicidade pontual sendo cumprida, artigos idôneos normalizados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com endogenia em relação à concentração institucional e geográfica do conselho editorial e dos autores, assegurando a qualidade científica do conteúdo que foi selecionado para publicação.

Um periódico científico antes de chegar às mãos dos leitores finais, é julgado, reformulado, incrementado e discutido, a fim de que seus artigos venham contribuir na solução dos problemas da sociedade.

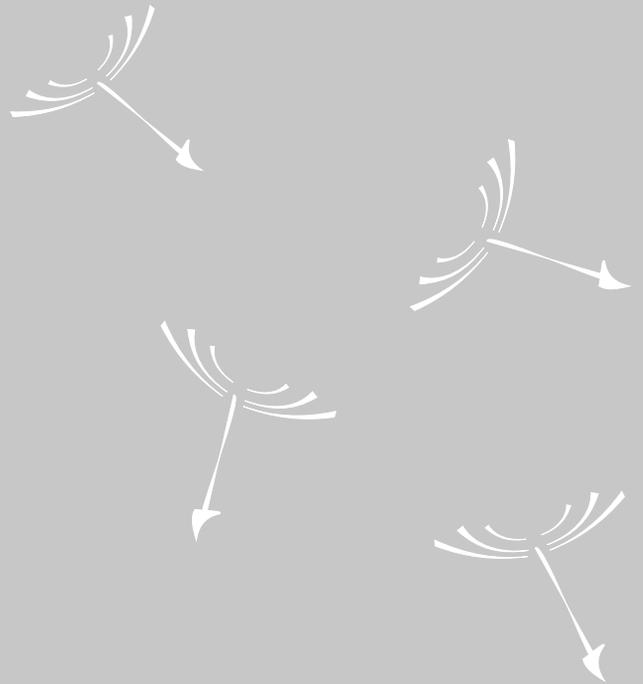
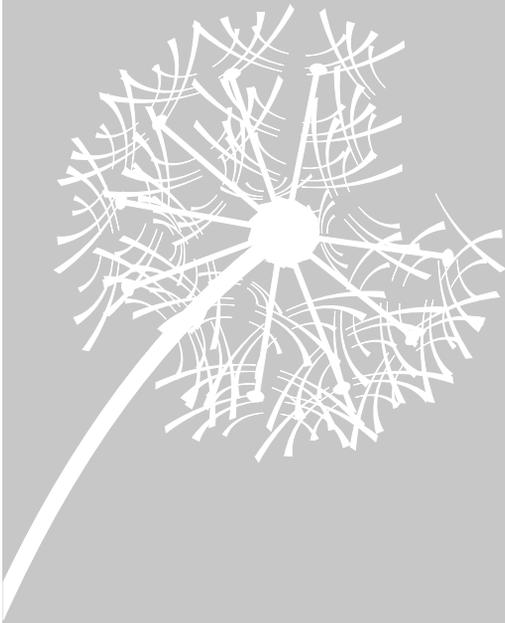
As “bem-aventuranças só encontram os homens que buscam constantemente a sabedoria e o conhecimento”, assim está escrito no livro dos Provérbios. Realizar, portanto, um trabalho sério de divulgação da pesquisa é compromisso essencial dos periódicos que querem “vida longa” no ambiente científico.

Neste segundo volume, PROPAGARE, autores, consultores e corpo editorial pretendem proporcionar aos leitores momentos de aprendizagem, mas principalmente, pretendem levantar mais perguntas, dúvidas e lançar sugestões... afinal, acreditam, como Balzac, que “a chave de todas as ciências é inegavelmente o ponto de interrogação.”

Leia, discuta, pesquise, levante hipóteses, encontre respostas... PROPAGUE!
Até a próxima.

Regiane de Souza Martins
Editora PROPAGARE

Edson Aires da Silva
Diretor Geral ISPAE e Faculdade Campo Real



CIÊNCIAS AGRÁRIAS



FLORÍSTICA ÁRBOREA DE UMA ÁREA DE FLORESTA OMBRÓFILA MISTA NA FAZENDA RUDEK, PRUDENTÓPOLIS – PR

Juliano Cordeiro*
Pedro Henrique Hekavey**

RESUMO

A Floresta Ombrófila Mista é uma formação vegetacional característica do sul do Brasil e abriga uma grande variedade de espécies, algumas das quais só são encontradas nesse ecossistema. O estudo foi realizado na Fazenda Rudek, no município de Prudentópolis – PR teve como objetivo a identificação das espécies que ocorrem no remanescente florestal utilizado como faxinal. Para o levantamento florístico, utilizou-se o método de parcelas múltiplas de 10x10 m de dimensões. Foram amostrados 513 indivíduos de 47 espécies, 33 gêneros e 24 famílias botânicas. As cinco famílias com maior riqueza de espécies foram Lauraceae, Myrtaceae, Salicaceae, Fabaceae e Rutaceae. As espécies que apresentaram o maior número de indivíduos foram: *Allophylus edulis*, *Machaerium stipitatum*, *Diatenopteryx sorbifolia*, *Cedrella fissilis*, *Ilex brevicuspis*, *Ocotea* sp. e *Campomanesia xanthocarpa*.

Palavras-chave: Floresta Ombrófila Mista. Florística. Vegetação.

*Doutor em Engenharia Florestal, Docente do Colegiado de Agronomia da Universidade Federal do Paraná – Campus Palotina (UFPR/PALOTINA), Palotina – PR, Brasil, (julianocordeiro@ufpr.br).

**Graduação em Ciências Biológicas, Universidade Estadual do Centro-oeste (UNICENTRO), Guarapuava – PR, Brasil, (pedro.hh@hotmail.com).

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	11-26	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

1 INTRODUÇÃO

Entre as unidades fitogeográficas que ocorrem no Brasil, a Floresta Ombrófila Mista (FOM) é aquela que pode ser facilmente reconhecida devido à presença da *Araucaria angustifolia* (Bertol) Kuntze (Araucariaceae) como espécie típica e caracterizadora (KLEIN, 1960; Veloso et al, 1991).

No Paraná, um dos tipos de vegetação ou unidade fitoecológica (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1992), unidade fitogeográfica (RODERJAN et al, 1998) ou ecorregião (CASTELLA et al, 2004) bem representativa no Estado era a Floresta Ombrófila Mista, que ocupava uma área de 7.378.000 hectares, representando 37% da superfície original do território paranaense (MAACK, 1981). Entretanto, essa formação vegetacional iniciou o novo milênio com apenas 0,8% de seus remanescentes naturais em estágio avançado de sucessão, fragmentados ao longo dos três planaltos do Estado devido à intensiva exploração madeireira e avanço da fronteira agrícola (FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ, 2009).

Hueck (1972) propôs um mapa para a distribuição da tipologia da araucária no Brasil que apresentava o limite sul no rio Jacuí localizado ao norte do Rio Grande do Sul; limite leste o divisor de águas da Serra do Mar; limite norte em Minas Gerais, no rio Doce a 18 ° latitude N e limite oeste, na província de Misiones na Argentina. Para Backes (1973) a distribuição da FOM sobre o Planalto Meridional é descontínuo, sendo possível reconhecer os limites da “araucarilândia”, ao oeste pela Floresta Estacional Decidual (FED) e Semidecidual (FES), ao leste pela Floresta Ombrófila Densa (FOD), ao sul pela Estepe Gramíneo-Lenhosa (EGL) do Planalto Uruguaio-Sul-Riograndense e ao norte pela Savana do Brasil Central.

Segundo o IBGE (1992), a Floresta Ombrófila Mista é caracterizada como vegetação típica do Planalto Meridional, encontrada atualmente em disjunções florísticas em refúgios situados nas Serras do Mar e da Mantiqueira. No passado, houve um avanço paleogeográfico bem mais ao norte, conforme ficou comprovado pela ocorrência de fragmentos fósseis em terrenos Juracretácicos no nordeste brasileiro. A ocorrência dos gêneros Australásicos *Drimys* e *Araucaria* e Afro-Asiáticos *Podocarpus* caracterizam a composição florística desse tipo de vegetação.

Em relação à distribuição das formações florestais com araucária no sul do país, Jarenkow (1999) coloca:

Na região Sul do Brasil, a presença do Planalto Sul-Brasileiro constitui-se no mais importante fator de distribuição dos quatro principais tipos de florestas: [...] as matas com araucária (pinhais, pinheirais), sobre as porções mais elevadas do planalto; [...] Considerando-se a vegetação como aquela à época do descobrimento, as matas com araucária e os campos são formações determinantes da fisionomia no Planalto Sul-Brasileiro. Os campos predominam nas partes centrais e mais altas e as matas com araucária ocorriam em extensos maciços, em capões disseminados em áreas de campo, em matas ciliares e em contatos com outras formações florestais.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	11-26	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

De acordo com Maack (1981), no Paraná, a FOM se estende desde a borda da Serra do Mar, no primeiro planalto, e se estende pelo segundo e parte do terceiro planalto, numa extensão que já chegou a mais de 73000 km². Descreveu o patamar altimétrico para a sua distribuição o limite de 500 metros de altitude, sendo que nas altitudes menores, a araucária somente ocorre nas linhas de escoamento do ar frio e, nas regiões dos campos, os capões são associações florísticas com araucária.

Segundo Leite (1995), a definição de Floresta Ombrófila Mista “procede da ocorrência de mistura de floras de origens diferentes, definindo padrões fitofisionômicos típicos, em zona predominantemente extratropical pluvial temperada quente de altitude”. E as altitudes acima de 500/600m do Planalto Meridional Brasileiro definem uma região diferenciada pela coexistência de representantes das floras tropical (afro-brasileira) e temperada (austro-brasileira), em marcada relevância fisionômica de elementos *Coniferales* e *Laurales*.

Para Klein (1960), as FOM estão longe de serem associações homogêneas e contínuas, sendo formadas por muitas associações e agrupamentos que apresentam espécies características e próprias de cada estágio de sucessão. O autor estabeleceu os seguintes estágios de sucessão da FOM no sul do Brasil: Araucária com campo; com associações pioneiras, com *Ocotea pulchella*; com *Ocotea porosa* e com a mata pluvial.

Reitz & Klein (1966) citam que a vegetação dos diversos estratos da FOM, apresenta-se sob formas variadas de acordo com as diferentes condições de solo e clima. A composição florística é muito heterogênea e relacionam as principais espécies que ocorrem nos sub-bosques junto com a *Araucaria angustifolia* como a *Ocotea porosa* (Ness & Mart.) Barroso (Imbuia) e *Ocotea pulchella* Mart. (Canela-Lageana). Nas manchas de FOM na Floresta Estacional Semidecidual, nas formações aluviais e na composição dos capões as espécies relacionadas são: *Nectandra lanceolata* Ness., *Nectandra megapotamica* (Spreng.) Mez, *Ocotea acutifolia* (Ness.) Mez, *Ocotea pretiosa* (Ness.) Mez, *Blepharocalyx longipes* O Berg., *Eugenia uniflora* L., *Eugenia involucrata* DC., *Eugenia pyriformis* Camp., *Myrceugenia euosma* (O. Berg.) D. Legrand, *Myrcia obtecta* (O. Berg.) Kiearsk., *Myrciaria tenella* (DC.) O Berg., *Myrcianthes gigantea* (D. Legrand) D. Legrand, *Sloanea lasiocoma* K. Schum., *Matayba elaeagnoides* (A. St.-Hil.) Radlk. ex Warm., *Cupania vernalis* Cambess., *Piptocarpha angustifolia* Dusén ex Malme, *Vernonia discolor* (Less.) H. Robinson, *Mimosa scabrella* Benth., *Parapiptadenia rigida* (Benth.) Brenan, *Cedrela fissilis* Vell., *Lamanonia speciosa* (Cambess.) L. B. Sm., *Vitex megapotamica* (Spreng.) Mold., *Prunus sellowii* Koehne, *Ilex brevicuspis* Reiss., *Ilex microdonta* Reissek, *Ilex paraquariensis* A. St.-Hil., *Ilex theezans* Mart., *Casaria decandra* Jacq., *Cinnamodendron dinisii* (Schwacke) Occhioni, *Campomanesia xanthocarpa* (Mart.) O.Berg, *Clethra scabra* Pers., *Quillaja brasiliensis* (A. St.-Hil. & Tul.) Mart., *Luehea divaricata* Mart., *Drimys brasiliensis* Miers, *Syagrus romanzoffiana* (Cham.) Glassman, *Daphnopsis racemosa* Mart., *Dicksonia sellowiana* Hook., entre outras.

Com relação à composição florística, Hueck (1972) cita que a FOM possui o estrato arbóreo ocupado por *Araucaria angustifolia* e *Podocarpus lambertii* Klotzch ex

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	11-26	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

Endl. como espécies mais importância e outras com valor menor de importância como *Cedrela fissilis*, *Ilex paraguariensis*, *Cabralea oblongifolia* C. DC., mirtáceas e proteáceas. No estrato arbustivo ocorre o *Drimys brasiliensis*, *Schinus molle* Engl., *Jacaranda semi-serrata* Cham., *Alsophila elegans* Kaulf., *Dicksonia sellowiana*, melastomatáceas e mirtáceas. No estrato herbáceo predomínio de ciperáceas e gramíneas ocorrendo ainda compostas, rubiáceas, poligaláceas e verbenáceas. Quanto às epífitas destacam-se os gêneros *Peperomia* e *Rhipsalis*.

Quanto aos tipos de formações da FOM IBGE (1992) propôs quatro formações diferentes: Aluvial em terraços situados às margens dos flúvios, em qualquer altitude; Submontana de 50 até 400 m de altitude; Montana dentre 400 a 1000 m de altitude e Altomontana acima dos 1000 m de altitude. Para o Estado do Paraná, de acordo com Roderjan *et al.* (2002), as altitudes entre os 800 e 1200 m constituem a faixa de ocorrência preferencial FOM Montana. Quando é encontrada acima desses limites, pode ser considerada como uma formação Altomontana.

Conforme Gubert Filho (1987) muitos dos remanescentes de FOM no Paraná se encontram nas áreas que são denominadas de faxinais por se caracterizam como áreas comunitárias para uso pecuário utilizando para isso a vegetação nativa do extrato herbáceo e da regeneração natural.

Os faxinais representam historicamente a forma de organização social que proporcionou melhores condições de preservação ambiental da vegetação paranaense (CHANG, 1988). O Decreto Estadual n. 3466 de 1408/97, estabeleceu que Sistema de Faxinal como sendo “o sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental” (PARANÁ, 1997).

Atualmente, o sistema faxinal é tido como uma forma de exploração antieconômica, contudo, de extremo valor ecológico, pois, constitui-se numa forma de manutenção da cobertura vegetal natural e contribuiu para a proteção e conservação de espécies ameaçadas de extinção. Quanto ao enfoque produtivo, a rentabilidade gerada aos produtores rurais é menor que os sistemas mais produtivos, uma vez que o tempo de giro de capital no sistema é mais longo, devido à rusticidade das espécies de animais e à degradação da vegetação e das pastagens (CHANG, 1988).

O Decreto Estadual nº 3.446 regulamentou os faxinais como Áreas Especiais de Uso Regulamentado tendo como diretrizes as mesmas empregadas na utilização das Áreas de Proteção Ambiental. Este documento criou mecanismos de repasse de ICMS Ecológico às populações residentes nessas áreas. Além disso, os representantes desses grupos foram incluídos na Comissão Nacional de Povos e Populações Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente (PARANÁ, 1997).

Na concepção de Oliveira (2008) os faxinais são fundamentais para conservação dos remanescentes florestais, principalmente de FOM mantidos nas propriedades da região centro sul do Paraná. Nestas áreas ainda se preserva um estilo de vida, costumes e tradições culturais que são desconhecidos por boa parte da comunidade

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	11-26	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

científica e população em geral.

Segundo Cunha (2003), até a metade do século XX, aproximadamente um quinto do território paranaense era composto pelos Faxinais, que se formaram, sobretudo, nas áreas cobertas pela FOM. O levantamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER, 1994) apontou até a metade da década de 90, o número total de Faxinais no Paraná era de 121 unidades. As pesquisas do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) revelaram que, atualmente, restam apenas 44 faxinais onde vivem cerca de 3.000 famílias e aproximadamente 16.000 habitantes (MARQUES, 2004).

A maioria dos Faxinais do Estado encontram-se nos municípios de Prudentópolis, Turvo, Pinhão Rebouças, Rio Azul, Mallet e Inácio Martins, não por acaso região apontada pelo Projeto PROBIO (FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ, 2009) como detentora da maior cobertura de FOM do Estado do Paraná.

O presente trabalho tem por objetivo o levantamento florístico das espécies arbóreas que ocorrem em uma área de Floresta Ombrófila Mista utilizada como faxinal na Fazenda Rudek em Prudentópolis, região Centro-Sul do Paraná.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O remanescente de FOM localiza-se na Fazenda Rudek com área total de 10 ha, localiza-se no município de Prudentópolis, região Centro-Sul pertencendo ao segundo planalto paranaense.

O índice pluviométrico da região varia de 1600 a 1800 mm/ano, a média da temperatura para o mês mais quente é acima de 22°C e para o mês mais frio é inferior a 18°C e a média anual entre 19 e 20°C, sem estação seca, verão brando e geadas severas e frequentes. O clima dominante é do tipo subtropical úmido (Cfb) (SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, 2009). Os solos predominantes são Cambissolo Álico e Neossolos Litólicos sob um relevo que se alterna de suave a ondulado. A vegetação da área é caracterizada pela ocorrência de FOM Montana e uma pequena porção de FOM Aluvial.

Para o levantamento florístico, utilizou-se o método de parcelas múltiplas de 10 x 10 m no período de mar/08 a out/09. A abundância foi calculada considerando a quantidade total de indivíduos amostrados por espécie. Todos os indivíduos arbóreos presentes foram amostrados e herborizados de acordo com a metodologia citada em IBGE (1992). O material coletado foi herborizado e identificado no Laboratório de Botânica da Universidade Estadual do Centro-Oeste. A ordenação das famílias e gêneros foi baseada em Souza & Lorenzi (2008) e a nomenclatura das espécies foi verificada nos arquivos do Missouri Botanical Garden (MOBOT, 2010).

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	11-26	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

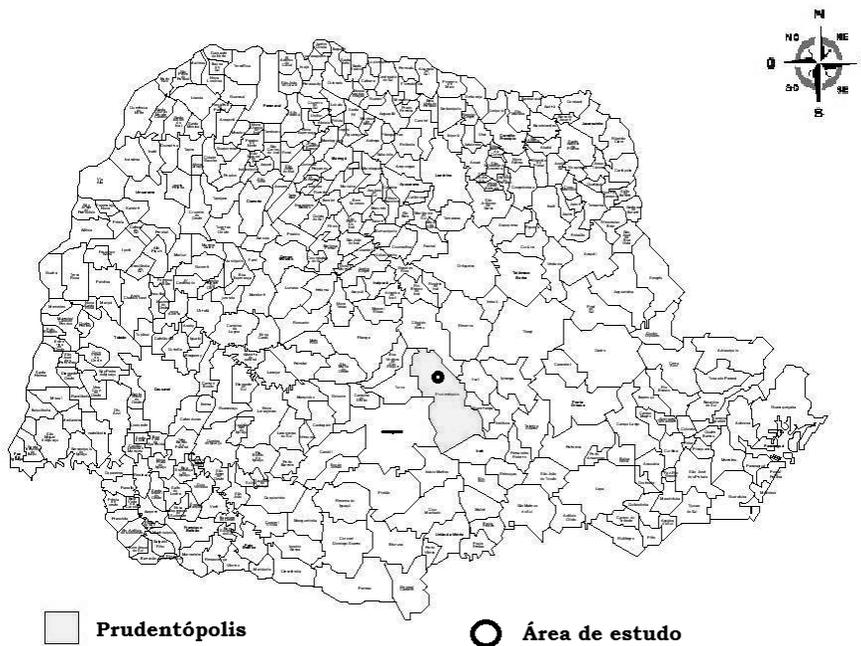


Figura 1 – Localização do município de Prudentópolis no Estado do Paraná.
Fonte: Adaptado Dykstra (2007).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram amostrados 513 indivíduos de 47 espécies de 33 gêneros e 24 famílias botânicas (Tabela 1), sendo uma espécie pertencente à divisão Coniferophyta e 23 à divisão Magnoliophyta. Do total de espécies, 45 foram identificadas até o epíteto específico e duas até gênero. As cinco famílias (20,8% do total) que apresentaram a maior riqueza de espécies (Figura 2) foram Lauraceae com 8 espécies (17% do total), Myrtaceae com 6 (12,8%), Salicaceae com 4 (8,5%), Fabaceae e Rutaceae com 3 espécies cada (6,4%). As outras 19 famílias (79,2%) agruparam 49% das espécies (23). Os gêneros mais abundantes foram *Ocotea* com 8 espécies, *Casearia* com 3, *Campomanesia*, *Chrysophyllum*, *Eugenia* e *Ilex* com 2 cada.

Tabela 1 – Relação de famílias e espécies encontradas no remanescente de FOM Montana da Fazenda Rudek, Prudentópolis – PR

DIVISÃO/FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME VULGAR	N° COLETOR
CONIFEROPHYTA			
ARAUCARIACEAE	<i>Araucaria angustifolia</i> (Bert.) O. Ktze.	Pinheiro-do-paraná	006
Propagare	Guarapuava	v. 1 n. 2	11-26 jul./dez. 2011

DIVISÃO/FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME VULGAR	Nº COLETOR P. H. Hekavey
MAGNOLIOPHYTA			
ANNONACEAE	<i>Rollinia rugulosa</i> Schlttdl.	Ariticum	007
AQUIFOLIACEAE	<i>Ilex brevicuspis</i> Reissek	Erveira	015
	<i>Ilex theezans</i> Reissek	Caúna	004
ARECACEAE	<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassm.	Jerivá	018
BIGNONIACEAE	<i>Jacaranda puberula</i> Cham.	Caroba	040
CANNABACEAE	<i>Celtis cf iguanaea</i> (Jacq.) Sarg.	Celtis	042
CELASTRACEAE	<i>Maytenus aquifolium</i> Mart.	Espinheira	032
FABACEAE	<i>Inga marginata</i> Willd.	Ingá-feijão	010
	<i>Lonchocarpus subglaucescens</i> Mart. ex Benth.	Feijão-cru	034
	<i>Machaerium stipitatum</i> (DC.) Vogel.	Sapuva	002
LAURACEAE	<i>Ocotea</i> sp.	Canela-bosta	016
	<i>Ocotea bicolor</i> Vattimo	Canela	023
	<i>Ocotea corymbosa</i> (Meisn.) Mez.	Canela-do-cerrado	011
	<i>Ocotea diospyrifolia</i> (Meisn.) Mez.	Canela-louro	046
	<i>Ocotea nutans</i> (Nees) Mez.	Canelinha	012
	<i>Ocotea odorifera</i> Rohwer	Sassafrás	035
	<i>Ocotea porosa</i> (Nees & Mart.) Barroso	Imbuia	021
	<i>Ocotea puberula</i> (Rich.) Nees	Canela-guaicá	020
LOGANIACEAE	<i>Strychnos brasiliensis</i> (Spreng.) Mart.	Anzol-de-lontra	036
MALVACEAE	<i>Luehea divaricata</i> Mart.	Açoita-cavalo	008
MELIACEAE	<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.) Mart.	Canjerana	024
	<i>Cedrella fissilis</i> Vell.	Cedro	013
MONIMIACEAE	<i>Mollinedia clavigera</i> Tul.	Pimenteira	025
MORACEAE	<i>Ficus enormis</i> (Mart. ex Miq.) Mart.	Figueira-do-mato	031
MYRSINACEAE	<i>Myrsine umbellata</i> Mart.	Capororocão	026
MYRTACEAE	<i>Campomanesia guazumifolia</i> (Cambess.) O. Berg	Sete Capotes	017
	<i>Campomanesia xanthocarpa</i> O. Berg	Guabiroba	022
	<i>Eugenia neoverrucosa</i> Sobral	Ibacurú	019
	<i>Eugenia uniflora</i> L.	Pitangueira	043
	<i>Plinia trunciflora</i> (O. Berg.) Kausel	Jabuticabeira	027
	<i>Psidium guineense</i> Sw.	Araçá	038
RHAMNACEAE	<i>Hovenia dulcis</i> Thunb. ^{exotica}	Uva-japão	041
ROSACEAE	<i>Eriobotrya japonica</i> Thunb. ^{exotica}	Ameixeira	028
RUBIACEAE	<i>Randia armata</i> (Sw.) DC.	Limoeiro-do-mato	044
RUTACEAE	<i>Citrus limon</i> (L.) Burm. f. ^{exotica}	Limoeiro	014

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	11-26	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

DIVISÃO/FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME VULGAR	Nº COLETOR P. H. Hekavey
	<i>Citrus reticulata</i> Blanco ^{exótica}	Mimoseira	047
	<i>Zanthoxylum hyemale</i> A. St.-Hil.	Juvevê	033
	<i>Casearia decandra</i> Jacq.	Guaçatunga	037
	<i>Casearia lasiophylla</i> Eichler.	Guaçatunga-graúda	039
	<i>Casearia sylvestris</i> Sw.	Guaçatunga-preta	029
	<i>Xylosma pseudosalzmanii</i> Sleumer	Sucará	005
	<i>Allophylus edulis</i> (A. St.-Hil., A. Juss. & Cambess.) Hieron. ex Niederl.	Vacum	001
	<i>Diatenopteryx sorbifolia</i> Radlk.	Maria-preta	003
	<i>Chrysophyllum gonocarpum</i> (Mart. & Eichler ex Miq.) Engl.	Aguaí-leiteiro	045
	<i>Chrysophyllum marginatum</i> (Hook & Arn.) Radlk.	Aguaí	009
	<i>Cestrum</i> sp	Cestrum	030

exótica - Espécie exótica.

A composição florística do remanescente estudado apresenta considerável diversidade de espécies com representantes típicos da FOM que, além da espécie caracterizadora *Araucaria angustifolia*, também contém espécies de Lauraceae (RODERJAN *et al.*, 2002), Aquifoliaceae e Salicaceae. Destaca-se que não foi coletada no remanescente a espécie *Podocarpus lambertii*, citada como típica para a FOM (VELOSO, 1962; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1992; KLEIN, 1984).

As principais famílias Lauraceae, Myrtaceae e Aquifoliaceae que compõem a florística da FOM (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1992; LEITE, 1995), encontram-se representadas no remanescente com 8, 6 e 2 espécies cada.

Os estudos de Carvalho (1980), Imaguire (1980b e 1980c), Galvão *et al* (1989), Brites *et al* (1995), Dias *et al* (1998), Kozera *et al* (2006) e Cordeiro & Rodrigues (2007) registraram um número maior espécies para a FOM em comparação com o presente trabalho. Essa superioridade se deve ao fato das coletas nestes estudos terem sido efetuadas em vários ambientes quanto às condições edáficas, em diferentes associações vegetais, como ambiente ciliar, capões, vegetação primária e vegetação secundária (capoeiras). Também a lista florística apresentada por Oliveira & Rotta (1982) continha muitas espécies sem o epíteto específico, determinadas apenas pelo material vegetativo, o que para algumas espécies pode resultar em erros ou duplicidade de espécies.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	11-26	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

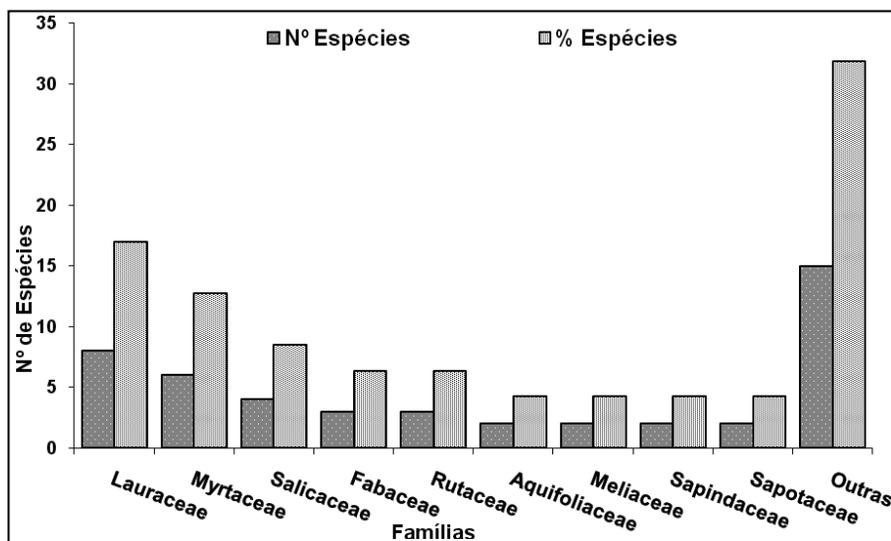


Figura 2: Distribuição da quantidade e porcentagem de espécies/família encontradas no estrato arbóreo da FOM Montana da Fazenda Rudek, Prudentópolis – PR.

Os trabalhos que mais se aproximaram quanto à riqueza foram Cervi *et al.* (1989), Silva & Marconi (1990), Oliveira *et al.* (2003), Silva (2004) e Seger *et al.* (2005), nos quais o número variou de 44 a 57 de espécies.

Considerando as famílias com maior diversidade de espécies (Lauraceae, Myrtaceae, Salicaceae, Fabaceae e Rutaceae), também se sobressaíram em estudos realizados em remanescente de FOM localizados na região do 2º planalto paranaense como Carvalho (1980), Galvão *et al.* (1989), Negrelle & Leuchtenberger (2001), Oliveira *et al.* (2003) e Jurk *et al.* (2009). O registro de maior riqueza em outros trabalhos vem corroborar com a importância ecológica destas famílias para os remanescentes de FOM, principalmente na região referenciada.

Quando se compara o rol florístico entre as áreas usadas pelo sistema faxinal, verifica-se o predomínio das mesmas famílias (Lauraceae, Myrtaceae, Salicaceae) e espécies (*Campomanesia xanthocarpa*, *Casearia decandra*, *Ilex* spp, *Ocotea porosa*, entre outras) como registrado por Albuquerque (2009) e Oliveira (2008). A manutenção destas famílias e espécies se justifica pela importância que elas representam, como fornecimento de madeira no caso das Lauraceae, fins energéticos (lenha e carvão) no caso das Salicaceae e alimentação para os animais domesticados (frutos) no caso das Myrtaceae.

Do total de famílias amostradas, 15 (62,5 %) estão representadas por apenas uma espécie cada. O registro desses valores encontra respaldo na exposição de Martins (1993), segundo a qual, a riqueza de espécies arbóreas e altos índices de es-

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	11-26	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

pécies raras condiciona às florestas brasileiras uma estrutura fitossociológica muito particular, caracterizada por apresentar espécies com valores de importância muito semelhantes e pouco representativos na composição da estrutura.

Um fator negativo para o remanescente florestal é o registro de espécies exóticas arbóreas como *Citrus limon*, *Citrus reticulata*, *Eriobotrya japônica* e *Hovenia dulcis*. A forma de invasão dessas espécies exóticas no sub-bosque da floresta pode ter sido por ação antrópica para as espécies de *Citrus* e *Eriobotrya japonica*, quando o homem dispersa suas sementes ao alimentar-se de seus frutos. As espécies de *Hovenia dulcis* têm a zoocoria como dispersão característica (INSTITUTO HORUS, 2011). Essas espécies podem-se tornar invasoras, pois o processo de invasão de um ambiente por uma determinada espécie exótica começa quando, depois de introduzida ela se naturaliza, sendo capaz de se dispersar por grandes áreas, ocasionando graves alterações ao ambiente invadido (CATTANEO, 2005).

Quanto à abundância (Figura 3), as espécies que apresentaram o maior número de indivíduos foram: *Allophylus edulis* (101), *Machaerium stipitatum* (50), *Diatenopteryx sorbifolia* (47), *Cedrella fissilis* (37), *Ilex brevicuspis* (34), *Ocotea* sp (28); *Campomanesia xanthocarpa* (24), *Lonchocarpus subglaucescens* (16), *Araucaria angustifolia* (15) e *Ficus enormis* (14). Das espécies tidas como características da FOM como *Ocotea porosa*, foram registradas apenas 3 indivíduos, o que mostra que essa área já sofreu degradação principalmente na extração de madeiras nobres como é o caso da imbuia.

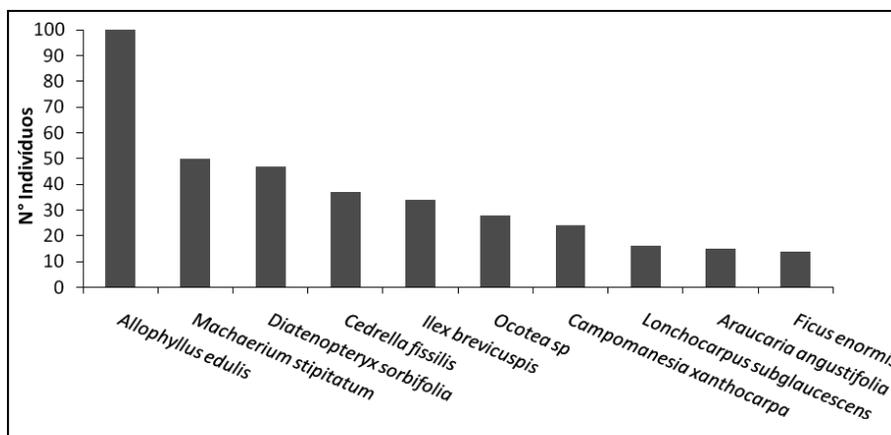


Figura 3 - Abundância das principais espécies arbóreas no remanescente de FOM Montana da Fazenda Rudek, Prudentópolis – PR.

4 CONCLUSÃO

A florística do estrato arbóreo do remanescente de FOM da Fazenda Rudek é composta por espécies típicas deste tipo de formação vegetacional. São encontrados

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	11-26	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

vários estudos em áreas cobertas pela floresta com araucária, contudo para os ambientes utilizados pelo sistema faxinal, os dados são escassos. A vegetação dessas áreas possui funções ecológicas e diversidade florística que precisam ser conhecidas e preservadas. Desta forma, faz-se necessário que estudos mais amplos e comparações mais precisas sejam implementados sobre as comunidades arbóreas das FOM em ambientes de faxinais.

FLORISTIC COMPOSITION OF TREES AT MIXED OMBROPHYLOUS FOREST AREA ON THE RUDEK FARM, PRUDENTÓPOLIS – PR

ABSTRACT

The Mixed Ombrophyllous Forest is a vegetation formation characteristic of southern Brazil and is home to a wide variety of species, some of which are only found in this ecosystem. The floristic survey in Rudek Farm in the town of Prudentópolis - PR aimed to identify species that occur in the remnant of Araucaria Forest used as faxinal. For the floristic survey, we used the method of multiple plots of 10x10 m in dimensions. We sampled 513 individuals from 47 species, 33 genera and 24 families. The five richest families in species were Lauraceae, Myrtaceae, Salicaceae, Fabaceae and Rutaceae. The species showing the greatest number of individuals were *Allophylus edulis*, *Machaerium stipitatum*, *Diatenopteryx sorbifolia*, *Cedrella fissilis*, *Ilex brevicuspis*, *Ocotea* sp and *Campomanesia xanthocarpa*.

Keywords: Araucaria forest. Floristic. Vegetation.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. **Florística, estrutura e aspectos físicos de Floresta Ombrófila Mista em sistema faxinal no município de Rebouças**. 2009. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais), Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, Irati, 2009.

BACKES, A. & NILSON, A. D. *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze, o pinheiro brasileiro. **Iheringia**, Porto Alegre, n. 30, p. 85-96, mar. 1983.

BRITEZ, R. M. et al. Relações entre solos e a distribuição de espécies arbóreas em floresta ombrófila mista. **Rev. Set. Ciências Agr.**, Curitiba, v. 12, n. 1-2, p. 71-83, 1993.

CARVALHO, P. E. R. Levantamento florístico da região de Irati – PR (1ª aproximação). **Circular Técnica – EMBRAPA**, Curitiba, n. 3, p. 1-44, 1980.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	11-26	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

CASTELLA, P. R. ; BRITZ, R. M. de; MIKICH, S. B. Áreas prioritárias de floresta com araucária para conservação no Estado do Paraná. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 4., 2004, Curitiba, **Anais**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 2004. v. 1, p. 134-143.

CATTANEO, M. **La dispersión de coníferas exóticas en áreas naturales:** ejemplos de Nueva Zelanda. 2005. Disponível em <<http://www.institutohorus.org.br/download/artigos/conifinvasorasNZ.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2011.

CERVI, A. C.; SCHIMMELPFENG, L. C. T.; PASSOS, M. Levantamento do estrato arbóreo do capão da Educação Física da Universidade Federal do Paraná Curitiba – Paraná – Brasil. **Estudos de Biologia**, Curitiba, n. 17, p. 49–61, ago. 1987.

CHANG, M.Y. Faxinal do Paraná. **Informe de pesquisa** - n ° 80. Londrina: IAPAR, 1988.

CORDEIRO, J. & RODRIGUES, W. A. Caracterização fitossociológica de um remanescente de Floresta Ombrófila Mista em Guarapuava, PR. **R. Árv.**, v.31, n.3, p.545-554, 2007.

CUNHA, L. A. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial:** o caso do Paraná Tradicional. Rio de Janeiro, 2003. 210 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2003.

DIAS, M. C.; VIEIRA, A. O. S.; NAKAJIMA, J. N. Composição florística e fitossociologia do componente arbóreo das florestas ciliares do Rio IAPÓ, na bacia do Rio Tibagi, Tibagi, PR. **Rev. Bras. Bot.**, ago. 1998, v.21, n.2, p.183-195. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100404199800020001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jan. 2004.

DYKSTRA, Christian. **Levantamento Florístico e fitossociológico do Faxinal Paraná Anta Gorda, município de Prudentópolis, PR.** 2007. Monografia (Especialização). Ponta Grossa, 2007.

EMATER. Levantamento dos faxinais no estado Paraná. **Apontamentos**, Curitiba, 1994.

FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ (FUPEF). **Pesquisas florestais.** Disponível em: <<http://www.fupez.ufpr.br>>. Acesso em: 04 jul. 2009.

GALVÃO, F.; KUNIYOSHI, Y. S.; RODERJAN, C. V. Levantamento fitossociológico das principais associações arbóreas da Floresta Nacional de Irati – PR. **Revista Floresta**, Curitiba, v. 19, n. 1/2, p. 30-49, 1989.

GUBERT FILHO, F. A. O Faxinal – estudo preliminar. **Revista do Direito**

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	11-26	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

Agrário e Meio Ambiente, Curitiba, v. 2, p. 32-40, ago. 1987.

HUECK, K. **As florestas da América do Sul**. São Paulo: Polígono, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. (Série manuais técnicos em Geociências, n.1).

IMAGUIRE, N. Contribuição ao estudo florístico e ecológico da Fazenda Experimental do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná. 2 - O porquê da existência dos campos e matas no primeiro e segundo planaltos paranaenses. **Acta Biol. Par.**, Curitiba, v. 8/9, p. 42-72, 1980b.

_____. Contribuição ao estudo florístico e ecológico da Fazenda Experimental do Setor das Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná. 3 - Fatores da instalação e adaptação nas diversas comunidades vegetais. **Acta Biol. Par.**, Curitiba, v. 8/9, p. 42-72, 1980c.

INSTITUTO HORUS. **Trabalhos em andamentos – Espécies exóticas e invasoras**: fichas técnicas. Disponível em <<http://www.institutohorus.org.br/index.php?modulo=fichasTecnicas>>. Acesso em: 15 de maio 2011.

IURK, M. C.; SANTOS, E. P. dos; DLUGGOSZ, F. L. & TARDIVO, R. C. Levantamento florístico de um fragmento de floresta ombrófila mista aluvial do rio Iguaçu, município de Palmeira (PR). **Rev. Floresta**, Curitiba, v. 39, n. 3, p. 605-615, 2009.

JARENKOW, J. A.. Tipologias florestais com araucária no sul do Brasil. In: GUEDES, M. L. S. (Org.). CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 50., 1999, Salvador. **Resumos...** Salvador: SBB, 1999.

KLEIN, R. M. **O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro**. Selowia, Itajaí, n. 12, p. 17- 44, 1960.

_____. **Aspectos dinâmicos da vegetação do sul do Brasil**. Selowia, Itajaí, n. 36, p. 5-54, 1984.

KOZERA, K.; DITTRICH, V. A. de O. & SILVA, M. S. Composição florística da floresta ombrófila mista montana do Parque Municipal do Barigüi, Curitiba, PR. **Revista Floresta**, Curitiba, v. 36, n. 1, jan./abr., p. 45-58, 2006.

LEITE, P. F. As diferentes unidades fitoecológicas da região Sul do Brasil – Proposta de Classificação. **Cad. Geoc.**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 73 – 164, jul./set. 1995.

MAACK, R. Geografia física do Estado do Paraná. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio / Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981. 450 p.

MARQUES, C. L. G. **Levantamento preliminar sobre o sistema Faxinal no**

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	11-26	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

estado do Paraná. Guarapuava: IAP, 2004. 192 p. (Relatório Técnico).

MARTINS, F. R. **Estrutura de uma floresta mesófila.** 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1993, 246 p.

MOBOT - MISSOURI BOTANICAL GARDEN. **Tropicos.org.** Disponível em: <<http://www.tropicos.org/Home.aspx>>. Acesso em: 1 maio 2011.

NEGRELLE, R. A. B. & LEUCHTENBERGER, R. Composição e estrutura do componente arbóreo de um remanescente de Floresta Ombrófila Mista. **Rev. Floresta**, Curitiba, v. 1-2, n. 31, p. 42-51, 2001.

OLIVEIRA, J. M. de. **Comparação fitossociológica da vegetação arbórea entre os Faxinais Saudades Santa Anita, Município de Turvo, e Anta Gorda, Município de Prudentópolis, Paraná.** Turvo/Prudentópolis, 2008.

OLIVEIRA, E. A. de; RODERJAN, C. V.; CURCIO, R. G. & SILVA, S. M. Caracterização florística, fitossociológica e pedológica de um trecho de floresta ripária dos Campos Gerais do Paraná. **Cad. Biodiversidade**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 8-25, jan. 2003.

OLIVEIRA, Y. M. M. & ROTTA, E. Levantamento da estrutura horizontal de uma mata de Araucária do primeiro planalto paranaense. **Bol. Pesq. Fl.**, Colombo, n. 4, p. 1-45, 1982.

PARANÁ. Decreto Estadual n.º 3466 de 14 de agosto de 1997. Dispõe as ARESUR – Áreas Especiais de Uso Regulamentado – que abrange porções territoriais do Estado, caracterizada pela existência do modo de produção denominado Sistema de Faxinal. **Diário Oficial do Paraná**, Curitiba, 1997.

REITZ, P. R. & KLEIN, MIGUEL ROBERTO. Araucariáceas. In: **FLORA Ilustrada Catarinense.** Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1966.

RODERJAN, C. V.; GALVÃO, F. ; KUNIYOSHI, Y. S. As regiões fitogeográficas do Estado do Paraná. **Acta Forestalia Brasiliensis**, Curitiba, v. 1, p. 1- 5, jan. 1998.

RODERJAN, C. V.; GALVÃO, F.; KUNIYOSHI, Y. S.; HATSCHBACH, G. G. As unidades fitogeográficas do estado do Paraná. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria – RS, n. 24, p. 75-92, jan./jun. 2002.

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (SEMA). **Dados do município de Prudentópolis.** Prudentópolis, [s.n.], 2009.

SEGER, C. D. et al. Levantamento florístico e análise fitossociológica de um remanescente de floresta ombrófila mista localizado no município de Pinhais, Paraná-Brasil. **Rev. Floresta**, Curitiba, v. 35 , n. 2, p. 291-302, maio-ago 2005.

SILVA, C. da S. & MARCONI. L. P. Fitossociologia em uma floresta com araucária

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	11-26	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

em Colombo – PR. **Bol. Pesq. Fl.**, Colombo, n. 20, p. 23-38, jun. 1990.

SILVA, D. W. A vegetação da Bacia do Rio das Pedras. In: BATTISTELLI, M. et al. (Org.). **Proteção e manejo da Bacia do Rio das Pedras**. Guarapuava: B & D Ltda., 2004. p. 91-99.

SOUZA, V. C. & LORENZI, H. **Botânica Sistemática – Guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2005. 640 p.

VELOSO, H. P. Os grandes climaxes do Brasil. I – Considerações sôbre os tipos vegetativos da região sul. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 175-190, 1962.

VELOSO H.P.; RANGEL, A.L.R.; LIMA, I.C.A. **Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema Universal**. Rio de Janeiro. IBGE/DERMA, 1991. 124 p.

INFORMAÇÕES DO TEXTO

Recebido em: 1 fev. 2011.

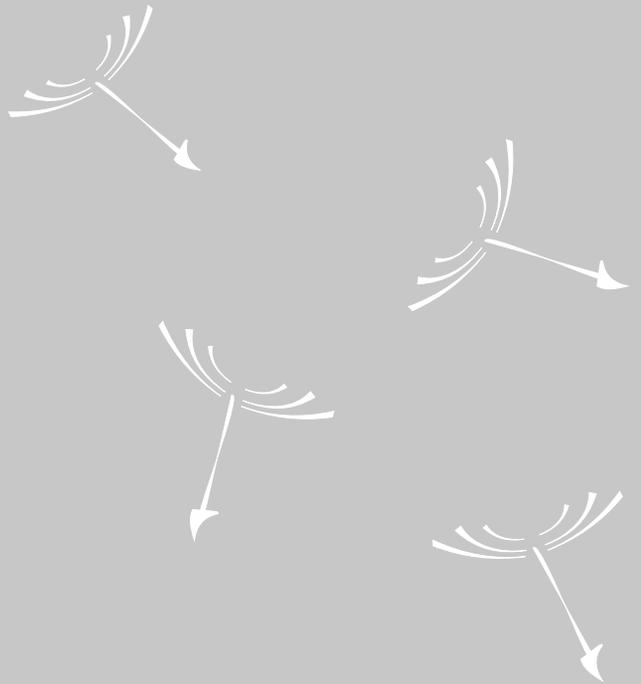
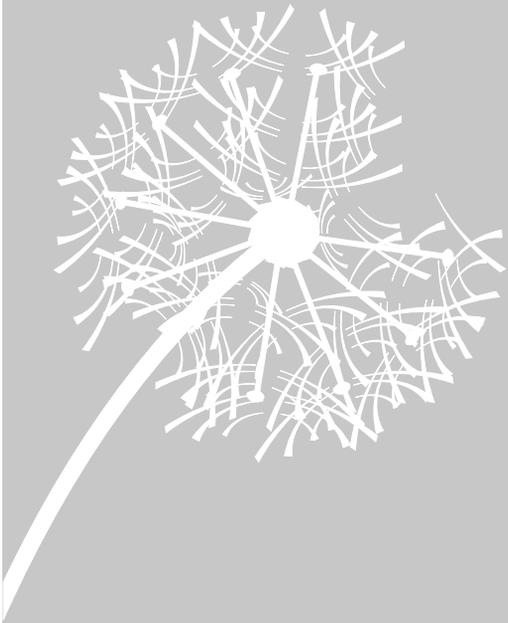
Aceito em: 13 maio 2011.

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico deve ser referenciado da seguinte forma:

CORDEIRO, Juliano; HEKAVEY, Pedro Henrique. Levantamento florístico em área de floresta Ombrófila Mista na Fazenda Rudek, no município de Prudentópolis – PR. **Propagare**: revista científica da Faculdade Campo Real, Guarapuava, v. 1, n. 2, p. 11-26, jul./dez. 2011.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	11-26	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------



CIÊNCIAS DA SAÚDE

DEPENDÊNCIA NICOTÍNICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Fátima Martinez Slomp*

RESUMO

O tabagismo está classificado como doença e está incluído na Décima Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), no grupo dos Transtornos Mentais e de Comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa. A dependência da nicotina é hoje uma das doenças crônicas mais comuns na população e acontece devido à queda dos níveis de nicotina no sangue, onde a pessoa passa a sofrer efeitos de abstinência, como ansiedade, irritabilidade e angústia, levando-a a fumar novamente. Segundo a Organização Mundial da Saúde, estima-se que 80% dos 1,3 bilhões de fumantes de todo o mundo queiram parar de fumar e que o tabagismo responde por 5 milhões de mortes anuais, podendo chegar a 10 milhões nos próximos 15 anos. Diante desse quadro, a pesquisa teve como objetivo compreender as principais causas que levam à dependência nicotínica e a conhecer os malefícios gerados ao homem em função do uso do tabaco. A metodologia utilizada baseou-se na revisão bibliográfica realizada nas bases Medline, Lilacs e Scielo, e ampliada em outras fontes, tais como documentos governamentais e não-governamentais, sítios na Internet citados em 63 artigos publicados nos últimos 10 anos dos quais 25 foram analisados. Como análise da pesquisa, obteve-se que muitas doenças acontecem devido ao consumo do tabaco e estão relacionadas ao número de cigarros consumidos, sendo este o maior contribuinte para o aumento do risco das doenças em combinação com outros fatores de risco. Nesta análise, também apreendeu-se que, dentre as diversas maneiras de avaliar a dependência da nicotina, citamos a “Escala de Fagerström” como uma ferramenta utilizada mundialmente e que pontua o grau de dependência do usuário de zero a dez. Concluiu-se que não é apenas a dependência da nicotina que determina a persistência no seu uso e esse não é o único foco relevante para o tratamento. O desejo de consumo pode ser desencadeado por estímulos ambientais relativamente independentes do estado ou da necessidade fisiológica. Assim sendo, para o tratamento da dependência da nicotina, deve-se também analisar o comportamento do paciente e as situações desencadeadoras para o uso do tabaco. Outras linhas terapêuticas também são utilizadas tais como a terapia de reposição da nicotina (TRN) que são adesivos transdérmicos, gomas mastigáveis e acupuntura. Métodos como aromaterapia, hipnose, terapia cognitivo-comportamental e grupos de auto-ajuda são usados como coadjuvantes e mostram-se eficazes no tratamento quando a dependência é acompanhada de outras afecções como a depressão e a ansiedade.

Palavras-chave: Dependência à nicotina. Tabagismo. Abstinência.

* Mestre em Enfermagem e Saúde Pública pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), Docente no curso de Enfermagem da Faculdade Campo Real, Guarapuava-PR, Brasil, (fm.slomp@ymail.com).

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	29-40	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o tabagismo responde por 5 milhões de mortes anuais, podendo chegar a 10 milhões nos próximos 15 anos; a organização informa também que 80% dos 1,3 bilhões de fumantes de todo o mundo querem parar de fumar; informa ainda que, a cada dia, 100 mil crianças tornam-se fumantes em todo o planeta (BRASIL, 2006). Mesmo com a presença das campanhas governamentais de combate ao tabagismo através da mídia e das advertências impressas nos maços de cigarro, houve, na última década, um aumento expressivo no consumo do tabaco. Estudos de Marques et al (2004) relatam que cerca de ¼ da população brasileira é dependente da nicotina e está sujeito à morbimortalidade causada pelo tabagismo. Esse cenário de preocupação visto dentro da população jovem tem sido foco de atenção das ações da Organização Mundial da Saúde.

A dependência ao tabaco tem sido um problema comum na sociedade onde a nicotina, responsável pela persistência do fumo, é vista num processo complexo que envolve a inter-relação entre farmacologia (dependência física), componentes comportamentais (condicionamento) e/ou psicológico (dependência psicológica).

Para fortalecer as decisões referentes ao combate ao tabagismo, foi publicada no dia 14 de agosto de 2010, no Diário da República, 1.ª série - N.º 156, a Lei n.º 37/2007, que aprova normas para a proteção aos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas à dependência e à cessação do seu consumo. O objetivo dessa lei é a saúde. E é neste pensamento que o Brasil vem se inserindo trazendo apoio aos governos para que a lei seja cumprida.

2 METODOLOGIA

Neste estudo, a opção foi por uma revisão bibliográfica, a partir da qual se trabalhou com artigos científicos publicados em diversos periódicos da saúde pública nos últimos 10 anos e em outras fontes, tais como documentos governamentais e não-governamentais, sítios na Internet sobre tabagismo. Nesse processo foram selecionados 63 artigos e destes 25 foram analisados no período de 2009 e 2010.

O primeiro acesso foi feito por meio da biblioteca virtual SCIELO que conta com uma seção específica para a saúde pública, onde cinco periódicos foram utilizados na data de 11 de fevereiro de 2009, com os seguintes assuntos: dependência nicotínica, tabagismo, abstinência, cigarro, tabaco e o câncer e as expressões equivalentes a esses assuntos. Durante o ano de 2009, outras bases foram pesquisadas: Lilacs, Medline, além destas conferiram-se manuais e documentos governamentais recebidos pela 5ª Regional de Saúde do Município de Guarapuava. Em 14 de junho de 2010, foram feitos outros acessos nas bases citadas para atualização da pesquisa e identificação de artigos novos publicados sobre o tema.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	29-40	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES DE ANÁLISE

Com base nos títulos dos artigos, verificaram-se os três primeiros assuntos mais frequentes: a nicotina, abstinência e a dependência, tendo como assunto mais focalizado a dependência à nicotina, representando 52% dos artigos, seguido por assuntos relacionados ao tabaco – doenças crônicas (25%) e câncer de pulmão (8%).

A partir desses dados, observou-se que o tabagismo tem sido um problema enfrentado pela saúde pública, aonde a inserção do produto “cigarro” no meio social vem demandando uma discussão de forma ampla.

Constatou-se também que uma das áreas que mais vem desenvolvendo discussões sobre questões relacionadas ao efeito nocivo do tabaco é o início precoce do fumo pela população jovem, os adolescentes. Essa constatação reforça a ideia de que essa clientela é considerada como a que mais vem preocupando os órgãos de apoio à saúde e à sociedade.

Ampliando esse cenário, cita-se Rosemberg (2002), que descreve determinantes sociais a partir dos quais o tabagismo é visto como uma epidemia construída por um comércio alimentado por várias estratégias para aumentar o consumo dos produtos de tabaco, entre elas: a propaganda e promoção, para atingir adolescentes associando imagens positivas ao produto e ao ato de fumar; baixo preço dos produtos que associados às propagandas facilitam e estimulam a iniciação entre crianças e adolescentes; facilitação do acesso aos produtos, pois o grande número de pontos de venda, a colocação dos produtos em prateleiras de supermercados e lojas de conveniência, a venda de cigarros avulsos ou em máquinas automáticas de venda, facilitam o acesso e dificultam o controle de venda a menores de idade; mercado ilegal (contrabando e falsificação), colocando no mercado produtos ainda mais baratos também dificultando o controle do acesso aos produtos por menores de idade; lobby econômico e político que geram incentivos fiscais e impedem medidas para reduzir o consumo e a prática de grandes transnacionais de cigarro de buscar incentivos fiscais junto aos governos, ajuda na redução de custos de produção e na redução dos preços dos produtos junto aos consumidores; a prática de lobby junto a governantes, políticos e legisladores visa criar um clima de boa vontade com o negócio de tabaco e interferir na adoção de medidas para controle do tabagismo.

Nesta reflexão percebe-se que a propaganda antitabagista contundente é útil para conscientizar as pessoas de que fumar é nocivo à saúde, mas não é o bastante para eliminar a dependência da nicotina.

2.2 TEMAS DA PRODUÇÃO ESTUDADA

A partir das ideias centrais dos artigos e dos seus agrupamentos, chegou-se a dois temas que podem sintetizar a produção estudada: *dependência à nicotina e abstinência*. Tais temas contribuíram para a estrutura, organização e conclusão da pesquisa.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	29-40	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

2.2.1 DEPENDÊNCIA À NICOTINA

O tema dependência à nicotina foi o foco central no conjunto das fontes estudadas, estando presente de uma forma implícita ou explícita. Esse tema, segundo um dos autores estudados, Marques (2004), é visto como um grande desafio para a saúde pública por causa da experimentação precoce do tabaco entre jovens. Dados do Vigescola, um inquérito realizado em escolas em 17 capitais brasileiras, sob a coordenação do INCA, aponta que a maioria dos fumantes experimenta o primeiro cigarro e se torna dependente antes dos 18 anos (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER, 2004).

Nos estudos desenvolvidos pelos autores Marques, Dani, Rosemberg e outros está implícito que a dependência à nicotina exerce efeitos nocivos ao corpo. Ela induz tolerância (necessidade de doses progressivamente maiores para obter o mesmo efeito) e dependência (desejo de consumi-la) (MARQUES et al, 2004). Assim como outras drogas psicoativas, ela libera dopamina no *nucleus accumbens*, localizado no mesencéfalo, estimulando a sensação de prazer e “recompensa” (DANI, 2003).

Não é apenas a dependência da nicotina que determina a persistência no seu uso e esse não é o único fator relevante para o tratamento. Como no caso de uso de qualquer outra droga, o desejo de consumo pode ser desencadeado por estímulos ambientais relativamente independentes do estado ou da necessidade fisiológica. Os relatos do Surgeon General de 88 e 89 veem a dependência do tabaco como determinada por processos biológicos, biocomportamentais, psicológicos e socioculturais.

Balbani (2002) descreve em seus estudos que a dependência da nicotina é, hoje, uma das doenças crônicas mais comuns na população. Ao contrário do álcool e drogas ilícitas, a nicotina não causa quadros agudos de *overdose* nos dependentes. Também não leva ao comportamento agressivo, nem piora o desempenho psicomotor na direção de veículos e operação de máquinas.

Musk (2003) apresenta que o cigarro e outras formas de tabaco geram dependência e que a nicotina passou a não ser mais vista apenas como um “vício psicológico”, mas como uma dependência física que deveria ser tratada como uma doença médica, nos mesmos moldes do tratamento de outras substâncias que causam dependência.

Há várias maneiras de avaliar a dependência da nicotina: por meio da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) proposta pelo Manual de Diagnóstico e Estatística da Associação Americana de Psiquiatria (DSM-IV) e a escala de Fagerström. Essa escala tem o objetivo de estimar o grau de dependência nicotínica e é utilizada mundialmente como ferramenta de avaliação, em substituição a outros testes bem mais caros, que consomem mais tempo e são invasivos (ROSE et al, 2003). Esse teste foi desenvolvido e introduzido pelo autor em 1978, como questionário de tolerância de Fagerström (FTQ). Em 1991, foi realizada a adaptação desse teste, que passou a se chamar teste de dependência à nicotina, sendo validado no Brasil por Carmo & Pueyo (2002). Essa avaliação consiste em um questionário de seis perguntas de escolhas simples (Quadro 1). Para cada alternativa às questões do teste, existe uma pontuação. A

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	29-40	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

soma dos pontos permitirá a avaliação do grau de dependência à nicotina do participante. A pontuação total oscila de zero a 11, considerando-se que há dependência baixa (leve) da nicotina quando a somatória é inferior a três. Pontuação maior ou igual a sete indica dependência alta (grave) da nicotina (DO CARMO; PUEYO, 2002).

1. Quanto tempo após acordar você fuma seu primeiro cigarro?	
(1) Dentro de 5 minutos	3
(2) Entre 6-30 minutos	2
(3) Entre 31-60 minutos	1
(4) Após 60 minutos	0
(5) Não fuma	
2. Você acha difícil não fumar em lugares proibidos, como igrejas, ônibus, etc.?	
(1) Sim	1
(0) Não	0
3. Qual cigarro do dia traz mais satisfação?	
(1) O primeiro da manhã	1
(2) Outros	0
4. Quantos cigarros você fuma por dia?	
(1) Menos de 10	0
(2) De 11 a 20	1
(3) De 21 a 30	2
(4) Mais de 31	3
(5) Não fuma	
5. Você fuma mais freqüentemente pela manhã?	
(1) Sim	1
(0) Não	0

Quadro 1 - Itens e escore do Teste de Dependência à Nicotina de Fagerström (FTND): Pontos

Fonte: Adaptação de Do Carmo; Pueyo, 2002.

2.2.2 ABSTINÊNCIA

O segundo núcleo de sentido presente no tema é *abstinência*. Essa discussão se sustenta, principalmente, a partir dos seguintes autores revisados: Jain, Balbani, Inca, Musk, Burns, Marques e Godfredesen.

Eles concluíram que a redução da nicotina é capaz de desencadear a síndrome de abstinência nos indivíduos dependentes e, por consequência, apresentar os seguintes sintomas: ansiedade, irritabilidade, distúrbios do sono (insônia e sonolência diurna), aumento do apetite, alterações cognitivas (diminuição da concentração e atenção) e fissura pelo cigarro (“*craving*”).

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	29-40	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

Os autores que trazem esse debate, observam que a abstinência é capaz de desencadear os “sintomas da abstinência” cerca de 8 horas após fumar o último cigarro, atingindo o auge no terceiro dia. Por isso os dependentes da nicotina apresentam alívio da abstinência ao fumarem o primeiro cigarro da manhã. Estudos epidemiológicos mostram que mais de 70% dos tabagistas desejam parar de fumar (RETRATO..., 2008). Entretanto, Jain (2003) afirma que menos de 10% alcançam esse objetivo por conta própria, pois o desconforto da abstinência de nicotina e a fissura pelo cigarro fazem com que a maior parte dos ex-tabagistas apresente recaída. As recaídas costumam ocorrer entre dois dias e/ou até três meses de abstinência.

Frente a este quadro, um estudo do Ministério da Saúde (2006) discute que o indivíduo pode ter uma “fissura” mesmo muitos anos após o término da síndrome de abstinência (que em média dura um mês).

Dois dos autores citados, Marques (2004) e Jain (2003), ampliam a discussão sobre a relação de “ganho de peso” versus cessação no consumo do tabaco, sugerindo que o ganho de peso indesejado tem sido um dos sintomas que mais incomodam os pacientes em abstinência da nicotina. Na maioria dos casos, o aumento de peso é de 4 a 6 kg, podendo chegar a 10% do peso corporal em algumas pessoas. Marques revela que as mulheres tabagistas que consomem acima de 25 cigarros/dia são mais propensas a engordar após o abandono do fumo, possivelmente por aumento da ingestão alimentar e readaptações metabólicas.

3 AÇÕES DO TABACO NO CORPO - DOENÇAS CAUSADA PELO TABACO

Considerando que um dos objetivos da pesquisa é conhecer os malefícios gerados ao homem em função do uso do tabaco, outros dois autores, um dos quais é Furtado (2002), descrevem que, além do câncer, o fumo é responsável por outras doenças, como: enfisema, bronquite crônica obstrutiva, cardiopatias, problemas vasculares, entre inúmeras outras doenças e o outro autor Rose et al (2003) amplia o estudo nos sistemas, afirmando que a nicotina interfere no sistema vascular e tem efeitos agudos de séria importância que são: vasoconstrição periférica, aumento da pressão arterial e da frequência cardíaca, no sistema endócrino. Segundo o autor, a nicotina interfere favorecendo a liberação de hormônio antidiurético e retenção de água, já no sistema gastrointestinal ela tem ação parassimpática, estimulando o aumento do tônus e da atividade motora do intestino e nas terminações nervosas a nicotina, estimulando a liberação dos neurotransmissores acetilcolina, dopamina (DA), glutamato, serotonina e ácido gama-aminobutírico (GABA). Por ser estimulante do SNC, ela aumenta o estado de alerta e à redução do apetite. Marques et al (2004) contribui com a discussão, pois demonstra que a sensação após tragar um cigarro é similar à descrita pelos usuários de anfetamina, heroína, cocaína e *crack*; já Furtado (2002) descreve que a ação central pode provocar tontura, náuseas e vômitos.

Também Burns (2003) e Godtfredesen (2002) apresentam os efeitos nocivos

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	29-40	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

do tabaco e as doenças associadas, reforçando que os riscos são proporcionais à intensidade e à duração do hábito de fumar. Por outro lado, a interrupção do hábito de fumar reduz o risco de doenças cardiovasculares e diminui em aproximadamente 40% o risco de morbidade da doença pulmonar obstrutiva crônica. Já Cox et al. (2003), alertam que até 58% dos pacientes com câncer continuam fumando após serem informados do diagnóstico, muitas vezes por hábito comportamental, ansiedade ou estresse.

4 TRATAMENTO

Assim sendo, para o tratamento da dependência da nicotina, deve-se também ter em conta o cortejo comportamental do uso da substância, as “situações-gatilho”. Como exemplo dessas situações, temos os estados emocionais negativos (irritabilidade, depressão, ansiedade etc.), o uso de bebidas alcoólicas, ver alguém fumando, entre outras. Nesses casos, o indivíduo estaria desejando fumar não para aliviar os sintomas da abstinência, mas sim pela expectativa do “reforço positivo” no uso da nicotina – a diminuição da ansiedade e o aumento do prazer.

É difícil comparar os resultados dos vários estudos científicos quanto à eficácia para abandono do fumo. É preciso levar em conta inúmeros fatores: as características culturais e socioeconômicas dos pacientes, os motivos que os levaram a participar do programa de abandono do fumo (procura espontânea ou motivo de doença, como câncer e DPOC), o grau de dependência da nicotina e o tempo de acompanhamento.

O tratamento para dependência do tabaco é dividido em linhas terapêuticas, que inclui a terapia de reposição da nicotina (TRN) que são adesivos transdérmicos, com melhor tolerância aos efeitos adversos, já que produzem baixa concentração de nicotina no plasma e conseqüentemente seus efeitos cardiovasculares são menores (HAGGSTRAM et al, 2005). Já a goma de nicotina 2/6 requer instrução para seu uso além do sabor desagradável. Devido à rápida absorção da nicotina pela mucosa bucal, a forma farmacêutica goma não é recomendada para pacientes cardíacos de alto risco (LUDVIG et al, 2005).

Outras terapias, como a acupuntura, são descritas no Painel de Consenso Sobre Acupuntura dos National Institutes of Health (NIH) dos EUA (1998), onde se afirma que a acupuntura “pode ser útil como um tratamento coadjuvante, ou alternativa aceitável, ou parte de um programa abrangente” na terapia da adição a drogas, incluindo a dependência da nicotina. Segundo o Consenso de Abordagem e Tratamento do Fumante do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), “até o momento atual não existem evidências científicas suficientes para comprovar a eficácia” da acupuntura e de outros métodos como aromaterapia e hipnose. Assim, a acupuntura “não é recomendada como o método de escolha para a cessação de fumar”, mas poderá ser usada “caso seja de escolha dos pacientes e desde que não existam contra-indicações para o seu uso”.

Ainda não há evidências suficientes de que a acupuntura seja eficaz no tratamento da dependência à nicotina (LINDE et al. 2001), mas vários pacientes sentem-se

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	29-40	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

melhor ao fazê-la durante a abstinência do fumo (JAIN, 2003).

Já a terapia cognitivo-comportamental e grupos de auto-ajuda são apontados por Marques (2004) como coadjuvantes e eficazes no tratamento da dependência à nicotina. Isso é especialmente significativo quando a dependência é acompanhada de outras afecções como a depressão e a ansiedade.

O aconselhamento ajuda a identificar as situações em que o tabagista busca o cigarro por um comportamento (após as refeições, ao tomar um café, em reuniões com amigos) ou circunstâncias emocionais (ansiedade, aborrecimentos). Com base nisso, o fumante aprende estratégias para quebrar o vínculo entre esses fatores e o ato automático de fumar (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2003).

As avaliações das respostas aos diversos tratamentos vêm junto com a prática diária, pois a informação do próprio paciente é o principal dado que o médico utiliza para avaliar a redução ou abandono do fumo. Nos estudos clínicos, porém, é indispensável uma medida objetiva e confiável para saber se o indivíduo realmente parou de fumar.

5 CONCLUSÃO

Os trabalhos de revisão de literatura podem permitir identificar o caminho percorrido até o desenvolvimento do conhecimento atual e também direcionar a construção de novos projetos de pesquisa.

Este estudo evidenciou crescimento importante da produção científica sobre os efeitos da Dependência Nicotínica e a qualidade de vida em indivíduos tabagistas, sobretudo nos últimos dez anos.

A pesquisa nos retrata que a dependência à nicotina deve ser tratada como uma dependência física e como doença. Dentro desse molde, o uso de terapias é o indicado para aliviar os sintomas da síndrome de abstinência da nicotina e assim diminuir a fissura pela mesma. Nota-se, também, que fatores ambientais podem ainda influenciar o desenvolvimento da dependência ao tabaco. A identificação desses fatores também pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias preventivas e terapêuticas mais adequadas.

Acrescenta-se que o paciente dependente do tabaco precisa de apoio multidisciplinar envolvendo médicos, psicólogos e assistentes sociais, dentro de um programa de prevenção para diagnóstico precoce de situação, a fim de reduzir a quantidade, a frequência e os problemas relacionados ao uso de drogas. Ainda é importante citar que a monitorização pós-cessação do tabaco faz com que sejam identificadas situações de estímulos para que o paciente retorne ao tabaco e assim evite possíveis recaídas. As campanhas preventivas devem ser avaliadas através de pesquisas de resultados e os dados coletados serem instrumentos de mudança para a melhora de qualidade de saúde à população.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	29-40	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

NICOTINE DEPENDENCE: A REVIEW

ABSTRACT

Smoking is classified as a disease and is set in the Tenth Revision of International Classification of Diseases (ICD-10) in the group of Mental and Behavioral Disorders due to psychoactive substance used. Nicotine dependence is now one of the most common chronic diseases in the population and is due to falling levels of nicotine in the blood, where the person starts suffering the effects such as anxiety, irritability and anguish, leading the person to smoke again. According to World Health Organization estimates that 80% of the 1.3 billion smokers around the world want to stop smoking and the smoking is responsible for 5 million deaths annually, and might reach 10 million over the next 15 years. In the presence of these dates this research aimed to understand the main causes that lead to nicotine dependence and know the harm caused to the humans because of use of tobacco. The methodology used was through the bibliography revision realized in Medline, Lilacs and Scielo and expanded in others sources such as government documents and non-governmental Web sites, quoted in 63 articles published in the last 10 years where 25 were analyzed. As the research analysis it was found that many diseases are caused by tobacco consumption and related to the number of cigarettes smoked, this represents the biggest responsible to the increased risk of the disease in combination with other risk factors. It was also learned in this analysis that among the various ways of assessing nicotine dependence quoted the "Fagerstrom Scale" a tool used worldwide, which show the degree of dependence of the user from zero to ten. It was concluded that not only nicotine dependence that determines the persistence in its use and this is not the only relevant factor to the treatment. The desire of consumption can be triggered by environmental stimulus relatively independent of state or physiological need. Thus, for the treatment of nicotine dependence should also analyze the patient's behavior and the situations that trigger to tobacco use. Other lines are also used therapies such as nicotine replacement therapy (NRT) which are transdermal patches, chewable gum and acupuncture. Methods such as aromatherapy, hypnosis, cognitive-behavioral and self-help groups are used as a helper and show effective in treating addiction when it is accompanied by other disorders such as depression and anxiety.

Keywords: Addiction to nicotine. Smoking. Abstinence.

REFERÊNCIAS

BALBANI, A. P. S.; Montovani, J. C. Monóxido de carbono endógeno e as vias aéreas. **Rev Bras Alergia Imunopatol**, n. 25, 2002.

BIBLIOTECA REGIONAL DE MEDICINA (BIREME). **Base de dados LILACS**. Disponível em: <<http://www.bireme.br>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

BRASIL. **Sistema para detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas (SUPERA)**: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento. Módulo 2 – efeitos de substâncias psicoativas no organismo. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2006.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	29-40	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

BURNS, D. M. **Epidemiology of smoking-induced cardiovascular disease.** *Prog cardiovasc Dis*, n.46, p. 11-29, 2003.

COX, L. S; AFRICANO, N. L.; TERCYAK, K. P.; TAYLOR, K. L. Nicotine dependence treatment for patients with cancer. **Review and recommendations** *Cancer*, n. 98, p. 632-644, 2003

DANI, J. A. Roles of dopamine signaling in nicotine addiction. *Mol Psychiatry*, n. 8, p. 255-256, 2003.

DIÁRIO da república 14 de Agosto de 2010, 1.ª série - N.º 156, a Lei n.º37/2007. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/23752/1/Lei-Antifumo/pagina1.html#ixzz0s59j9hGi>>. Acesso em 20 fev. 2009.

DO CARMO, J. T.; PUEYO, A. A. A adaptação ao português do Fagerström test for nicotine dependence (FTND) para avaliar a dependência e tolerância à nicotina em fumantes brasileiros. *Rev Bras Méd*, n.59, p. 73-80, 2002.

FURTADO, R. D. Implicações anestésicas do tabagismo. *Rev Bras Anesthesiol*, n.52, p.354-67, 2002.

GODTFREDSSEN, N. S.; VESTBO, J.; OSLER, M.; PRESCOTT, E. Risk of hospital admission for COPD following smoking cessation and reduction: a Danish population study. *Thorax*, n.57, p. 967-972, 2002.

HAGGSTRAM, F. M.; Chatkin, J. M.; Cavalet-Blanco, D.; Rodin, V.; Fritscher, C. C. Tratamento do tabagismo com bupropiona e reposição nicotínica. *J Pneumol*, n. 27, p. 255-61, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). Ministério da Saúde. Vigescola: vigilância de tabagismo em escolares. 2004. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/vigescola>>. Acesso em: 22 out. 2007.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (INCA). **Abordagem e tratamento do fumante**: Consenso 2001. Rio de Janeiro: INCA, 2001, 38 p.

JAIN, A. Treating nicotine addiction. *BMJ*, n. 327, p. 1394-1395, 2003.

LINDE, K. et al. Systematic reviews of complementary therapies - an annotated bibliography. Part 1: Acupuncture. *BMC Complement Altern Med*, n.1, p. 3, 2001.

LUDVIG, J.; MINER, B.; EISENBERG, M. J. Smoking cessation in patients with coronary artery disease. *Am heart J*, v. 149, n. 4, p. 565-572, 2005.

MARQUES, A. C. P. R. et al. Consenso sobre o tratamento da dependência de nicotina. *Rev Bras Psiquiatr*, n. 23, p. 200-214, 2004.

MUSK, A. W.; DE KLERK, N. H. History of tobacco and health. *Respirology*, n.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	29-40	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

8, p. 286-290, 2003.

NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE. **MEDLINE**. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/entrez/query.fcgi>>. Acesso em: 21 maio 2009.

NIH CONSENSUS development panel on acupuncture. Acupuncture. **JAMA**, n. 280, p.1518-1524, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Instituto Nacional do Câncer. Ministério da Saúde do Brasil. **Tabagismo e Saúde nos Países em Desenvolvimento**. Bruxelas: OMS, 2003.

PORTAL DA SAÚDE. **Tabagismo**. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2009.

RETRATO do Controle do Tabagismo no Brasil. **Revista Rede Câncer**, p. 19-20, set. 2008.

ROSE, J. E. et al. PET studies of the influences of nicotine on neural systems in cigarette smokers. **Am J Psychiatry**, n.160, p. 232-233, 2003.

ROSEMBERG, J. Nicotina. Farmacodinâmica. Ação sobre os centros nervosos. Nicotino-dependência. In: ROSEMBERG, J. **Pandemia do tabagismo: enfoques históricos e atuais**. Brasília: Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo / Centro de Vigilância Epidemiológica, 2002. p. 43-49.

SCIELO. Disponível em : <<http://www.scielo.org>>. Acesso em: 11 fev. 2009.

INFORMAÇÕES DO TEXTO

Recebido em: 10 dez. 2010.

Aceito em: 3 maio 2011.

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico deve ser referenciado da seguinte forma:

SLOMP, Fátima Martinez. Dependência nicotínica: uma revisão. **Propagare**: revista científica da Faculdade Campo Real, Guarapuava, v. 1, n. 2, p. 29-40, jul./dez. 2011.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	29-40	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

DIETA HIPOSSÓDICA: PERCEPÇÃO DE PACIENTES EM UM HOSPITAL DE CARIDADE DA CIDADE DE GUARAPUAVA – PR

Renata Léia Demário*
Ruth Yukari Watanabe**
Fabiano Patrick de Amorin***

RESUMO

O objetivo do estudo foi conhecer a percepção de pacientes em relação à dieta hipossódica em um hospital de caridade da cidade de Guarapuava – PR. Trata-se de uma pesquisa qualitativa para a qual foram realizadas 23 entrevistas, aplicadas a pacientes adultos e idosos internados há quatro ou mais dias em clínicas médicas. O estudo revelou que os pacientes consideram seu cotidiano cansativo e permeado por poucas atividades e a enfermidade causa sentimentos negativos e medo da doença; aprovam o bom atendimento e consideram o cuidado humanizado dos profissionais da saúde; percebem a alimentação como parte das regras da instituição e a relacionam com a doença e com a recuperação da saúde; a pesquisa revelou que alguns elementos podem contribuir com a baixa aceitação da dieta hipossódica, entre eles, a falta de sabor das preparações, o modo de preparo dos alimentos, a ausência de sal durante a cocção, a temperatura insuficiente, alimentos trazidos pelos acompanhantes e a medicação; o horário das refeições foi considerado diferente do hábito de casa. Como elementos facilitadores para a aceitação da dieta hipossódica no hospital, destacam-se a restrição de sódio incorporada ao hábito alimentar e a concepção de que o excesso de sal é prejudicial à saúde. O estudo concluiu que a baixa aceitação da dieta hipossódica no ambiente hospitalar envolve aspectos como a falta de sabor, a falta de apetite provocada pela doença e pelos medicamentos. Portanto, estratégias devem ser adotadas para melhorar a aceitabilidade dessa dieta durante a hospitalização, buscando agregar ao alimento o aspecto nutricional, sensorial e simbólico.

Palavras-chave: Dieta hipossódica. Alimentação coletiva. Unidade de alimentação e nutrição hospitalar. Pesquisa qualitativa.

* Mestre em Nutrição, Docente de Nutrição na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava – PR, Brasil, (renatademario@hotmail.com).

** Graduada em Nutrição, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava – PR, Brasil, (yuk_nutri@hotmail.com).

*** Graduado em Nutrição, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava – PR, Brasil, (fabianopatric@yahoo.com.br).

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	41-53	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

1 INTRODUÇÃO

A saúde é um conceito positivo que acentua os recursos sociais e pessoais bem como as capacidades físicas. Consequentemente, a promoção da saúde não é uma responsabilidade exclusiva do setor de saúde, pois exige estilos de vida saudáveis para atingir o bem-estar. Segundo a OMS (1986), as condições e recursos fundamentais para a saúde são: paz, abrigo, educação, alimentação, recursos econômicos, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade. A melhoria da saúde decorre da garantia dessas condições básicas.

Atualmente sabe-se que não podemos olhar a saúde e a doença de forma independente uma da outra, pois estão interligadas num processo interdependente e dinâmico. Quando há um desequilíbrio entre elas, ocorre uma situação que leva o indivíduo a um estado de não favorável satisfação orgânica, na qual chamamos de doença. O processo saúde-doença é resultante de fatores biológico, psíquico e social (LIMA *et al.*, 2008).

Quando o indivíduo é surpreendido pela doença, a hospitalização é inevitável e, por mais simples que seja a enfermidade, tende a levar a um desconforto físico, moral, espiritual (SILVA, 1992).

Segundo Faria (1981), um grande número de hospitalizados é afetado por estresse, além daquele provocado pela doença, pois, segundo a autora, a hospitalização provoca além de mudanças de ambiente físico e social, mudanças nas atividades diárias do paciente, de modo a afetar o seu estilo de vida.

Por todo sofrimento que o indivíduo sofre na hospitalização, é importante que o atendimento e a atenção sejam humanizados. Para que a humanização não fique restrita apenas às atribuições técnicas, entretanto, o profissional da saúde deve focalizar também os aspectos afetivos, culturais e éticos das relações que estabelece através de sua prática. A implantação, pelo Ministério da Saúde, do Programa Nacional de Humanização, da Atenção e Gestão do Sistema Único de Saúde – Humaniza SUS, foi uma importante iniciativa, pois convoca todos, gestores, trabalhadores e usuários, a se comprometerem com o processo de humanização (BECKES, 2007).

No entanto, do ponto de vista dos serviços oferecidos, a alimentação hospitalar, ainda hoje, é alvo de críticas e rejeições por parte dos pacientes e da população em geral. A comida de hospital é comumente percebida como insossa, sem gosto, fria, servida cedo e ainda com conotações de permissão e proibição (SOUZA, 2004). Apesar da preocupação com o aspecto nutricional do paciente hospitalizado, pouca atenção tem sido dada à alimentação hospitalar (KANDELA, 1999).

O alimento frequentemente é visto a partir do aspecto nutricional e higiênico-sanitário, esquecendo-se que, além da sua função terapêutica, a alimentação pode incorporar outras funções - a função hedônica, ligada ao prazer e aos aspectos sensoriais das preparações e a função convivial, relacionada à percepção do indivíduo de pertencer a um grupo, auxiliando-o na construção da identidade social e individual

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	41-53	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

(POULAIN & SAINT-SERIN, 1990; SOUSA, 2002; SOUSA, 2004).

Sabe-se que fatores relacionados à hospitalização ou à característica do alimento podem contribuir para a baixa adesão da dieta hospitalar. Em um estudo, realizado em dois hospitais suíços, dos trezentos e nove questionários respondidos, 50% dos enfermos afirmaram que o seu apetite havia diminuído durante a temporada no hospital. Outro dado interessante é que os pacientes consideraram importante a temperatura, aparência e aromas dos alimentos (STANGA et al, 2003).

A melhoria na qualidade da alimentação hospitalar insere-se na preocupação, cada vez maior, com a desnutrição intra-hospitalar. Muitos estudos vêm demonstrando o número alarmante, em diversos países, de desnutrição entre pacientes hospitalizados. Em um estudo realizado na França, Guy-Graud (1998) verificou em 68 hospitais que o índice de desnutrição variou de 20 a 60%. No Brasil, um estudo multicêntrico – Inquérito Brasileiro de Avaliação Nutricional Hospitalar (IBRANUTRI) – desenvolvido em 12 estados do Brasil com 4.000 pacientes observou-se prevalência média de desnutrição hospitalar de 48,1% nos hospitais públicos, sendo que 12,6% apontavam desnutrição grave e 35,5% desnutrição moderada, diagnosticados através de Avaliação Subjetiva Global (ASG). A progressão da desnutrição durante a internação chegou a atingir 61% quando a internação prolongou-se por mais de quinze dias, sendo que a desnutrição primária – pacientes que já estavam desnutridos antes da internação – aconteceu 31,8% dos pacientes. Em apenas 14% dos prontuários foi encontrado registro de peso dos pacientes (IBRANUTRI, 1997). Cabe ressaltar que, nesse estudo, os autores enfocaram a falta de diagnósticos do estado nutricional e de suporte nutricional por via enteral e parenteral, como intervenção nutricional específica, não sendo averiguada a existência de suporte nutricional (WAITZBERG et al, 2001).

Entre os fatores causais atribuídos à desnutrição hospitalar, a alimentação assume papel importante, visto que os pacientes não ingerem boa parte da dieta que lhes é oferecida devido à falta de apetite, alteração do paladar, mudança de hábitos e horários alimentares. (PEREZ, 2006; IBRANUTRI, 1997). Diante disso, a dieta hospitalar se mostra importante por garantir o aporte de nutrientes ao paciente internado, preservando o seu estado nutricional (GARCIA, 2006).

Para compreender o que o paciente sente ou pensa em relação ao hospital e a sua dieta, é necessário realizar um estudo de caráter qualitativo. Segundo Canesqui (2009, p. 128), nessa abordagem de pesquisa:

[...] a coleta de dados requer uma aproximação e interação entre pesquisador-pesquisado; a obtenção de informações extensivas e não apenas pontuais ou originárias de uma única fonte de coleta de dados, como as entrevistas não estruturadas, por exemplo. A análise abre-se aos conceitos e às hipóteses emergentes, que alteram o desenho inicial e provisório do estudo, buscando-se padrões de associação e não apenas descrições.

Além disso, a interpretação dos dados não se confunde com a repetição acrítica dos conteúdos das entrevistas, depoimentos, relatos, frases, que são encontrados fre-

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	41-53	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

qüentemente na pesquisa qualitativa.

Considerando os aspectos levantados e a necessidade do desenvolvimento de pesquisas que avaliem diferentes dimensões da alimentação hospitalar, a pesquisa teve como objetivo conhecer a percepção de pacientes em relação à dieta hipossódica em um hospital de caridade da cidade de Guarapuava – PR.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa apresentou abordagem qualitativa. A definição por essa base metodológica é explicada devido à natureza do estudo proposto: a pesquisa qualitativa se justifica por privilegiar a subjetividade das informações através do relato dos sujeitos.

A pesquisa foi desenvolvida em um hospital de caridade da cidade de Guarapuava/Paraná, com 154 leitos ativos, sendo 121 conveniados ao Sistema Único de Saúde. A pesquisa foi realizada após a autorização do hospital por meio de uma declaração.

Para a participação no estudo, foram selecionados pacientes adultos e idosos internados nas unidades de clínicas médicas. Os critérios de inclusão foram: pacientes internados há quatro ou mais dias nas clínicas médicas do hospital em questão, com capacidade de suportar uma entrevista individual de aproximadamente uma hora e que estejam recebendo dieta hipossódica. Foram excluídos do estudo pacientes com dificuldade em falar (disfásicos), inconscientes, confusos ou sedados e que estejam recebendo assistência nutricional enteral ou parenteral ou outra dieta diferente da hipossódica. A seleção dos participantes do estudo foi realizada por meio do que Schraiber (1995) e Polit e Hungler (2004) denominam de critério de exaustividade e saturação dos dados.

Foram realizadas duas técnicas da pesquisa qualitativa, de acordo com as etapas do estudo. Destaca-se a análise documental e a entrevista com questões semi-estruturadas de acordo com o guia de entrevista.

No presente estudo, a análise documental foi realizada para o levantamento das características gerais do hospital, provenientes de relatórios técnicos da própria instituição e, também, para identificação dos participantes e suas características sócio-demográficas, através de prontuário.

As entrevistas com questões semi-estruturadas foram registradas em gravador digital após o consentimento dos informantes, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O projeto da pesquisa foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Centro- Oeste e todos os pacientes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A fim de assegurar o anonimato dos participantes, foi utilizada a letra “A”, referente ao paciente, seguida por algarismos cardinais (Ex: A1; A2).

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	41-53	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 23 pacientes com idade entre 35 a 72 anos, sendo 13 do sexo feminino e 10 do sexo masculino. Em relação à localização das residências dos entrevistados, somente um entrevistado morava no centro, 18 em periferia e 4 em área rural de Guarapuava. O tempo de internação dos pacientes variou de 2 a 9 dias. As principais doenças que estavam relacionadas ao recebimento da dieta hipossódica foram: cardiopatias, *diabetes mellitus* e Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS).

As percepções dos pacientes em relação ao cotidiano do hospital e à dieta recebida estão representadas abaixo:

Os pacientes mencionam o dia-a-dia no hospital como cansativo e monótono, pois são poucas as atividades realizadas por eles para passar o tempo, como: caminhada no hospital, leitura, escutar rádio e conversas com outros enfermos. Esses aspectos podem ser observados nas falas abaixo:

“Cansativo né, comê, bebê, dormir, não tem muito o que faz aqui né. [...] Acordo, viro de um lado, viro de outro, olho a hora, durmo um pouquinho, fico pensando pra mim ir embora.” (A9)

“Eu durmo acordo, eu durmo acordo...é só isso pra fazer, outra coisa não tem. Caminho as vezes por aí..., porque ficar só deitado também...num é muito bom né? eu dô uma caminhada vo lá...volto e é assim.” (A17)

A enfermidade pode causar desconforto físico e, principalmente, espiritual, no paciente (SILVA, 1992). Alguns deles estavam com medo da doença, sem esperanças em relação à cura ou sentiam-se inúteis.

“To sentindo que não vou sarar, que não vai ter cura, né.” (A14)

“Eu, né, me sinto imprestável, representa que a vida acabou, né, mas eu me sinto assim.” (A12)

Para melhorar a qualidade de vida dos pacientes hospitalizados é importante o atendimento humanizado pelos profissionais da saúde e funcionários. Nota-se, de acordo com as falas abaixo, que os pacientes estavam satisfeitos com o atendimento recebido no hospital em questão.

“O atendimento deles pra mim pelo menos é especial. Não posso falar... tudo, tudo, inclusive quando eu vô embora, eu vô abraçando todo mundo: faxineira, enfermeira, essas estagiárias até lá fora dizendo adeus.” (A2)

“Na minha opinião, eu acho que ta bom, porque ajudam nós, porque o dia que eu vim, que eu não tenho acompanhante, me levavam no banheiro, me traziam, qualquer um que eu pedia. A porta tava aberta e qualquer um me ajudava. Então porque melhor? Estou satisfeita, só não sei dos outros..mas eu to.” (A3)

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	41-53	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

Resultados semelhantes foram encontrados no estudo de Demário et al (2008), que buscaram conhecer a percepção de pacientes em relação à comida de hospital na cidade de Florianópolis/SC, onde os pacientes destacaram o bom atendimento da equipe de saúde.

As copeiras foram as funcionárias mais citadas pelos pacientes com relação ao atendimento humanizado, pois o contato com esse serviço é constante pelos pacientes.

“Elas chegam sorrindo, perguntam se ta bom o alimento, se é gostoso, se gostou, a gente conversa. [...] Elas chegam, dizem: bom dia, ou quando trocam (de turno) dizem: boa tarde, boa noite, ó o chazinho, sabe assim. Aquela como aquele que paparica uma criança (risos dela).” (A3)

“Tem uma senhora que vem aqui que é muito querida, uma pessoa que nasceu de bem pra vida sabe, ela chega e diz: ó o chazinho meninas, ó almoçinho meninas, DEUS abençoe sabe. [sou] muito bem tratada por todo mundo.” (A9)

Em relação à alimentação hospitalar, a maioria dos entrevistados considerou a dieta hipossódica como “boa”. Porém muitos não consomem tudo o que vem na refeição, isso pode estar relacionado à enfermidade ou ao medicamento, que podem causar a anorexia.

“Eu acho que faz umas três semana que não me alimento direito. Deve ser por esse mesmo problema [doença], né. Dá fome, mas eu não tenho vontade de comer.” (A12)

“Falta apetite por causa do remédio. Comida vem boa, só que falta apetite. Não é porque ta no hospital, muito remédio e isso tira o gosto.” (A4)

Outro fator limitante na aceitação da dieta hipossódica é o sabor dos alimentos que difere do sabor habitual dos pacientes, a falta de sal e tempero é uma das principais queixas entre os entrevistados.

“Olha, o sabor da comida do hospital não é o mesmo que nós usamos lá na casa, lá usa mais sal, mais feijão, arroz...” (A4)

“Na verdade, a única coisa que é gostoso, na verdade, só que daí com pouco sal é ruim, é a quirera, é gostoso mas bem salgadinho, assim é gostoso né, mas ela vem sem sal... não é aquela coisa, mas vai.” (A19)

“O que eu menos gosto é o arroz, motivo de sal, porque o arroz sem sal é meio pesado [...] é o que eu menos gosto.” (A2)

O estudo de Yabuta et al, (2006) revelou que a “falta de sal” foi citada como

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	41-53	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

responsável pelo menor consumo alimentar por 21,1% dos entrevistados, e a insatisfação quanto ao sabor da refeição por 11,5%. Contudo a aceitação da dieta hipossódica foi de 48 %, considerando-a boa.

Prieto et al (2006) percebeu que os pacientes com doenças cardiovasculares são os que apresentaram os maiores índices de rejeição das refeições oferecidas, esse fato pode estar relacionado às restrições dietéticas, uma vez que geralmente estão com dietas hipossódicas, hipolipídicas e/ou com restrição de líquidos, também percebido no relato dos pacientes do presente estudo.

Outras queixas relatadas pelos entrevistados foram quanto ao excesso de cozimento dos alimentos e à temperatura fria presente nas refeições que chegam ao leito. Porém, quanto à variedade, a maioria dos pacientes estava satisfeita.

“Dois, três dias que eu to aqui é variável. O gosto não é gostoso não, porque é um tempero muito cozido né, ele não segura o tempero né, cozinhou demais. [...] A temperatura aqui não tá boa... é uma comida fria hoje até quase que não comi porque tava fria, chegou aqui fria. (A10)

Alguns estudos (Yabuta *et al.*, 2006; Stanga *et al.*, 2003) consideraram que a temperatura é um fator de grande influência na aceitação das refeições hospitalares.

Os horários que os pacientes recebem as refeições também podem influenciar no consumo delas.

“As vezes ficamos esperando, esperando... daí até chega, já passou a fome. A minha chega o café, nove horas, nove horas não é horário de café, né?” (A12)

Apesar dos entrevistados receberem dieta hipossódica pelas suas enfermidades, observou-se que alguns acompanhantes ou visitantes traziam alimentos de fora do hospital como: bolacha, refrigerante, suco artificial, milk shake, frutas, quibe. Notou-se que alguns desses alimentos contêm alto teor de sódio e isso pode ser prejudicial ao tratamento de doenças dos pacientes. E o não consumo da comida do hospital, por alguns pacientes, pode ser explicado pelo consumo de alimentos vindos de fora.

“Hoje eu queria comer quibe, daí ela trouxe um quibe pra mim e suco né, só mais o suco.” (A10)

“Olha traiz bolacha, minha esposa compro um suco agora.” (A15)

“Trouxe milk shake, trouxe mirabel (Waffer).” (A23)

De acordo com os relatos, identificaram-se informações que podem promover a adesão da alimentação hospitalar pelos pacientes. Entre elas destaca-se a percepção dos pacientes de que a dieta oferecida no hospital faz parte do tratamento das suas enfermidades.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	41-53	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

“É uma comida que não é agradável, mas a gente se obriga né, porque não dá pra recolher uma de fora do gosto que a gente quer, né, e a gente sabe que a comida aqui, da gente, é preparo médico né, que o médico indica né...” (A10)

“Olha como pessoa doente eu acho o certo, não vou poder comer uma feijoada, não vou poder comer... Eu tenho que comer aquela comidinha que o médico já manda fazer que é pra gente fazer: macarrão, carne, legume, aquelas bolachinhas, com café e leite..” (A15)

A restrição de sódio inserida ao hábito alimentar também pode contribuir para melhorar a aceitação à dieta hipossódica.

“A minha comida, desde que eu tava na casa da mãe... então a mãe já ensinou nós a comer com pouco sal, tudo a vida, tudo nós a única coisa que era salgada o churrasco, porque carne doce não vai né. Mas salada, tudo essas coisas, é tudo com pouco sal.” (A3)

“Pra mim tá boa. Eu como pouco, pouco sal, que eu tenho problema de pressão, eu toda vida não gostei de coisa salgada.” (A16)

De acordo com estudo realizado por Verrengia (2008) foi encontrado também que a restrição de sódio incorporada ao hábito alimentar contribui na aceitação da dieta hospitalar, assemelhando com o presente estudo.

Nota-se que são muitos os fatores limitantes para a aceitação da alimentação oferecida no hospital, e isso pode agravar o estado de saúde do paciente causando, até mesmo, a desnutrição hospitalar, aumentando os custos para o hospital, devido ao aumento do tempo de internação. Por isso, deve-se adotar estratégias para aumentar a aceitação das dietas. A diferenciação da apresentação final do alimento pode ser o resultado do investimento na gastronomia hospitalar, pois esta representa a união das técnicas culinárias voltadas para os sentidos de aromas e sabor dos alimentos à necessidade de adequação requerida por cada patologia (NESTLÉ, 2005).

Nesse contexto, uma opção para melhorar o sabor dos alimentos é a substituição de sal pelos temperos naturais. O sal de ervas pode ser uma alternativa para substituir o sal, pois reduz em até 73% o teor de sódio das preparações. No estudo de Bezerra e Zandonadi (2008), foi verificada a aceitação do sal de ervas na dieta hipossódica, e os autores observaram que a substituição do tempero padrão pelo sal de ervas é uma alternativa promissora, visto que foi verificada a aprovação da preparação modificada por 80% dos pacientes.

4 CONCLUSÃO

De acordo com a percepção dos pacientes em relação à dieta hipossódica, percebeu-se que os fatores limitantes para o baixo consumo do alimento fornecido

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	41-53	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

pelo hospital são: a falta de sabor das preparações, o modo de preparo dos alimentos, a ausência de sal durante a cocção, a temperatura insuficiente, alimentos trazidos pelos acompanhantes e a medicação. Além disso, o horário das refeições foi considerado diferente do hábito da casa. Como elementos facilitadores para aceitação da dieta hipossódica no hospital, destacam-se a restrição de sódio incorporada ao hábito alimentar e a concepção de que o excesso de sal é prejudicial à saúde.

O estudo concluiu que a baixa aceitação da dieta hipossódica no ambiente hospitalar envolve aspectos como a falta de sabor, a falta de apetite provocada pela doença e pelos medicamentos. Portanto, estratégias devem ser adotadas para melhorar a aceitabilidade da dieta hipossódica durante a hospitalização, como a utilização de diferentes temperos naturais e o investimento em gastronomia hospitalar para melhorar a apresentação dos alimentos, buscando agregar ao alimento o aspecto nutricional, sensorial e simbólico.

LOW SODIUM DIET: PATIENT PERCEPTIONS AT A CHARITABLE HOSPITAL IN GUARAPUAVA CITY, PARANA STATE

ABSTRACT

The objective of this study was in the direction of knowing the patient perception regarding sodium diet at a charitable hospital in Guarapuava city, Parana state. This is a qualitative survey carried out by considering 23 interviews applied to adult and elderly patients hospitalized for four or more days in medical centers. The study revealed that patients feel stressful and their daily live is permeated by few activities and that the infirmity causes negative feelings and fear of disease. They approve the proper care and consider humanized the care of health applied by the care professionals, perceive the food as part of the institution rules and relate it as part of the disease treatment and health recovery. The survey revealed that some factors may contribute to the non acceptance of low sodium diet, among them the lack of flavor of the recipes, the way of preparing food, the absence of salt during the cooking process, the insufficient temperature, the food brought to the hospital by companions and the reactions of the medicine; the mealtime also was considered different from the usual at home. As the enablers to the acceptance of low sodium diet in the hospital stands: sodium restriction added into the feeding habits and the view that excessive salt is harmful to health. The study concluded that the low acceptance of a low sodium diet in the hospital environment involves aspects such as lack of flavor, lack of appetite caused by the disease and medications. Therefore, strategies must be adopted to improve the acceptability of a low sodium diet during hospitalization improving the understanding on the nutritional, sensory and symbolic aspects of food.

Keywords: Low sodium diet. Food service. Hospital food and nutrition unit. Qualitative research.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	41-53	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

REFERÊNCIAS

- BACKES, D. S.; KOERICH, M. S.; ERDMANN, A. L. Humanizando o cuidado pela valorização do ser humano: re-significação de valores e princípios pelos profissionais da saúde. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, v. 15, n.1, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BEZERRA, M.N., ZANDONADI, R.P. **Aceitação do sal de ervas em dieta hipossódica**. 2008. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- CANESQUI, A. M. Pesquisas qualitativas em nutrição e alimentação. **Revista Nutrição Campinas**, v. 22, n.1, p. 125-139, 2009.
- DEMARIO, R. L. **Comer no hospital: percepções de pacientes em um hospital com proposta de atendimento humanizado**. 2008. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2008.
- FARIAS, J. N. **Eventos estressantes da hospitalização**. 1981. Dissertação (mestrado em enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1981.
- GARCIA, R. W. D. A dieta hospitalar na perspectiva dos sujeitos envolvidos em sua produção e em seu planejamento. **Revista Nutrição Campinas**, v. 19, n. 2, p. 129-144, 2006.
- GUY-GRAUD, B. La Restauration Hospitaliere: vers une prise en compte de la Nutrition dans les Structures Hospitalieres de soins. **La Lettre Scientifique**, Paris, n. 57, p. 1-5, 1998.
- KANDELA, P. Hospital food. **Lancet**, v. 353, n. 9154, p. 763, 1999.
- LIMA, P. C.; SILVA, A. B.; TRALDI, M. C. Determinantes do processo saúde-doença: identificação e registro na consulta de enfermagem. **Revista Acadêmica Digital do Grupo Polis Educacional**, v. 4, n. 1, 2008.
- MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 9-29.
- NESTÉ FOOD SERVICES. Unindo a gastronomia à nutrição hospitalar. **Revista Nutrição em Pauta**, São Paulo, n.70, p. 1, jan./fev. 2005.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Asociación Canadiense de Salud publica. Salud y bienestar Social Canadá. Carta de Ottawa para la promoción de la salud. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE LA PROMOCION DELA SALUD, 1., 1986. **Anais...**Ottawa, Canadá. Disponível em: <[http// www.http://www.euro.who.int](http://www.http://www.euro.who.int)>. Acesso em : 10 mar. 2009.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	41-53	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

PERES, D. S.; FRANCO L. J.; SANTOS M. A. Comportamento alimentar em mulheres portadoras de diabetes tipo 2. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 2, p. 310-317, 2006.

PRIETO, D. B. et al. Intervenção nutricional de rotina em pacientes de um hospital privado. **Rev Bras Nutr Clin**, v.21, n.3, p. 181-187, 2006.

POLIT, D.; HUNGLER, B. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**. 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

POULAIN, J. P.; SAINT-SEVIN B. **La restauration hospitalière**: des attentes alimentaires du malade hospitalisé à la conception du système de restauration. Paris: Editions Cristal, 1990.

SCHRAIBER L. B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre profissão médica. **Revista de Saúde Pública**, v.29, n.1, p.63-74, 1995.

SILVA, S. A. **A pessoa enferma e a hospitalização**: o enfermeiro nesse contexto. 1992. Dissertação (mestrado em enfermagem) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

SOUSA, A. A. A interação entre a terapia nutricional e a produção de refeições: repensando a função da alimentação hospitalar. **Revista Nutrição em Pauta**, v. 10, n. 53, p. 17-21, 2002.

SOUSA, A. A.; PROENÇA R. P. C. Tecnologias de gestão dos cuidados nutricionais: recomendações para qualificação do atendimento em Unidades de Alimentação e Nutrição hospitalares. **Revista de Nutrição**, v. 17, n. 4, p. 425-436, 2004.

STANGA, Z. et al. Hospital food: a survey of patients' perceptions. **Clinical Nutrition**, v. 23, n. 3, p. 241-246, 2003.

VERRENGIA, E. C. **A dieta hipossódica na percepção de indivíduos hipertensos em um hospital público**. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

WAITZBERG, D. L. et al. Hospital malnutrition: the Brazilian National Survey (IBRANUTRI): a study of 4000 patients. **Nutrition**, v. 17, n.º 7-8, p. 553-580, 2001.

YABUTA CY, CARDOSO E, ISOSAKI M. Dieta hipossódica: aceitação por pacientes internados em hospital especializado em cardiologia. **Rev Bras Nutr Clin**, v. 21, n. 1, 2006, p. 33-37.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	41-53	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

INFORMAÇÕES DO TEXTO

Recebido em: 13 abr. 2011.

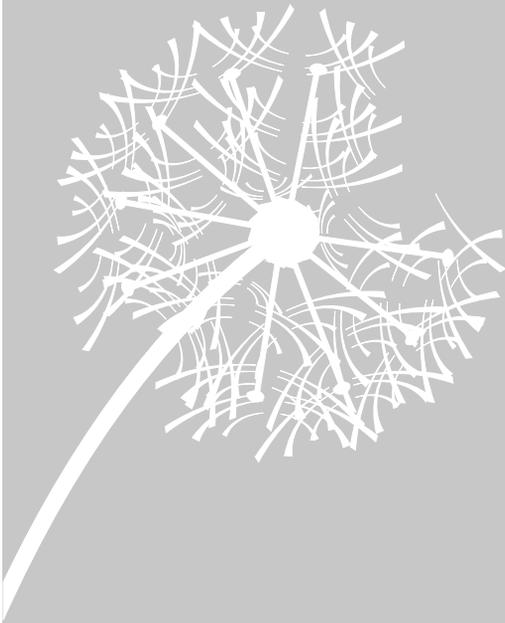
Aceito em: 6 maio 2011.

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico deve ser referenciado da seguinte forma:

DEMÁRIO, Renata Leia; WATANABE, Ruth Yukari; AMORIN, Fabiano Patrick de. Dieta hipossódica: percepção de pacientes em um hospital de caridade da cidade de Guarapuava—PR. **Propagare**: revista científica da Faculdade Campo Real, Guarapuava, v.1, n. 2, p. 41-53, jul./dez. 2011.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	41-53	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO INQUÉRITO COMO FATOR DETERMINANTE PARA O SURGIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ana Maria Bourguignon de Lima

RESUMO

Considerando que o Ministério Público nasceu no direito francês, por meio da Orde-nança de 25 de março de 1302, o presente texto tem por objetivo aprofundar esse mo-mento histórico, concebendo que a legislação é resultado de um processo que envolve fatores políticos, jurídicos e culturais. Assim, entende-se que outros elementos podem auxiliar a história do direito a compreender o contexto do surgimento do Ministério Público. Para tanto, utilizamos a genealogia empreendida por Michel Foucault (2005) na obra “A verdade e as forma jurídicas” para sustentar o argumento de que o *Parquet* foi instituído a partir do surgimento da prática do inquérito e da sua inserção como instrumento do Estado na busca pela verdade. Ou seja, defende-se aqui que a inserção do inquérito como prática judiciária é determinante para o nascimento das atribuições que hoje caracterizam o Ministério Público.

Palavras-chave: Ministério Público. Inquérito. Teoria do Estado. História do Direito.

* Pós-graduanda do curso de Especialização em Gestão Pública, Universidade Aber-ta do Brasil (UAB) e Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bacharel em Direito pela Faculdade Campo Real, Advogada OAB/SC 30.499, Florianópolis – SC, Brasil, (aninhadl@yahoo.com.br).

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	57-68	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

1 INTRODUÇÃO

Os estudos em história do direito apontam, majoritariamente, que o Ministério Público nasceu no direito francês, instituído pela Ordenança de 25 de março de 1302, do rei Felipe IV, o Belo. A doutrina menciona que este é o primeiro texto legislativo a regulamentar a função dos procuradores do rei, os quais surgiram juntamente com a formação da monarquia medieval francesa.

Mazzilli (2005; 2007), Sauwen Filho (1999), Lima (2007), Guimarães (2009) e Macedo Júnior (2006) afirmam que existem traços das atribuições dos atuais promotores de justiça em funcionários reais do antigo Egito, em instituições da Grécia e de Roma antigas e em funcionários dos senhores feudais na Idade Média. Mas, consideram a origem francesa a mais indicada, sob o fundamento de que a legislação de 1302 marca o nascimento do *Parquet*.

O presente texto tem por objetivo aprofundar esse momento histórico para identificar quais circunstâncias determinam o nascimento do Ministério Público e da instituição do inquérito como prática judiciária. Em outros termos, verifica de que forma o Estado passa a se posicionar como sujeito interessado na investigação criminal, organizando-se para apurar infrações e desvendar a sua autoria.

Para tanto, parte-se do pressuposto de que o direito resulta de um processo que envolve fatores políticos, jurídicos e culturais. Considera-se, com base na Teoria Tridimensional do Direito, que “o Estado não é apenas um sistema geral de normas” “nem um fenômeno puramente sociológico”. “É uma realidade cultural *constituída historicamente em virtude da própria natureza social do homem*, que encontra a sua integração no ordenamento jurídico” (MALUF, 2006, p. 5-6, grifo nosso).

Assim, o objetivo não é analisar as legislações que instituem e modificam o Ministério Público, mas estudar os aspectos sociais, culturais e políticos que resultam no nascimento dessa instituição.

Ao prefaciar sua obra *Introdução Histórica ao Direito*, Gilissen (2003, p. 9) explica que o estudo histórico do direito pode ser concebido de duas maneiras diferentes. A primeira delas está interessada em traçar a evolução do direito em um determinado país. A outra situa a história do direito “[...] num quadro geográfico e cronológico mais vasto, como, por exemplo, o quadro europeu ou mesmo o quadro universal”. O autor enfatiza e justifica sua posição:

A história do direito visa fazer compreender como é que o direito actual se formou e desenvolveu, bem como de que maneira evoluiu no decurso dos séculos. O quadro geográfico dessa investigação não pode estar limitado às fronteiras de um só país; é absolutamente necessário situá-la num quadro mais vasto, que compreenda toda a Europa ocidental, em virtude das influências exercidas pelo direito dos diferentes países no sistema jurídico de cada um deles.

A generalidade dos países europeus faz parte da família dos direitos ditos romanistas, ou seja, dos sistemas jurídicos influenciados pelo direito romano da antiguidade.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	57-68	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

O Brasil vincula-se à tradição do direito ocidental, tornando importante o retorno à história desses países com vistas a entender as origens do nosso sistema normativo. Isso porque o berço das instituições governamentais brasileiras remonta o processo histórico da colonização portuguesa, uma vez que, Portugal, ao adotar a tradição romano-germânica do direito, introduziu-a também nos institutos jurídicos do Brasil. Arrimada em Gusmão (2006, p. 329), “[...] o direito brasileiro, através do direito português, sofreu a influência do direito romano, do direito germânico e do direito canônico”.

A fim de realizar esse intento, toma-se a pesquisa como exploratória, conceituada por Gil (1999, p. 43) como a construção de uma visão geral acerca de um fato. O delineamento desta proposta exigiu apoio na revisão histórica, cujo objetivo é “[...] a recuperação da evolução de um conceito, área ou tema, etc. e a inserção dessa evolução dentro de um quadro de referência que explique os fatores determinantes e as implicações das mudanças” (LUNA, 1999, p. 86). O procedimento metodológico trabalhado foi a pesquisa bibliográfica.

Diante disso, este texto traz alguns elementos formadores do direito medieval com o escopo de mapear as origens e demonstrar o estabelecimento da prática do inquérito e do conseqüente aparecimento da figura do Ministério Público. Além da história, utiliza-se a genealogia empreendida por Foucault (2005), na obra “A verdade e as forma jurídicas”, para sustentar o argumento de que o *Parquet* foi instituído a partir do surgimento da prática do inquérito e da sua inserção como instrumento do Estado na busca pela verdade. Ou seja, defende-se aqui que a inserção do inquérito como prática judiciária é determinante para o nascimento de algumas das atribuições que hoje caracterizam o Ministério Público.

2 A INSERÇÃO DO INQUÉRITO COMO PRÁTICA JUDICIÁRIA E O SURGIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público surge como instituição no século XII, no mesmo período de transição do feudalismo para a consolidação das monarquias nacionais no continente europeu. O feudalismo, caracterizado principalmente pela descentralização política, gradativamente perde espaço para a personificação do poder político nas figuras dos reis, cujas monarquias nacionais mais tarde resultariam na constituição do Estado absoluto. Nesse contexto de consolidação do aparato político-institucional das monarquias, surge a necessidade de estabelecer um procedimento de investigação sobre infrações e de encarregar funcionários especiais para fiscalizar e guardar os interesses dos reis. Manifesta-se, assim, a conexão entre a história do Ministério Público e da inserção do inquérito como prática judiciária.

Para tanto, é válido mencionar as características do direito feudal com vistas a demonstrar, sob a perspectiva da genealogia foucaultiana, como ocorre a transição do emprego da vingança privada na solução de litígios para a adoção de um inquérito que

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	57-68	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

privilegiasse a investigação das infrações.

No direito feudal, por influência do direito germânico, os conflitos são resolvidos com a prática da vingança, em que a vítima e o seu ofensor disputam por meio de rituais pré-estabelecidos quem deve ganhar o litígio. Nas palavras de Foucault (2005, p. 56), “[...] não há ação pública, isto é, não há ninguém – representando a sociedade, o grupo, o poder, ou quem detém o poder – encarregado de fazer acusações contra os indivíduos”. Isso porque o direito germânico não distingue justiça e guerra, mas se consubstancia em uma forma ritualizada de condução da guerra.

Nesse sistema, se os litigantes desejam escapar do ritual da disputa, a opção é adotar a transação, na qual eles chamam um árbitro que quantifique em valor o dano causado para ressarcir a vítima e sanar o conflito. Assim, os conflitos são resolvidos entre a vítima e o pretense acusado. A existência de um processo penal só ocorre com a prática de uma infração considerada danosa à comunidade, tais como a traição e a homossexualidade. Nesses casos, a comunidade, sentindo-se lesada, intervém exigindo a reparação do dano. Nos demais casos, vige a vingança privada.

Como explica o autor, o direito germânico e, por conseguinte, a prática da vingança prevalece sobre o direito romano até o final do século XII, o que torna o direito feudal essencialmente de tipo germânico. No direito feudal, os conflitos são resolvidos pelo sistema da prova. Ou seja, quando um indivíduo reivindica a outro a reparação de um dano, acusando-o de uma infração, o litígio é dirimido com uma série de provas aceitas por ambos, com o fim de provar a força de um sobre o outro. As provas sociais indicam a importância social do indivíduo que, mostrando-se bem relacionado, arregimenta pessoas que afirmem a sua inocência, independentemente de terem presenciado ou não a prática da infração. Há também as provas corporais chamadas ordálios, que consistem em “[...] submeter uma pessoa a uma espécie de jogo, de luta com seu próprio corpo [...]”, para verificar a inocência ou não do acusado (FOUCAULT, 2005, p. 60).

Nas provas de tipo verbais, o acusado deve pronunciar uma série de fórmulas para demonstrar a sua inocência. O seu fracasso significa a confirmação da acusação. No caso das provas verbais, vale dizer que na hipótese do acusado ser menor, mulher ou padre, este poderia ser substituído por outra pessoa. De acordo com Foucault (2005, p. 60), “Essa outra pessoa, que mais tarde se tornaria na história do direito o advogado, era quem devia pronunciar as fórmulas no lugar do acusado”.

O direito feudal que se estabelece preserva as características do direito germânico, em que a essência do sistema de solução de conflitos não está na busca pela verdade, em descobrir quem praticou a infração e impor a esta pessoa o dever de reparar. O sistema de prova judiciária feudal institui-se como uma espécie de jogo, em que de um lado está a vítima e de outro o acusado. A renúncia ao jogo proposto pela vítima confirma a acusação, pois presume a confissão, ao passo que o resultado da disputa (social, verbal ou física) indica o vencedor do litígio. Nesse sistema não há poder judiciário, alguém imparcial responsável por dizer o direito. E quando está presente um juiz,

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	57-68	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

uma terceira pessoa externa ao conflito, representando a autoridade ou designada pelo consentimento mútuo dos adversários, é para atestar a regularidade do procedimento.

Esse sistema de prática judiciária desaparece no fim do século XII e no curso do século XIII. Toda a segunda metade da Idade Média vai assistir à transformação dessas velhas práticas e à invenção de novas formas de justiça, de novas formas de práticas e procedimentos judiciários. Formas que são absolutamente capitais para a história da Europa e para a história do mundo inteiro, na medida em que a Europa impôs violentamente o seu jugo a toda a superfície da terra. O que foi reinventado nessa reelaboração do Direito é algo que no fundo, concerne não tanto aos conteúdos, mas às formas e condições de possibilidade do saber. O que se inventou no Direito dessa época foi uma determinada maneira de saber, uma condição de possibilidade de saber, cujo destino vai ser capital no mundo ocidental. Essa modalidade de saber é o inquérito que apareceu pela primeira vez na Grécia e ficou encoberto depois da queda do Império Romano, durante vários séculos¹ (FOUCAULT, 2005, p. 62-63).

Contudo, essa mudança jurídica ocorrida na Idade Média só pode ser compreendida diante da hegemonia exercida pela Igreja nesse período, pois ela constituiu-se no principal veículo de unificação dos feudos durante o período medieval. Gilissen (2003, p. 134-135) demonstra os motivos que justificam o poderio da Igreja Católica na Idade Média como expressão do direito e, por conseguinte, como *locus* competente de resolução de conflitos. É possível resumi-los em dois: (a) o caráter ecumênico da Igreja, ou seja, a tendência universalista consistente em considerar o Cristianismo como a única religião verdadeira para todos os homens, autorizou a imposição do direito canônico e a sua aplicabilidade tanto aos clérigos quanto aos leigos; (b) o fato de o direito canônico constituir-se como o único direito escrito durante toda a Idade Média.

Uma das práticas adotadas pela Igreja como forma de controle das condutas é, conforme Foucault (2005, p. 70), a *visitatio* - uma visita empreendida pelo bispo por toda a diocese para saber dos acontecimentos locais. Primeiro, o bispo realiza uma inquirição geral - *inquisitio generalis* - perguntando tudo o que aconteceu na sua ausência. Depois de identificadas as infrações, procede a inquirição especial - *inquisitio specialis* - com o fim de “[...] apurar quem tinha feito o que, em determinar em verdade quem era o autor e qual a natureza do ato”.

A prática do inquérito pela Igreja, isto é, da pesquisa da verdade sobre as práticas consideradas nocivas à ordem moral, é exercida simultaneamente como forma de inquérito espiritual sobre os pecados, faltas e crimes cometidos. Esse modelo mantém-se até o século XII, quando “[...] o Estado que nascia, ou antes, a pessoa do soberano que surgia como fonte de todo o poder, passa a confiscar os procedimentos judiciários” (FOUCAULT, 2005, p. 71). Portanto, o inquérito, entendido como prática judiciária, possui uma dupla origem: uma origem religiosa, eclesiástica, e uma origem administrativa ligada ao surgimento do Estado.

Considerando que o feudalismo caracteriza-se pela descentralização política, a sua decadência inicia-se a partir do processo de centralização política que ocorre com a unificação dos feudos em torno das monarquias medievais. O fortalecimento

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	57-68	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

do poder real ocorre pela confluência de fatores sociais e econômicos. De acordo com Arruda (1989, p. 433), o reino da França já no século X está dividido em grandes feudos nos quais os senhores feudais exercem plenamente seu poder, podendo aplicar a justiça, travar guerras e cunhar moedas. O elo de ligação com o rei é meramente formal, visto que o monarca não tem ingerência dentro dos feudos. A autoridade do rei resume-se ao “[...] controle das cidades e do domínio real (as terras de sua propriedade)”. Todavia, a necessidade de centralizar os poderes exercidos pelos senhores feudais na figura do soberano torna-se proeminente.

O renascimento comercial, viabilizado pela estabilização do sistema feudal em concorrência com a diminuição das invasões bárbaras, contribui para esse processo. Abramson, Gurevitch e Kolesnitski (1978, p. 68), ao explicar o caminho da centralização política na França (séculos XII-XV), indicam que o desenvolvimento do comércio e do artesanato possibilitam a coesão política de regiões até então divididas.

Para que a economia pudesse se desenvolver, era necessário terminar com as discórdias feudais, com os assaltos, e garantir a segurança das rotas comerciais, objetivo que só se podia atingir num Estado unificado em que os grandes senhores feudais estivessem submetidos à autoridade do rei, que disporia da totalidade do poder político. O poder real consolidou-se e conseguiu pôr ordem na administração e na justiça, o que favoreceu ainda mais o desenvolvimento da produção mercantil.

Filipe II, rei da França do início do século XIII, é um dos primeiros monarcas a adotar medidas de centralização política, encarregando funcionários especiais para recolher impostos em todo reino. Outra medida é tomada por Luís IX, que, organizando uma reforma judiciária, fortalece os tribunais reais em detrimento dos senhores feudais. Portanto, o fortalecimento dos monarcas contribui para a contínua ascendência dos tribunais laicos. É nesse contexto de fortalecimento do poder político que o Estado passa a regular e a interferir na resolução dos conflitos sociais. Ou seja, diferente da proposição do direito feudal, os indivíduos deverão submeter suas controvérsias ao Estado que, por sua vez, fica totalmente encarregado de resolver os litígios.

No âmbito jurídico, esse processo de amadurecimento das monarquias reflete-se no fato de o soberano tornar-se fonte de direito. Para tanto, passa a exercer o monopólio da justiça, impondo-se como único meio de liquidação dos conflitos. Nas palavras de Foucault (2005, p. 65), “Os indivíduos então não terão mais o direito de resolver, regular ou irregularmente, seus litígios; deverão submeter-se a um poder exterior a eles que se impõe como poder judiciário e poder político”. Segundo o autor, é nesse momento que surge um “[...] personagem totalmente novo, sem precedente no Direito Romano: o procurador”, legítimo representante do soberano na condução das práticas judiciárias. Assim, o procurador, representando o soberano, substitui a vítima para cobrar o ressarcimento pelo dano causado.

Nesse ponto, há que se destacar uma importante reflexão feita por Foucault (2005) a cerca do aparecimento de uma nova noção de infração. A partir do momento em que o Estado passa a monopolizar os procedimentos judiciários, a sua sobreposição

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	57-68	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

no lugar da vítima significa que a conduta danosa atinge também a ordem jurídica vigente. Ou seja, para que o Estado insurja-se contra alguém que praticou um dano, precisa primeiramente identificar a relevância do dano causado em relação ao direito posto. É dessa forma que a noção de dano é substituída pela idéia de infração, de lesão à lei. Em decorrência, a reparação da infração deve alcançar tanto o ressarcimento dos danos causados à vítima, quanto à ofensa cometida contra o soberano, o Estado, a lei. É em virtude disso, conforme o autor, que nasce o mecanismo das multas e o direito de confisco do Estado.

Desse modo, constatada a existência de uma infração, o procurador do rei apresenta-se como representante do poder lesado para conduzir o procedimento que irá resultar na identificação do acusado e na imposição do dever de reparação. Ocorre que, nesse momento, o Estado não dispõe de um procedimento judiciário próprio de solução dos conflitos. Como já visto, o direito laico anterior (feudal) adota o ritual judiciário da vingança - incompatível com a nova ordem jurídica. Ao passo que o direito canônico possui uma prática regulamentada de solução dos litígios, consistente no procedimento inquisitório. O inquérito realizado pela Igreja passa, então, para os domínios do Estado, para preencher essa demanda de instrumentalização das práticas judiciárias. É o mesmo modelo de inquérito realizado pelos eclesiásticos em suas paróquias, dioceses e comunidades que será transposto para o ritual judiciário a cargo do procurador do rei, que “[...] vai procurar saber por *inquisitio*, por inquérito, se houve crime, qual foi ele e quem o cometeu” (FOUCAULT, 2005, p. 71).

Esse curioso personagem, que aparece na Europa por volta do século XII, vai se apresentar como representante do soberano, do rei ou do senhor. Havendo crime, delito ou contestação entre dois indivíduos ele se apresenta como representante de um poder lesado pelo único fato de ter havido um delito ou um crime. O procurador vai dublar a vítima, vai estar por trás daquele que deveria dar a queixa, dizendo: “Se é verdade que este homem lesou um outro, eu, representante do soberano, posso afirmar, que o soberano, seu poder, a ordem que ele faz reinar, a lei que ele estabeleceu foram igualmente lesados por esse indivíduo. Assim, eu também me coloco contra ele”.

A partir da apropriação da prática do inquérito pelo Estado, verifica-se a necessidade de representantes dos reis nas cortes de justiça, a fim de que os interesses estatais – considerados do próprio monarca – sejam defendidos por pessoas qualificadas, ou seja, responsáveis pela condução do inquérito. O Estado apodera-se da prática judiciária do inquérito porque, a partir do momento em que o procurador substitui a vítima, exercendo o monopólio da justiça, não pode se arriscar no jogo do sistema de prova judiciária utilizada no direito feudal. “O rei ou seu representante, o procurador, não podem arriscar suas próprias vidas ou seus próprios bens cada vez que um crime é cometido” (FOUCAULT, 2005, p. 67).

Tal processo de fortalecimento do poder real foi vivido antes na França, justamente no primeiro local onde a figura dos procuradores do rei é legalizada. Felipe IV, o Belo, por meio das Ordenanças de 25 de março de 1302, institui duas classes

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	57-68	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

de procuradores: os *advocats du roi*, que têm atribuições exclusivamente cíveis, e os *procureurs du roi*, que possuem as funções de defesa do fisco e de natureza criminal (MACEDO JÚNIOR, 2006, p. 1). Esse regulamento marca o nascimento oficial do Ministério Público francês, que “[...] nasceu da fusão destas duas instituições, unidas pela idéia básica de defender os interesses do Soberano que representava os interesses do próprio Estado”.

Em suma, baseada em Foucault (2005, p. 72-75), verifica-se que o inquérito nascido na Idade Média, como prática judiciária de pesquisa da verdade, introduz-se no ordenamento jurídico a partir da Igreja e por isso é impregnado de categorias religiosas. O inquérito, ao ser adaptado à realidade jurídica, traz consigo a importante noção de infração, que passa a ser definida tanto como ofensa à moral, como ao soberano, à ordem jurídica. A prática judiciária da busca pela verdade sobre qual infração foi praticada, onde, por que, contra quem e por quem, impõe a necessidade de racionalização dos procedimentos judiciários.

Não foi racionalizando os procedimentos judiciários que se chegou ao procedimento do inquérito. Foi toda uma transformação política, uma nova estrutura política que tornou não só possível, mas necessária a utilização desse procedimento no domínio judiciário. O inquérito na Europa Medieval é sobretudo um processo de governo, uma técnica de administração, uma modalidade de gestão; em outras palavras, o inquérito é uma determinada maneira do poder se exercer. [...]

[...] Seu aparecimento é um fenômeno político complexo. É a análise das transformações políticas da sociedade medieval que explica como, por que e em que momento aparece este tipo de estabelecimento da verdade a partir de procedimentos jurídicos completamente diferentes. Nenhuma referência a um sujeito de conhecimento e a sua história interna daria conta desse fenômeno. Somente a análise dos jogos de força política, das relações de poder, pode explicar o surgimento do inquérito.

Tão importante essa modificação no direito, pois desse momento em diante, a tendência que se verá confirmada no decorrer dos séculos, principalmente com a noção de Estado de Direito, é de que o conceito de justiça será relacionado não mais ao conceito de força, tal como ocorria no direito feudal, mas um direito aplicado igualmente a todas as pessoas. É interessante notar que essa forma de saber denominada de inquérito não surgiu apenas como fruto de um processo de racionalização das formas jurídicas, mas como resultado de um processo de mudança nas estruturas políticas, de complexificação do exercício do poder político.

3 CONCLUSÃO

A opção por um estudo situado no âmbito da história do direito parte da idéia de construção de um conhecimento acerca da formação do Estado e de seu aparelho organizacional e judiciário. Tomar o direito como produto do desenvolvimento das comunidades humanas, fruto da confluência de fatores culturais, sociais, políticos, econômicos e filosóficos permite contextualizar o surgimento da instituição do Ministério Público. O que corrobora para uma formação acadêmica mais genérica que

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	57-68	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

situa o papel preponderante do direito na constituição do Estado e de todo o seu aparato institucional e judiciário. Por isso, a opção pela pesquisa bibliográfica de revisão histórica.

Nesse sentido, a reflexão feita por Michel Foucault contribui para esclarecer as transformações políticas ocorridas durante o período de consolidação da monarquia nacional francesa que culminariam no fortalecimento do poder real e a posterior formação do Estado moderno. Nessa conjuntura, o autor demonstra de que modo a tarefa de dirimir os conflitos sociais torna-se interesse do monarca, surgindo daí uma dupla necessidade: do estabelecimento de um procedimento de investigação (inquérito) e da designação de funcionários encarregados de fiscalizar e guardar os interesses do rei. Nasce o Ministério Público na aurora do Estado, no exercício das funções de procuradores e advogados do monarca, com a missão de defender os interesses estatais na condução do inquérito.

Assim, concluímos que o direito, sob uma visão integrada às demais áreas do saber, permite conhecer as estruturas que justificam a vida em sociedade. A história do direito possui essa característica integradora, pois possibilita perguntar porque as instituições são do jeito que são. De acordo com Gilissen (2003, p. 13), a história é a única capaz de explicar o que são as nossas instituições e porque são estas as que existem e não outras. Essa é a inflexão singular sob a qual colocamos o Ministério Público.

THE INSTITUTIONALIZATION OF THE INQUIRY AS DETERMINANT FACTOR FOR THE EMERGENCE OF PROSECUTION COUNSEL

ABSTRACT

Considering that the Prosecuting Counsel was born in French, through the Ordinance of 25 March 1302, this text aims to deepen this historic moment, conceiving that the legislation is the result of a process involving political, juridical and cultural factors. Thus, we believe that other factors may help the history of law to understand the context of the emergence of the Prosecuting Counsel. So, we use the genealogy undertaken by Michel Foucault (2005) on the book "Truth and legal forms" to support the argument that the Parquet was instituted through the advent of the investigation practice and its inclusion as an instrument of the State in search for truth. In other words, we argue here that the inclusion of inquiry as a judicial practice is crucial to the birth of the assignments that today characterize the Prosecuting Counsel.

Keywords: Prosecuting Counsel. Inquiry. Theory of State. History of Law.

REFERÊNCIAS

ABRAMSOM, M.; GUREVITCH, A.; KOLESNITSKI, N. **História da idade**

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	57-68	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

média: do séc. XI ao séc. XV. Lisboa: Editora Estampa, 1978.

ARRUDA, José J. **História antiga e medieval**. São Paulo: Ática, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

GILISSEN, John. **Introdução histórica ao direito**. Lisboa: Fundação Calouste Guberian, 2003.

GUIMARÃES, Rodrigo R. C. **Controle Externo da atividade policial pelo Ministério Público**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

LIMA, Ana Maria Bourguignon de; BUSATO, Paulo César. A formação histórica do ministério público: origens do Ministério Público na França, em Portugal e no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas**. Disponível em: <www.pgj.ma.gov.br/ampem1.asp>. Acesso: 24 jul. 2008.

LIMA, Marcellus Polastri. **Ministério Público e persecução criminal**. 4. ed. rev., atual. e acrescida. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

MACEDO Júnior, Ronaldo P. **O Ministério Público 500 anos após o descobrimento**. 2000. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/6mp/mpublico/mp500.html>>. Acesso em: 21 abr. 2006.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao Ministério Público**. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Regime jurídico do Ministério Público: análise do Ministério Público na constituição, na lei orgânica nacional do Ministério Público, na lei orgânica do Ministério Público da União e na lei orgânica do Ministério Público Paulista**. 6. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

SAUWEN FILHO, João Francisco. **Ministério Público brasileiro e o estado democrático de direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

1 Na proposição foucaultiana, o inquérito é definido como uma forma de pesquisa da verdade, que teria sua origem nas estruturas míticas da religiosidade grega e seria expandida para o próprio exercício filosófico desse povo. Contudo, como bem atesta o autor, no interior da ordem jurídica essa prática institucionaliza-se apenas no transcorrer do século XIII (FOUCAULT, 2005, p. 12). Vale lembrar que a estrutura da “busca pela verdade” estará presente em várias modalidades de investigação das Ciências.

INFORMAÇÕES DO TEXTO

Recebido em: 11 maio 2011.

Aceito em: 1 junho 2011.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	57-68	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico deve ser referenciado da seguinte forma:

LIMA, Ana Maria Bourguignon de. A institucionalização do inquérito como fator determinante para o surgimento do Ministério Público. **Propagare**: revista científica da Faculdade Campo Real, Guarapuava, v. 1, n. 2, p. 57-68, jul./dez. 2011.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	57-68	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

EARNINGS MANAGEMENT: UMA APLICAÇÃO EMPÍRICA NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

Pedro Piccoli*

Carol Thiago Costa**

Paulo de Paula Baptista***

Wesley Vieira da Silva****

RESUMO

O presente artigo busca evidenciar a ocorrência do fenômeno de gerenciamento de resultados ou *Earning Management* no setor bancário brasileiro no período de Janeiro de 1994 a outubro de 2008, de acordo com a metodologia de Burgstahler e Dichev (1997). Este trabalho analisa também se a Teoria do Prospecto oferece a possibilidade de explicar esse fenômeno. A amostra foi composta pelos lucros líquidos trimestrais dos bancos listados na Bolsa de Valores de São Paulo ajustados pelos respectivos valores de mercado, disponíveis no banco de dados do Economática Softwares para Investidores Ltda. Os resultados do trabalho mostram que há indícios de *Earning Management* para o setor bancário brasileiro. No entanto, para essa amostra, a Teoria do Prospecto não fornece uma capacidade de explicação estatisticamente significativa para o fenômeno observado.

Palavras-chave: Gerenciamento de resultados. Contabilidade criativa. Teoria do prospecto. Setor bancário.

* Mestre em Administração Estratégica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC), Curitiba – PR, Brasil, (pedro.r.piccoli@gmail.com).

** Mestrando em Administração Estratégica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC), Curitiba – PR, Brasil, (carol.costa@pucpr.br).

*** Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (USP), Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC), Curitiba – PR, Brasil, (p.baptista@pucpr.br).

**** Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC), Curitiba – PR, Brasil, (wesley.vieira@pucpr.br).

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	69-82	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

1 INTRODUÇÃO

Os recentes escândalos financeiros protagonizados pela publicação de informações contábeis fraudulentas por parte da gigante do setor energético americano *Enron*, chamaram a atenção mais uma vez para a temática do conflito de interesses entre os gestores das companhias de capital aberto e seus acionistas, originando uma série de medidas que objetivavam a proteção destes, como a lei *Sarbanes-Oxley* aprovada pelo senado americano em julho de 2002. Ao mesmo tempo, estes fatos acabaram por resgatar a importância do conceito de governança corporativa dentro das organizações.

Dentre vários aspectos, um dos temas defendidos por essa medida se referia à maior rigidez quanto à publicação das informações financeiras das empresas, uma vez que elas influenciam fortemente a decisão de investimento do mercado.

Nesse contexto, ganha relevância o estudo do chamado Gerenciamento de Resultados, ou *Earnings Management*, que trata da manipulação, dentro dos limites legais, dos resultados obtidos por empresas que acabam por não refletir a melhor apresentação de sua realidade econômico-financeira. Nesse caso, a empresa se aproveita da flexibilidade dos princípios e normas contábeis, oriundos de brechas legais, possibilitando a publicação de informações assimétricas.

Healey e Wahlen (1999) definem *Earnings Management* como sendo a alteração, realizada por seus gestores, dos resultados publicados pela empresa a fim de induzir o mercado a interpretações errôneas visando à preservação de seus cargos e à celebração de contratos vantajosos com terceiros.

Assim, ainda que o Gerenciamento de Resultados não incorra em atos ilícitos, acaba por influenciar a tomada de decisão do mercado ao deturpar o princípio básico das demonstrações contábeis que é o de fornecer informações claras às partes relacionadas.

Nesse sentido, um dos objetivos deste trabalho é identificar a existência do Gerenciamento de Resultados para o setor bancário brasileiro. Para tanto, será adotada a metodologia proposta por Burgstahler e Dichev (1997) para o mercado americano, que evidencia a manipulação de resultados ligeiramente negativos por meio da análise do histograma dos resultados publicados pelas empresas compreendidas na amostra.

Além disso, o presente estudo busca também avaliar se, uma vez comprovada a existência do Gerenciamento de Resultado, esse fenômeno pode ser explicado pela Teoria do Prospecto, de Kahneman e Tversky (1979), a qual sugere que os maiores ganhos, e, portanto os maiores incentivos à manipulação da contabilidade, ocorrem em um cenário de mudança de uma perda para um ganho. Nesse caso, será empregada a metodologia utilizada por Fiegenbaum (1990) também para o mercado americano.

Na literatura brasileira, vários trabalhos sobre o *Earnings Management* vêm sendo publicados objetivando evidenciar este fenômeno bem como propor explicações para a sua ocorrência, como os estudos de Martinez (2001) e Fuji (2005). No entanto, estes estudos não replicam a metodologia adotada por Burgstahler e Dichev

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	69-82	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

(1997), nem avaliam a Teoria do Prospecto como forma de explicar a existência desse fenômeno, conforme se propõe este trabalho, justificando, portanto, sua relevância e contribuição para o fortalecimento da teoria acerca do gerenciamento de resultados.

Para atingir tais objetivos, o presente estudo se estrutura da seguinte forma: a seção dois apresenta o referencial teórico que fundamenta a pesquisa. A terceira e quarta seções explicam o desenvolvimento da pesquisa pela elaboração da hipótese e explicação da metodologia. Na quinta seção, os resultados são apresentados e discutidos e, por fim, mostram-se as conclusões a que se chegou.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

O objetivo da fundamentação teórico-empírica deste trabalho é descrever de modo coerente o estado do conhecimento sobre o tema proposto, valendo-se de referências de diversos autores com publicações sobre a temática abordada.

Na definição de *Earnings Management*, uma das colocações mais aceitas é a proposta por Schipper (1989, p. 92) como sendo: “*a purposeful intervention in the external financial reporting process, with the intent of obtain some private gain*”.

É importante salientar que essa manipulação nos resultados não significa a adoção de medidas ilegais, pois conforme salienta Martinez (2001), o gestor opera dentro dos limites prescritos pela legislação, atuando nos pontos em que as normas contábeis oferecem certa flexibilidade. No entanto, ao agir dessa forma, o gestor deturpa uma das principais finalidades dos demonstrativos contábeis que é a de informar ao mercado a realidade da empresa, buscando a satisfação de objetivos individuais.

Segundo Santos e Grateron (2003), as principais causas do gerenciamento de resultado estão nas:

- a) características dos princípios contábeis, dada a existência de múltiplas estimativas e a flexibilidade, a arbitrariedade e a subjetividade na aplicação das normas contábeis;
- b) características sociais e de comportamento humano, tais como valores éticos, culturais e de atitude diante da fraude.

Nesse sentido, Leuz et al (2003) afirmam que gerentes e controladores têm incentivo ao gerenciar os resultados com o objetivo de mascarar a performance da empresa a fim de conseguir benefícios próprios. Eles afirmam ainda que os gestores possam manipular negativamente os resultados a fim de “criar reservas” para o futuro, uma vez que uma possível queda de performance futura, após anos de crescimento alavancado, poderia colocar sua posição em risco.

Assim, evidencia-se a relevância da identificação de *Earnings Management* bem como de suas motivações. Vários estudos se propuseram a tanto, conforme será mostrado a seguir.

2.1 EVIDÊNCIAS SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	69-82	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

Conforme destacado anteriormente, a literatura internacional vem produzindo vários estudos objetivando a comprovação da existência do *Earnings Management* em diferentes mercados. Dentre estes estudos, pode-se destacar o trabalho de Burgstahler e Dichev (1997) realizado no mercado americano.

Neste trabalho, os autores analisaram os resultados obtidos por empresas do setor industrial publicados no período de 1976 a 1994, totalizando 64.666 observações. Esses resultados foram divididos pelo valor de mercado das companhias e diagramados em um histograma relacionando à quantidade de observações por intervalo de resultado, conforme mostra a Figura 1.

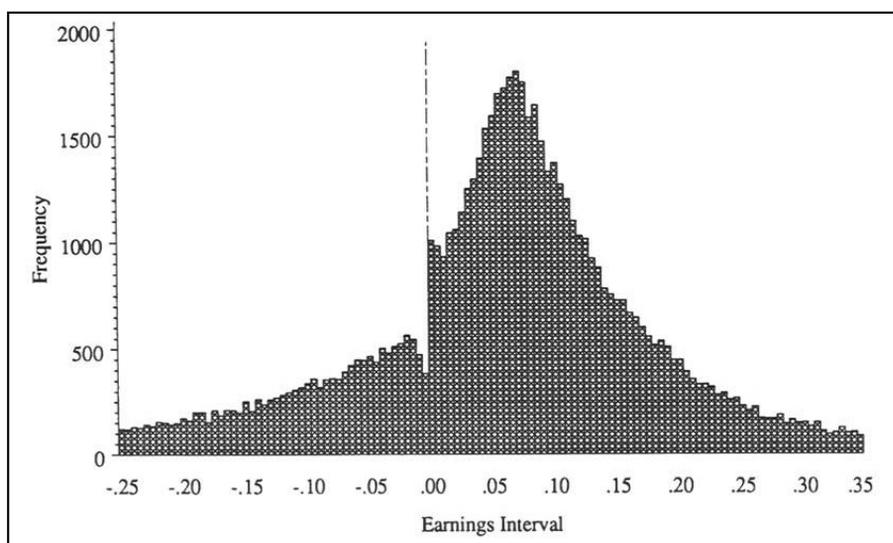


Figura 1 - Distribuição do lucro líquido das empresas norte-americanas não financeiras.
Fonte: Burgstahler e Dichev, 1997.

Ao analisar a Figura 1, percebe-se claramente uma quebra em seu traçado no ponto referente aos resultados logo abaixo de zero. Ou seja, resultados ligeiramente abaixo de zero ocorrem com uma frequência muito menor do que seria o esperado, dado o comportamento da curva. A esse fenômeno os autores denominam *drop at zero*. Para eles, esse fato seria uma evidência de que os resultados ligeiramente negativos seriam manipulados para tornarem-se ligeiramente positivos. Nesse sentido, os autores afirmam que “*as with earnings decreases, there is reason to believe that incentive to avoid losses might be increasing in the length of the preceding string of positive earnings*” (Burgstahler e Dichev, 1997, p. 109).

Para identificar a existência estatística do gerenciamento de resultado da amostra, os autores operacionalizam o conceito de suavidade da curva, encontrando

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	69-82	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

evidências estatisticamente significativas desse fenômeno quanto à manipulação de resultados ligeiramente negativos.

Utilizando a mesma metodologia, Shen e Chih (2005) estudaram a ocorrência do fenômeno no setor bancário de 48 países, encontrando evidências estatisticamente significativas em 42 deles, corroborando com a teoria.

Na literatura brasileira, destaca-se o trabalho de Martinez (2001). Adotando uma metodologia de caráter contábil, o autor buscou detectar o gerenciamento de resultado no mercado brasileiro pela análise dos *accruals* discricionários¹ para uma amostra de 282 empresas listadas na Bovespa, encontrando resultados que corroboram com a existência desse fenômeno.

Utilizando-se de uma metodologia semelhante, Fuji e Carvalho (2005) replicaram os estudos de Martinez (2001) para o setor bancário e encontraram evidências de *Earnings Management* pela utilização da conta despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa.

2.2 A TEORIA DO PROSPECTO COMO EXPLICAÇÃO PARA O FENÔMENO DE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

No estudo seminal de Burgstahler e Dichev (1997), os autores propõem a utilização da Teoria do Prospecto de Tversky e Kahneman (1979) para explicar a motivação dos gestores em incorrer em *Earnings Management*.

Esta teoria teve sua origem no notório trabalho de Tversky e Kahneman de 1979 sobre o processo de tomada de decisão em situações de incerteza e risco. Nesse artigo, os autores, ambos psicólogos, submetem um grupo de 95 indivíduos a duas situações hipotéticas: uma de ganho de capital e outra de perda, ambas com a mesma probabilidade de ocorrência e os mesmos retornos. Os resultados mostraram que na primeira situação (de ganho) a maioria dos indivíduos optou pela opção de menor risco e retorno enquanto que na segunda (de perda) a maior parte optou pela opção de maior risco e perda.

Dessa forma, os autores concluíram que os indivíduos, de um modo geral, são propensos ao risco quando a situação a que estão submetidos é de perda, ao passo que são avessos ao risco quando a situação é de ganho.

Baseando-se nesses conceitos, Burgstahler e Dichev (1997) inferem que uma das causas da motivação do gerenciamento de resultados está no risco assumido pelos gestores em virtude de resultados negativos, justificado pela heurística de propensão ao risco na situação de perda (neste caso, resultados negativos).

¹ O termo *accrual* significa a diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa, representada por aquelas contas de resultado que compõem o resultado contábil, mas não implicam em necessária movimentação de disponibilidades (p.e.: conta amortizações). *Accrual* Discricionários seriam, portanto, aqueles realizados com o intuito de gerenciar o resultado contábil.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	69-82	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

A partir dessa proposição de Burgstahler e Dichev (1997), Shen e Chih (2005) utilizam-se do modelo de Fingenbaum (1990) que sugere a associação risco-retorno baseando-se nos resultados contábeis. A esses modelos, os autores submetem uma amostra compreendendo empresas do setor bancário de 48 países e concluem que os resultados indicam que a Teoria dos Prospectos pode ser adotada como uma explicação para a ocorrência de *Earnings Management*.

Uma vez realizada a revisão da literatura relativa ao tema, será definida, a seguir, a metodologia adotada para a consecução dos objetivos anteriormente propostos.

3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O método de pesquisa refere-se a uma forma de pensar visando chegar à natureza de um determinado problema, quer seja para estudá-lo, quer seja para explicá-lo, por meio de suporte técnico, auxiliando o pesquisador a chegar a um resultado específico.

Nesse contexto, Silva e Menezes (2005) caracterizam essa pesquisa em função de sua natureza como sendo uma pesquisa aplicada, uma vez que busca gerar conhecimentos para aplicações práticas e direcionadas à solução de problemas específicos.

No que tange às informações coletadas para análise, estas são quantificadas e traduzidas em números com base no problema de pesquisa, sendo, portanto, uma abordagem de natureza quantitativa.

Esta pesquisa ainda pode ser caracterizada como um estudo descritivo, uma vez que procura entender melhor o comportamento de diversos fatores e elementos que influenciam um determinado fenômeno. São processos de estudos que visam abranger a correlação entre as variáveis, dando margem à explicação da relação de causa e efeito dos fenômenos (OLIVEIRA, 2004, p. 114).

Por fim, o trabalho pode ser caracterizado quanto à dimensão temporal como sendo um estudo de natureza longitudinal, uma vez que avalia os dados coletados no período compreendido entre Janeiro de 1994 e Outubro de 2008.

3.1 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

De acordo com o citado anteriormente, o objetivo deste trabalho é o de identificar a existência de *Earning Management* no setor bancário brasileiro e, caso seja comprovada, avaliar a possibilidade de explicação deste fenômeno a partir da Teoria do Prospecto.

Para tanto, foram selecionados na base de dados do Economática Softwares para Investidores Ltda., os lucros líquidos trimestrais de todas as empresas do setor bancário listadas na Bovespa entre Janeiro de 1994 e Outubro de 2008, ajustados pelo valor de mercado destas empresas a cada trimestre do período observado. Dessa

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	69-82	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

população, foram excluídos os lucros líquidos daquelas empresas que encerraram suas atividades no período selecionado a fim de evitar vieses metodológicos.

Assim, a amostra foi composta por 689 observações referentes à publicação do lucro líquido ajustado ao valor de mercado de 28 empresas do setor bancário brasileiro.

Conforme descrito, outra proposição deste trabalho é avaliar a explicação do gerenciamento de resultados segundo a Teoria dos Prospectos, em concordância com o modelo desenvolvido por Fingenbaum (1990). Para tanto, as empresas foram classificadas entre grupos de alto resultado e baixo resultado, de acordo com a média dos resultados observados, conforme mostra a Tabela 1:

Tabela 1: Classificação das instituições financeiras de acordo com o resultado médio no período de Janeiro de 1994 a Outubro de 2008

INSTITUIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO MÉDIO
Besc	BAIXO	(31.671,66)
Banpara	BAIXO	(1.442,14)
Finasinos	BAIXO	439,57
Merc Invest	BAIXO	1.811,58
Est Piaui	BAIXO	3.203,36
Merc Fin	BAIXO	5.888,71
Banese	BAIXO	8.489,08
Nord. Brasil	BAIXO	8.846,19
Merc Brasil	BAIXO	18.846,59
Banestes	BAIXO	20.579,50
Alfa Fin	BAIXO	21.152,63
Indusval	BAIXO	27.671,00
BRB	BAIXO	30.570,00
Parana	BAIXO	37.414,57
Cruzeiro do Sul	ALTO	48.576,63
Amazonia	ALTO	64.929,54
Pine	ALTO	76.767,88
Alfa Inv.	ALTO	80.457,71
Panamericano	ALTO	97.418,86
Daycoval	ALTO	120.871,63
BicBanco	ALTO	141.966,38
Banrisul	ALTO	298.774,09
Nossa Caixa	ALTO	381.486,47
Unibanco	ALTO	692.333,15
Santander	ALTO	942.109,44
BB	ALTO	1.290.193,49
Bradesco	ALTO	1.769.316,22
Itau Banco	ALTO	1.961.089,65

Fonte: Dados processados pelos autores.

A seguir, os dados serão analisados mediante a apresentação e consequente avaliação das hipóteses propostas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	69-82	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

Seguindo a metodologia adotada por Burgstahler e Dichev (1997), os resultados que compõem a amostra foram distribuídos em segmentos, de acordo com sua frequência. Eles foram operacionalizados como sendo o lucro líquido do trimestre ajustado pelo valor de mercado da companhia ao final daquele trimestre, de acordo com o modelo proposto. Para tanto, utilizou-se o programa XLSTAT, adotando-se um total de 240 intervalos conforme mostra a Figura 2:

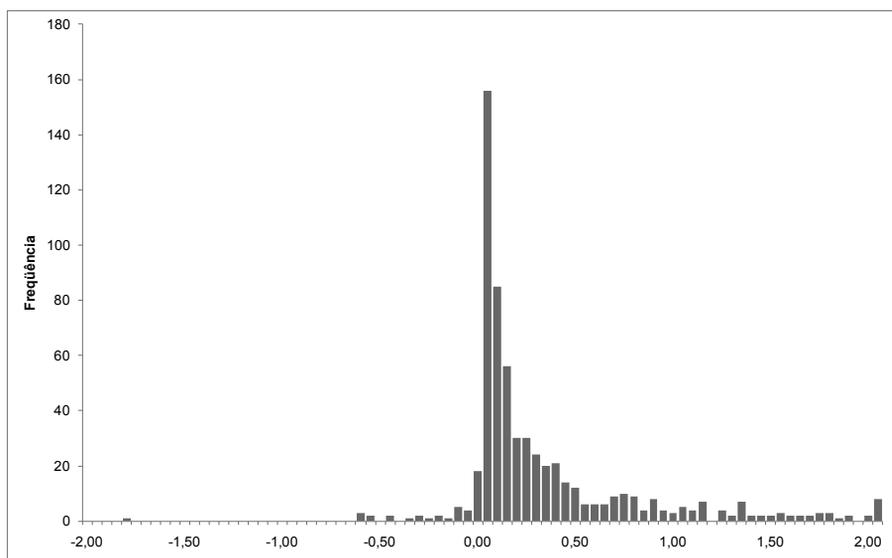


Figura 2: Distribuição do lucro líquido ajustado pelo valor de mercado ao final do trimestre das empresas do setor bancário listadas na Bovespa entre Janeiro de 1994 e Outubro de 2008.

Fonte: Dados processados pelos autores.

Ao analisar-se a Figura 2, percebe-se que o número de observações no intervalo imediatamente à direita do ponto zero é bastante distinto do número de observações do intervalo imediatamente à esquerda do ponto zero, representando uma evidência gráfica de *Earnings Management*.

A fim de avaliar estatisticamente essa hipótese, os autores operacionalizam o conceito de suavidade da curva a partir do número esperado de observações, que por sua vez é definido como sendo a média entre o número de observações dos dois intervalos adjacentes, conforme mostra a Equação 1:

$$EQ_i = \frac{AQ_{i-1} + AQ_{i+1}}{2} \quad (1)$$

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	69-82	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

Onde:

EQ_i : Valor esperado do número de observações no intervalo i

AQ_{i-1} : Número de observações no intervalo anterior ao intervalo i

AQ_{i+1} : Número de observações no intervalo posterior ao intervalo i

A partir desse constructo, de acordo com o trabalho de Shen e Chih (2005), será testada a hipótese de que a distribuição dos resultados é suave, utilizando-se da seguinte expressão:

$$EM = \frac{AQ_i - EQ_i}{SD_i} \quad (2)$$

Onde:

EM: *Earnings Management*

EQ_i : Valor esperado do número de observações no intervalo i

AQ_i : Número de observações no intervalo i

SD_i : Desvio-padrão no intervalo i

Dessa maneira, a hipótese nula proposta é a de que não existe *Earnings Management* próximo aos intervalos adjacentes ao ponto zero para a amostra estudada. Ou seja, o valor estimado do número de observações é igual ao valor observado, como seria esperado em uma distribuição normal da curva, conforme mostra a seguinte expressão:

$$H_0 : EM_{0-1} - EM_{0+1} = 0 \quad (3)$$

Ao empregar a fórmula acima para a amostra apresentada encontram-se os seguintes resultados para os pontos adjacentes ao ponto zero da curva:

Tabela 2: Valores calculados do constructo EM para os pontos adjacentes ao ponto zero

Ponto	EQ	AQ-EQ	EM
0 -1	80	-62	-2,993
0 + 1	51,5	104,5	5,045

Fonte: Dados processados pelos autores.

Assim, uma vez que os valores de EM_{0-1} e EM_{0+1} são bastante distintos, a hipótese nula foi rejeitada, comprovando a existência de *Earnings Management* para a amostra utilizada. Resta, agora, avaliar a possibilidade de explicação desse fenômeno a partir da Teoria do Prospecto.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	69-82	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

Para tanto, será utilizada o modelo proposto por Fiegenbaum (1990) que sugere a aproximação da relação risco-retorno respectivamente pelo desvio-padrão e média dos resultados encontrados no período. Essa aproximação será calculada para o grupo classificado como de Baixo Retorno e para o grupo classificado como de Alto Retorno, conforme mostra a equação de regressão abaixo:

$$\begin{aligned} RISCO &= \alpha_B + \beta_B \cdot RETORNO + \varepsilon \\ RISCO &= \alpha_A + \beta_A \cdot RETORNO + \varepsilon \end{aligned} \quad (3)$$

Segundo Fiegenbaum (1990), se a relação risco-retorno puder ser explicada pela Teoria do Prospecto, o valor de β_B deverá ser negativo (propensão ao risco) e o valor de β_A deverá ser positivo (aversão ao risco).

Para cada um dos grupos, a equação de regressão foi operacionalizada por meio do software PcGive, sendo encontrados os resultados na Tabela 3:

Tabela 3: Resultados obtidos para a equação de regressão do modelo de Fiegenbaum (1990) para a Teoria dos Prospectos

Grupo	β	p valor	p crítico
Baixo retorno	-23,287	0,062	0,05
Alto retorno	0,089	0,687	0,05

Fonte: Dados processados pelos autores.

Ainda que os sinais de β tenham sido coerentes com o modelo de Fiegenbaum (1990), resultando em um valor negativo para o grupo de baixo retorno e positivo para o grupo de alto retorno, não podemos aceitá-los uma vez que estes resultados não foram estatisticamente significativos a um nível de 5% porque observou-se um p_{valor} maior que o $p_{\text{crítico}}$ para o grupo de alto retorno.

Assim, diferentemente do observado no modelo americano, a Teoria do Prospecto não se mostrou suficiente para explicar a existência do *Earnings Management* para as instituições financeiras do mercado brasileiro.

Conforme proposto por Burgstahler e Dichev (1997), uma possível explicação para a evidência do gerenciamento de resultado está na Teoria da Agência proposta por Jansen e Meckling (1976). Essa teoria afirma que o agente (representado neste caso pelo gestor) tende a comportar-se de forma oportunista, agindo em interesse próprio em detrimento dos interesses do principal (neste caso, os acionistas) por quem foi contratado.

5 CONCLUSÃO, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho teve por objetivo primeiramente investigar a existência de

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	69-82	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

Earnings Management na indústria bancária do mercado de capitais brasileiro, pela constatação do fenômeno descrito por Burgstahler e Dichev (1997) como “*drop at zero*”. Ou seja, ao ilustrar a distribuição dos resultados financeiros das empresas em forma de histograma, percebe-se uma descontinuidade no traçado da curva em intervalos ligeiramente inferiores a zero.

Esse fato seria a evidência da manipulação de resultados ligeiramente negativos por parte dos gestores da empresa a fim de preservar seus interesses e repassar ao mercado um resultado que não condiz com a realidade da empresa, sem, no entanto, incorrer em fraudes contábeis.

Com base nos resultados obtidos, pode-se constatar a existência de *Earning Management* também para a indústria bancária brasileira, contribuindo para o robustecimento da teoria. Percebe-se que, mesmo em um setor extremamente regulamentado, ainda existem muitos espaços para manipulações nas demonstrações contábeis, haja vista os inúmeros episódios de fraudes em instituições bancárias.

Uma vez detectado este fenômeno, este trabalho buscou também avaliar se, para a amostra estudada, a Teoria do Prospecto de Tversky e Kahneman (1979) oferece uma explicação para a existência deste fenômeno. Nesse caso, utilizou-se a aproximação da associação risco-retorno para os construtos desvio-padrão e média dos retornos, conforme o modelo sugerido por Fiegenbaum (1990).

Tendo em vista os resultados, a hipótese de explicar a existência do gerenciamento de resultados pela Teoria dos Prospectos deve ser rejeitada para a amostra utilizada, pois as evidências estatísticas, mesmo alinhadas ao referencial teórico existente, não obedeceram ao nível de significância de 5%. Tal constatação não invalida os achados sobre o *Earning Management* no setor bancário brasileiro, mas apenas sugerem que a Teoria dos Prospectos não encontra suporte estatístico para explicar este fenômeno. Uma alternativa para a explicação desse fenômeno é a Teoria da Agência proposta por Jansen e Meckling (1976) e que trata do conflito de interesses entre os gestores e os acionistas.

As principais implicações acadêmicas deste estudo estão na necessidade de se ampliar os estudos sobre o *Earning Management* nas instituições bancárias brasileiras, construindo-se uma base teórica sólida e adequada à realidade de nosso país. Nesse sentido, aconselha-se o fomento de novos estudos que avaliem se a Teoria da Agência seria um modelo capaz de explicar empiricamente a ocorrência de *Earnings Management* nas empresas do setor bancário brasileiro.

Como implicações gerenciais (para os operadores do mercado), é importante para as agências reguladoras – *i.e.* Banco Central – compreender como ocorre e quais as motivações envolvidas com o fenômeno, pois se entende que o crescimento de um país somente se dará de forma consistente quando o mesmo estiver ancorado em um sistema bancário sólido e idôneo, sem manipulações em seus resultados financeiros.

Finalmente, deve-se registrar que o presente trabalho foi limitado a uma amostra de 28 ativos da Bovespa, motivo pelo qual se recomenda uma ampliação desta amostra.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	69-82	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

EARNINGS MANAGEMENT: EMPIRICAL APPLICATION IN BRAZILIAN BANK SECTOR

ABSTRACT

The present paper issues to prove the incidence of the Earning Management for the Brazilian's bank industry for the range between January, 1994 until October, 2008 according to the methodology of Burgstahler and Dichev (1997). This study also analyses if the Prospect Theory offers the possibility to explain this phenomena. The sample was composed by the trimester net profit of the banks listed in São Paulo Stock Exchange adjusted by the respective enterprise value, available in the Economática Softwares para Investimentos Ltda database. The results show evidences of Earning Management for the Brazilian bank industry. However, to this sample, the Prospect Theory doesn't offer the capacity of statistical explanation to the observed phenomena.

Keywords: Earning management. Creative accounting. Prospect theory. Bank sector.

REFERÊNCIAS

BURGSTÄHLER, D.; DICHEV, I. Earnings management to avoid earnings decreases and losses. **Journal of Economic Accounting**, v.24, n. 1, p.99, 1997.

CRESWELL, J. M. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2.ed. São Paulo: Artmed, 200-.

DEGEORGE, F.; PATEL, J.; ZECKHAUSER, R. Earning management to exceed thresholds. **Journal of Business**, v.72, n.1, p.1, 1999.

FUJI, A. H.; CARVALHO, L. N. G. **Earnings management no contexto bancário brasileiro**. FEA/USP, 2005. Disponível em <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos52005/7.pdf>> Acesso em: 22 nov. 2008.

HEALEY, P.; WAHLEN, J. A review of the earning management literature and its implications for standard setting. **Account Horizons**, v.13, p.365, 1999.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, New York, v.3, 1976.

LEUZ, C.; NANDA, D.; WYSOCKI, P. D. Investors protection and earning management: an international comparison. **Journal of Financial Economics**, v.69, n.3, p.505, 2003.

MARTINEZ, A. L. Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. **Revista Contabilidade & Finanças**, v.19, n.16, p.7, 26

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	69-82	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

nov. 2008.

MARTINEZ, A. L. Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. **FEA/USP**, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2002.

SANTOS, A.; GRATERON, I. R. G. Contabilidade criativa e responsabilidade dos gestores. **Revista Contabilidade & Finanças**, Porto Alegre – RS, v.7, n.4, 2003.

SCHIPPER, K. Commentary on earnings management. **Accounting Horizons**. Sarasota, v.3, p.91, December 1989.

SHEN, C.; CHIH, H. Investor protection, prospect theory, and earning management: An international comparison of the banking industry. **Journal of Banking and Finance**, v.29, p.2675, 2005.

INFORMAÇÕES DO TEXTO

Recebido em: 23 fev. 2011.

Aceito em: 6 maio 2011.

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico deve ser referenciado da seguinte forma:

PICCOLI, Pedro et al. Earnings management: uma aplicação empírica no setor bancário brasileiro. **Propagare**: revista científica da Faculdade Campo Real, Guarapuava, v. 1, n. 2, p. 69-82, jul./dez. 2011.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	69-82	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E A NECESSÁRIA APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA, EM FACE DE UMA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL CRÍTICA E INCLUSIVA

Dirceu Pereira Siqueira*

RESUMO

A inefetividade do direito fundamental a saúde; o desrespeito ao texto constitucional de 1988; a suposta judicialização excessiva; a necessidade de interferência do poder judiciário para efetivar o direito fundamental à saúde; a tutela jurisdicional coletiva efetivando o direito fundamental à saúde.

Palavras-Chaves: Direito fundamental à saúde. Tutela coletiva. Jurisdição crítica.

*Doutorando em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino (ITE/BAURU), Mestre em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino (ITE/BAURU), Especialista em Direito Civil e Processual Civil pelo Centro Universitário Rio Preto (UNIRP). Bacharel em Direito, Docente do Centro Universitário Eurípedes de Marília (UNIVEM), Docente do Departamento de Direito Público das Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO), Advogado OAB/SP 213162. Ourinhos – SP, Brasil, (dpsiqueira@uol.com.br).

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	83-96	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

1 INTRODUÇÃO

Tratar da inefetividade do direito fundamental à saúde, nos dias atuais, implica na análise de uma série de conseqüências, que vão desde a real aplicação do direito fundamental, enquanto que norma de aplicabilidade plena e imediata, até a análise da interferência do Poder Judiciário no cenário executivo, com o fito único e exclusivo de efetivar os comandos constitucionais.

Desta maneira, em face do objeto do estudo, que enfoca a tutela jurisdicional coletiva como mecanismo processual hábil a possibilitar, a real concretização do direito fundamental à saúde, devemos considerar que em face da inefetividade deste direito, os mecanismos coletivos, servem como instrumentos capazes de garantir sua efetividade, por meio da tutela jurisdicional coletiva, de modo mais abrangente que os instrumentos individuais.

Assim, se partirmos da premissa da essencialidade das decisões coletivas, da essencialidade do processo coletivo, devemos ainda destacar que, sob o prisma da prevalência do direito fundamental à saúde, estamos diante de um direito fundamental, que visa acima de tudo contemplar o bem maior previsto na Constituição de 1988, que é o bem da vida com dignidade.

Logo, o estudo almeja traçar alguns parâmetros, trazer algumas reflexões acerca destes institutos, e de sua importância para a vida humana, sendo que acima de tudo, busca-se a prevalência da dignidade da vida humana, de tal forma que devemos considerar o direito fundamental à saúde como foco, objetivo, o qual poderá ser alcançado por inúmeros instrumentos coletivos, à disposição muitas vezes de todo cidadão (ação popular), ou mesmo da sociedade de maneira geral (ação civil pública, mandado de segurança coletivo, etc.) contando assim com uma legitimidade maximizada, e bem democrática.

2 DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Pois bem, após demonstrarmos a inserção do direito à saúde no contexto jurídico brasileiro, devemos passar a analisar o tema saúde sob a ótica do texto constitucional de 1988, visando desta maneira, analisa-lo de maneira mais individualizada, sendo que neste contexto, devemos primeiramente observar as normas que tratam do tema na Constituição vigente, para em seguida visualiza-lo em nível infraconstitucional.

A Constituição de 1988, já em seu preâmbulo, dá ensejo à previsão do direito a saúde, vez que demonstra de maneira inicial a existência de um Estado democrático social de direito, elencando direitos sociais, assegurando ainda o bem-estar da sociedade.

CF/88 – Preâmbulo Nós representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um **Estado Democrático**, destinado a assegurar o exercício dos **direitos sociais** e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar,

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	83-96	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (grifo nosso)

Desta maneira, podemos observar que o preâmbulo do texto constitucional de 1988, já ensejou a existência de direitos sociais inseridos no texto, sendo que desta forma já acenou para a existência de um texto atento as questões sociais, daí não há como o poder público se eximir ao cumprimento destes direitos, pois cristalina se demonstra à intenção de nosso Poder Constituinte Originário por meio do qual foi promulgada a Constituição de 1988.

Ainda nesta esteira teremos no Título I da Constituição de 1988, que trata dos princípios fundamentais, sendo que a previsão ínsita no artigo 1º estabelece primeiramente que o Brasil estará sob uma República Federativa, sendo que dentre seus fundamentos traz, à previsão quanto à cidadania e a dignidade da pessoa humana, as quais estão expressas de maneira clara em seus incisos.

CF/88. Artigo 1º: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Parágrafo único: Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Já no artigo 3º da Constituição de 1988, encontramos a previsão quanto aos objetivos da República Federativa do Brasil, sendo que neste contexto devemos destacar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, erradicando a pobreza, reduzindo as desigualdades sociais e regionais, promovendo o bem de todos, sendo que desta maneira, demonstra mais uma vez o caráter social do texto, conforme dispõe ao tratar dos objetivos da República Federativa.

CF/88. Artigo 3º: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – constituir uma sociedade livre justa e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Após destacarmos os dois dispositivos constitucionais acima, devemos ressaltar que a tarefa de identificar os princípios constitucionais que norteiam determinadas normas nem sempre é uma tarefa fácil, como ocorre com os artigos 1º e 3º da Cons-

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	83-96	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

tuição de 1988, afinal ambos encontram-se presentes, dentro do mesmo Título no texto constitucional, sendo que na maioria das vezes, esta não é uma tarefa fácil, mas que compete unicamente ao jurista, o qual tem o dever de fazê-la de maneira técnica, visando interpretar corretamente o texto constitucional, com base em seus princípios.

Adentrando no Título II da Constituição de 1988, teremos as previsões quanto aos direitos e garantias fundamentais, sendo que no Capítulo I deste título, teremos a previsão dos direitos e deveres individuais e coletivos, garantindo a inviolabilidade do direito à vida, e desta maneira garante a prevalência dos direitos aos meios de vida, sendo que assim dispõe o artigo 5º, em seu caput:

Artigo 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

[...]

§1º As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata

Por uma leitura perfunctória dos dispositivos acima, torna-se possível, salientarmos, que nosso constituinte originário, preocupou-se em valorizar os direitos e garantias fundamentais, sendo que desta maneira, prestigiou o direito a vida, e vida esta com dignidade, demonstrando já de maneira inicial no texto constitucional estas previsões, que vão se multiplicando em uma série de outros dispositivos espalhados no bojo da Constituição de 1988.

Quanto à aplicabilidade, como dispõe e parágrafo 1º do artigo 5º da Constituição de 1988 “atente-se que, no intuito de reforçar a imperatividade das normas que traduzem direitos e garantias fundamentais, a Constituição de 1988 institui o princípio da aplicabilidade imediata dessas normas, nos termos do art. 5º, parágrafo 1º” (PIOVESAN, 2002, p. 59).

Outro dispositivo que merece destaque está previsto no Capítulo II, que trata dos direitos sociais, do Título II, da Constituição de 1988, mais precisamente no artigo 6º, o qual trata diretamente de prever a saúde, sendo que assim dispõe: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Desta maneira, podemos notar a importância do dispositivo, em função do direito à saúde, o dispositivo elenca saúde dentre os direitos sociais, atribuindo-lhe o condão social, sendo que este é o primeiro momento dentro do texto constitucional, em que encontramos a previsão do direito à saúde dentre o rol de direitos sociais.

Como já salientado pelo dispositivo acima, devemos nos remeter ao Título VIII da Constituição de 1988, que trata da ordem social, onde no Capítulo I, que cuida da disposição geral, precisamente no artigo 193, que traz as previsões quanto ao bem-estar e da justiça social, assim dispondo: “A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais”.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	83-96	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

Neste contexto social, temos que nos remeter ainda ao Capítulo I, no que tange aos princípios gerais da atividade econômica, mais especificamente no Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, o qual traz o artigo 170 que tem por finalidade assegurar, a todos, existência digna, garantindo ainda o respeito, aos princípios da função social da propriedade, redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego, dentre outros, sendo que assim dispõe o artigo 170, e seus incisos:

Artigo 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;
- V - defesa do consumidor;
- VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- VII - redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII - busca do pleno emprego;
- [...]

Ainda no Título VIII da Constituição de 1988, que trata da ordem social, temos o Capítulo I, que traz a disposição geral, porém agora na Seção II, que trata da saúde, onde encontramos talvez o mais importante dispositivo constitucional que trata do direito à saúde, pois este dispositivo elenca de forma clara a finalidade do direito à saúde e ainda confere responsabilidades, sendo que assim dispõe:

Artigo 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Podemos salientar que o direito à saúde, está constitucionalmente consagrado, e evidenciado pelo artigo 196 da Constituição de 1988, sendo que este dispositivo representa mais que uma mera previsão constitucional, até mesmo por consequência de estarmos sob os auspícios de uma Constituição dirigente, a qual não representa um mero estatuto, sendo que desta forma, mesmo carecendo de atividade legiferante para se efetivar, representa uma norma que deve ser efetivada de maneira imediata gerando desta maneira, efeitos concretos para a sociedade, pois assim almejou nosso constituinte.

Pelo dispositivo constatamos de maneira aparentemente clara, seu caráter imperativo, impondo ao Estado a função básica e essencial de atuar, exercendo políticas e ações para promover a construção de uma nova ordem social, que vise o bem estar de todos aqueles que estiverem no território nacional, contemplando o princípio da isonomia, sendo que desta maneira, torna-se evidente a função precípua do Estado em atuar visando o bem estar da população, no que tange ao direito constitucional-

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	83-96	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

mente consagrado à saúde.

Destaquemos também o artigo 227, caput, da Constituição de 1988, previsto no Capítulo VII, do Título VIII, sendo que este se refere à Família, à Criança, ao Adolescente e ao Idoso, sendo que o artigo 227, caput, assim dispõe:

Artigo 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (grifo nosso).

Desta maneira, devemos considerar que incumbe ao poder público cumprir as normas constitucionais estabelecidas, visando conferir efetividade ao direito à saúde, como forma de atuar efetivando os direitos sociais e contemplando a dignidade da pessoa humana.

Deve ainda o Estado cumprir dispositivos estabelecidos no texto constitucional, a exemplo do artigo 1º, contemplando a dignidade da pessoa humana, como no artigo 3º, no que se refere aos objetivos fundamentais da República, como sociedade livre, justa e solidária, erradicação da pobreza, reduzindo desigualdades, bem como todos os demais dispositivos que contemplem de forma direta o direito a saúde, pois só assim, estaremos dando efetividade ao texto constitucional de 1988, e não o tornando, mero estatuto, afastando, do direito à saúde a idéia de norma meramente programática, e cumprindo o disposto no parágrafo 1º do artigo 5º, da Constituição de 1988.

3 A INEFETIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS ATINENTES AO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE, COMO PRESSUPOSTO À SUA JUDICIALIZAÇÃO SUPOSTAMENTE EXCESSIVA

3.1 DA INEFETIVIDADE DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

As normas constitucionais, especialmente aquelas que disciplinam direitos fundamentais, devem ser respeitadas, e acima de tudo cumpridas com seriedade, especialmente pelo poder público, pois estas normas explicitadas no texto constitucional de 1988 gozam de aplicabilidade plena e imediata, incumbindo ao Poder Judiciário, sempre que chamado a manifestar-se, a este respeito, cumprir seu papel de efetivá-las enquanto comandos constitucionais, afinal elas não se apresentam como recomendações, mas sim como normas de cunho impositivo.

Desta maneira, devemos reconhecer a imperatividade das normas constitucionais, as quais devem ser aplicadas, tornando os comandos constitucionais efetivos, sob pena, de assim não agindo estar afrontando diretamente o texto constitucional de 1988.

Neste cenário é de suma importância a atuação do Poder Judiciário, vez que a

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	83-96	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

ele incumbe à função de concretizar o texto constitucional, sempre que estiver sendo violado, ou mesmo na iminência de violação. Portanto, deverá o magistrado, enquanto representante do Poder Judiciário, atuar com responsabilidade na concretização do texto constitucional, especialmente no que pertine aos direitos fundamentais, e nesta seara, o direito fundamental a saúde.

Assim, em face das inúmeras vezes em que o Poder Judiciário, é chamado a manifestar-se quanto ao desrespeito ao texto constitucional de 1988, no que pertine ao direito fundamental à saúde torna-se eminentemente claro o constante desrespeito, vilipêndio, a este direito, ensejando sua quase total inefetividade, no cenário atual.

3.2 DA ATUAÇÃO DO MAGISTRADO

A atuação do magistrado, frente ao direito fundamental à saúde, é de extrema importância, pois, o magistrado é, na esfera processual, aquele que deverá ensejar maior efetividade aos mecanismos processuais, pois estes mecanismos encontram-se à disposição dele para serem devidamente manuseados visando efetivar estes direitos fundamentais, ressaltando ainda, que a função do magistrado não é discricionária, mas sim vinculada, tem este o dever de atuar visando efetivar os direitos fundamentais.

Ao analisar questões atinentes ao direito fundamental à saúde temos ainda, a necessidade de enfocar sua fundamentalidade, o que por certo leva a um maior cuidado do magistrado quando estiver analisando questões que o envolvam, afinal, não se trata de um direito qualquer, sendo que nestes casos, o manuseio inadequado dos instrumentos processuais trará sérios gravames em função de sua fundamentalidade e por estar intimamente ligado ao direito à vida.

Atualmente o magistrado encontra-se atuando com um número de processos imensamente superior ao que poderíamos considerar razoável, sendo que desta forma, muitas vezes, este se vê na necessidade de julgar de forma célere, sem que possa desta maneira atuar de forma efetiva no que se refere aos direitos envolvidos.

Pois bem, mesmo considerando o número excessivo de processos que se encontram na responsabilidade de cada magistrado, devemos salientar que este deverá atuar de forma mais responsável com aqueles que envolvam o direito fundamental à saúde, em face de sua estreita relação com o direito à vida, sendo, porém, que a todos os direitos deveriam os magistrados, dispensarem tal atenção, afinal, o acesso à justiça, a uma tutela jurisdicional efetiva também é um direito fundamental (MARINONI, 2006, p. 462) que merece ser efetivado.

Desta forma, entendemos que o magistrado ao atuar frente ao direito fundamental à saúde deve atuar de maneira mais efetiva, visando “[...] a construção do procedimento adequado ao caso concreto, derivado do direito de ação – já que igualmente se pode falar em direito à construção da ação adequada ao caso concreto” (MARINONI, 2006, p. 461), desta maneira estará cumprindo seu dever de prestar uma efetiva tutela jurisdicional aos direitos.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	83-96	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

Ainda, incumbe ao magistrado atuar de ofício no que lhe couber, sendo que em momento algum poderá argüir-se a possibilidade deste estar atuando de forma a exacerbar quanto a suas funções, ou mesmo, sem que esteja ele julgando *extra petita* ou *ultra petita*.

Com isso, estamos ressaltando a necessidade do magistrado aplicar e efetivar os direitos fundamentais, sendo que, em hipóteses em que “[...] o juiz nega uma norma infraconstitucional em razão de um direito fundamental, seu raciocínio decisório, expresso na justificativa, deve ser capaz de convencer que a lei desconsidera o valor social guardado no direito fundamental”. (MARINONI, 2006, p. 460)

Portanto incumbe ao magistrado, enquanto representante do poder judiciário, não a possibilidade, mas o dever de intervir, sempre que necessário para a efetivação dos direitos fundamentais. (ALEXY, 2002, p. 527)

Destaca Zollinger (2006, p. 72):

Ainda no que diz respeito à perspectiva positiva da vinculação do Judiciário aos direitos fundamentais, **os juízes e tribunais devem aplicar diretamente os direitos fundamentais diante de omissão legislativa ou de proteção legal insuficiente**, considerando, entretanto, o grau de densidade normativa da norma de direito fundamental e visando atender ao mandado de otimização que exige a proteção mais ampla possível dos bens jusfundamentais (grifo nosso).

4 DA TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA

Muito se tem discutido atualmente acerca do instituto “tutela jurisdicional coletiva” fato este que tem ensejado a grande evolução do tema, e como conseqüência, as grandiosas descobertas acerca do tema, face ao estudo permanente que o permeia. Devemos salientar atualmente a ligação do direito coletivo com o direito constitucional, pois “é dentro desse *segundo plano do direito* processual que se fundamenta o direito processual coletivo como um novo ramo do direito processual. Portanto, é no direito processual constitucional que se encontram as normas constitucionais pertencentes ao direito processual coletivo”. (ALMEIDA, 2003, p. 142)

Pois bem, em nosso estudo, buscaremos análises mais focadas acerca do tema, focando assim, a tutela jurisdicional coletiva frente ao direito fundamental a saúde, visando sua efetividade, sua real concretização no Estado democrático e social de direito, afinal, para um estudo mais minucioso demandaríamos maior tempo, e espaço, o qual não seria possível neste breve estudo ao qual nos dispusemos.

Sempre que tratamos do tema coletividade e dos institutos de defesa em massa nos surpreendemos com a forma com que temos que desenvolver, porém, atualmente podemos salientar que nos surpreendemos também, com o que já evoluímos, afinal, o tema tutela coletiva vêm ganhando espaço em nosso ordenamento jurídico a cada dia, sendo que em todo momento, destacam-se novos posicionamentos, tanto na doutrina, como na jurisprudência visando efetivar ainda mais a tutela coletiva.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	83-96	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

4.1 A EFICÁCIA DA TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA PARA A EFETIVIDADE DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

Pois bem, pelo que já discorreremos, acerca do direito à saúde, e posteriormente quanto à tutela jurisdicional coletiva nos é possível salientar, à importância da tutela coletiva, e ainda, podemos vislumbrar os efeitos desta tutela no que se refere especificamente ao direito à saúde, no tocante a fazer a diferença em prol da sociedade.

Afinal devemos destacar que por meio da tutela coletiva podemos em uma única lide, alcançar benefícios a um número realmente indeterminado de pessoas, não limitando-nos a resolver um único problema, mas resolvendo inúmeros problemas, modificando a realidade e de muitas pessoas.

Neste contexto devemos destacar os ensinamentos de Gidi(2007, p. 33):

O terceiro objetivo buscado pela tutela coletiva dos direitos é o de tornar efetivo o direito material e promover as políticas públicas do Estado. Isso é obtido de duas formas. A primeira é através da realização *autoritativa* da justiça no caso concreto de ilícito coletivo, corrigindo de forma coletiva o ilícito coletivamente causado (*corrective justice*). A segunda é realizada de forma profilática, através do estímulo da sociedade ao cumprimento *voluntário* do direito, através do desestímulo à prática de condutas ilícitas coletivas, por meio da sua efetiva punição (*deterrence*). Numa posição intermediária, entre compensação e prevenção, está o cumprimento *voluntário* através da ameaça de realização *autoritativa*: os acordos coletivos.

Podemos ainda destacar que ao tratarmos do direito à saúde e da possibilidade de efetivá-lo por meio da tutela coletiva, estaremos acima de tudo contemplando do bem maior previsto em nossa Constituição, que é o bem da vida, e vida com dignidade absoluta ao ser humano.

5 JURISDIÇÃO CRÍTICA E INCLUSIVA NO QUE TANGE AO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

A análise da jurisdição em uma sociedade moderna, ou mesmo como podem preferir outros autores sociedade de modernidade tardia, implica muito mais do que se aferir apenas seu conceito material do termo, o qual poderia nos remeter ao seguinte significado: “extensão e limite do poder de julgar de um juiz” (SILVA, 2003, p. 802).

Nesta esteira, torna-se necessária uma interpretação muito mais substancialista de que procedimentalista, a qual nos remeta a essência real da jurisdição, e para que assim possamos fixar nossas críticas.

De modo que a jurisdição deve ir além desse sentido já aclamado por alguns, abandonar esta mera concepção de atividade jurisdicional, e passar a ser entendida como a prestação ativa do magistrado, no a fã de concretizar direitos, de modo a afastar-se do ativismo processual do magistrado.

Neste sentido Camargo (2009, p. 79):

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	83-96	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

Enfim, uma atividade mais aberta e principiológica dos juízes e tribunais, caracterizada e agregada pela busca efetiva e pelo respeito indeclinável aos parâmetros de justiça, aos princípios jurídico-constitucionais e às diretrizes axiológicas que alfin protejam os bens soberanos mais importantes.

Portanto, torna-se necessária uma atividade jurisdicional mais efetiva, que realmente concretize direitos fundamentais, dentre os quais o direito fundamental à saúde, uma vez que neste ponto repousa nossa crítica à jurisdição, uma vez que esta vem seguindo um viés cada vez mais ativista, em detrimento a sua verdadeira tarefa, a de efetivar direitos fundamentais.

6 CONCLUSÃO

O direito fundamental à saúde representa, dentro do rol de direitos fundamentais, o que mais infere no direito a vida, vez que não há vida sem saúde, logo, para a prevalência do direito à vida deve-se contar com uma saúde pública digna e efetiva, visando com isso consagrar efetivamente o direito fundamental à vida digna.

A inefetividade do direito fundamental à saúde é uma realidade no cenário brasileiro, sendo que a sociedade em todo momento clama melhorias nesta seara, melhorias estas que merecem ser realizadas, sendo que somente com a interferência hábil do Poder Judiciário poderão ocorrer de modo a efetivar este direito fundamental.

O Poder Judiciário deve intervir, sempre que provocado, ensejando desta maneira o cumprimento ao texto constitucional de 1988, sendo que assim agindo, não estará de forma alguma atuando de maneira supostamente excessiva, afinal, é dever do magistrado, atuar, e atuar de forma a efetivar os direitos fundamentais sempre que estes estiverem à margem das prioridades do Poder Executivo.

É fato a existência de limitações no orçamento público, não estamos aqui tentando nos furtar a esta realidade, mas sim considerando que, se bem utilizado, o erário certamente poderá cumprir seu dever constitucional, conferindo desta forma melhorias nas condições de vida da sociedade, transformando a realidade social brasileira, e por certo efetivando a dignidade da pessoa humana.

Desta maneira, concretizar o direito fundamental à saúde por meio de instrumentos coletivos têm se apresentado como a melhor forma de efetivá-lo, pois as decisões nesta seara possuem maior abrangência e implicam em melhores condições de acesso, celeridade, economia, e outros benefícios os quais só podem ser alcançados por meio dos mecanismos coletivos.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	83-96	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

THE FUNDAMENTAL RIGHT TO HEALTH AND REQUIRED APPLICATION OF INSTRUMENTS JUDICIAL COLLECTIVE IN FACE OF A CRITICAL JURISDICTION CONSTITUTIONAL CRITICAL AND INCLUSIVE

ABSTRACT

The not effectiveness of the fundamental right to health; the disrespect to the constitutional text of 1988; its supposed excessive legalization; the necessity of the judiciary interference to effective the basic right to health; the collective jurisdictional guardianship to materialize the fundamental right to health from its not effectiveness.

Keywords: Fundamental right to health. Collective guardianship. jurisdiction critical.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoría de los derechos fundamentales**. Tradução de Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

ALMEIDA, Gregório Assagra de. **Direito processual coletivo brasileiro: um novo ramo do direito processual (princípios, regras interpretativas e a problemática da sua interpretação e aplicação)**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BARROSO, Luis Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira**. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

CAMARGO, Daniel Marques de. **Jurisdição crítica e direitos fundamentais**. Porto Alegre: Núria Fabris, 2009.

CURY, Ieda Tatiana. **Direito fundamental à saúde**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Ações Constitucionais**. 2. ed. rev., atual. Salvador: Podivim, 2007.

GIDI, Antonio. **A class action como instrumento de tutela coletiva dos direitos: as ações coletivas em uma perspectiva comparada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de processo civil: teoria geral do processo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. v.1

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	83-96	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de Segurança**. 22. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

OLIVEIRA NETO, Olavo de (Org.). **Tutelas coletivas e efetividade do processo**. Bauru: Edite, 2005.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

RAEFFRAY, Ana Paula Oriola de Raeffray. **Direito da saúde**: de acordo com a constituição federal. São Paulo: Quartier, 2005.

RAGAZZI, José Luiz. **Tutela antecipada nas relações de consumo**. São Paulo: Juarez de Oliveira Ltda., 2002.

SCHWARTZ, Germano. **Direito à saúde**: efetivação em uma perspectiva sistêmica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SCHWARTZ, Germano. **O tratamento jurídico do risco no direito à saúde**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense: 2003.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira. A efetividade do direito fundamental à saúde na Constituição de 1988, por meio dos instrumentos de tutela jurisdicional coletiva. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 46, out. 2007.

_____. Ações coletivas: análise acerca da legitimação. **Revista Eletrônica Jurídica da Unirp - UNIVERSITAS**, São José do Rio Preto, n. 1, 2007.

_____; GOTTEMS, Claudinei J. **Direitos fundamentais**: da normatização à efetividade nos 20 anos de constituição brasileira. Birigui: Boreal, 2008.

_____; PICCIRILO, Miguel Belinati. **Inclusão social e direitos fundamentais**. Birigui: Boreal, 2009.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo coletivo**: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

ZOLLINGER, Márcia Brandão. **Proteção processual aos direitos fundamentais**. Salvador: JusPODIVM, 2006.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	83-96	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------

INFORMAÇÕES DO TEXTO

Recebido em: 5 ago. 2010.

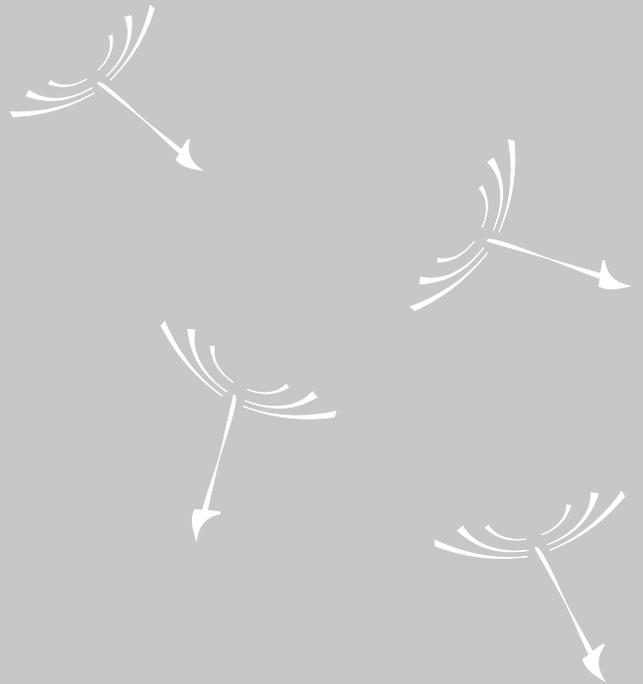
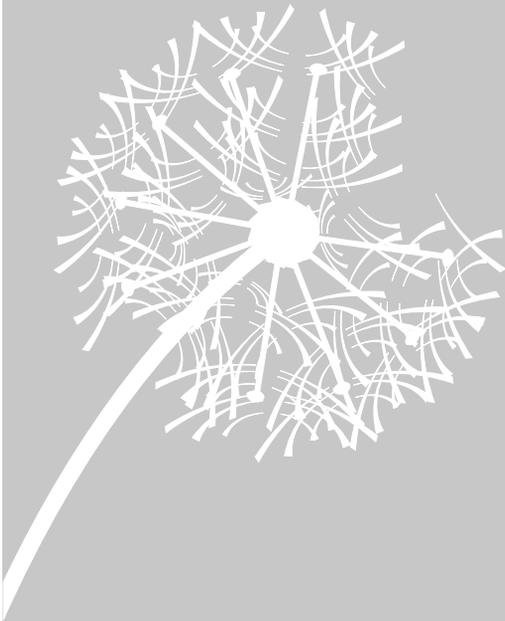
Aceito em: 30 maio 2011.

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico deve ser referenciado da seguinte forma:

SIQUEIRA, Dirceu Pereira. O direito fundamental à saúde e a necessária aplicação dos instrumentos de tutela jurisdicional coletiva, em face de uma jurisdição constitucional crítica e inclusiva. **Propagare**: revista científica da Faculdade Campo Real, Guarapuava, v. 1, n. 2, p. 83-96, jul./dez. 2011.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	83-96	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	-------	----------------



LINGUÍSTICA,
LETRAS E ARTES

MARCIAL: UM PEQUENO ESTUDO SOBRE SUA VIDA, SUA OBRA E SEU TEMPO

Rony P. G. do Vale*

RESUMO

Neste trabalho, damos um resumo da história da literatura latina, com o escopo no tempo de desenvolvimento dos trabalhos artísticos de Marcial. Poeta da Era de Prata, Marcial, hispânico, tem um trabalho baseado na construção de epigramas. Seus alvos foram principalmente os vícios, não as pessoas. Um humor ácido que costumam assustar por um luxúria explícita, mas que reflete os hábitos sociais na Roma Imperial muito diferente da época de Augusto. Um tempo que marca o início da decadência da literatura em que a corrupção de valores e o medo dos imperadores parecem deformar o ideal da literatura desenhado por Augusto.

Palavras-chave: Marcial. Literatura latina. Era de prata. Epigrams. Latina.

* Doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente na Faculdade de Letras (FALE) da UFMG, Manhuaçu – MG, Brasil (ronyvale@gmail.com).

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	99-112	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	--------	----------------

1 INTRODUÇÃO

A arte literária, na Antiguidade Clássica, costuma ser tomada como um único “bloco” histórico, no qual tudo teria igual valor e se desenvolvesse nas mesmas condições de constituição. No presente trabalho, que procura levantar fatos sobre a vida e obra do poeta Marcial, notaremos que essas condições, num curto prazo de 100 anos, se modificaram fortemente, influenciando diretamente a concepção das obras. Por isso, faz-se necessário, antes de entender como foi a trajetória literária de Marcial e seus epigramas, verificar a história política de Roma e a sua relação com a história da literatura romana.

Desse modo, pretendemos com esse trabalho fornecer uma guia sobre a arte literária nos tempos dos “CAESARES” para aqueles que se interessam, uma vez que são poucos os textos que tratam especificamente do poeta Marcial e sua obra. Assim, utilizamos os trabalhos de Leoni (1967) e Paratore (1987) como referências teóricas diretas para balizar esse artigo e uma antologia dos epigramas de Marcial, compilada e traduzida por Novac & Neri (s/d); além disso, dicionários de língua latina, de etimologia, de literatura clássica – como Harvey (1987) – foram consultados de modo a ampliar, ilustrar e facilitar nossa leitura da obra de Marcial.

2 O LUGAR DE MARCIAL NA HISTÓRIA DA LITERATURA ROMANA

A literatura romana ou latina possui características marcantes que a diferencia, por exemplo, das outras literaturas que se constituíram na Antiguidade. Primeiramente, ela, a literatura romana, vai se formar de acordo com a história política de Roma, seguindo de algum modo a trajetória de expansão romana: a monarquia, a república e o império. Segundo Leoni (1967, p. 7), a literatura romana “nasce, desenvolve e decaí numa só cidade: Roma”. Isso representa a “unidade” que essa literatura impõe aos seus literatos, pois dessa cidade viria a língua, as ideias e as expressões literária, mesmo tendo Roma (durante a república e mais tarde no império) sob seu domínio um território de extensão mundial – mundo conhecido até então (cf. figura 02). De fato, essa literatura só pôde se constituir depois que a consolidação política e social se impôs aos povos da península itálica. Segue que, ao se firmar como potência, Roma utilizará dessa literatura para fins práticos como, por exemplo, a “valorização história” presente na “Eneida” de Virgílio. Desse modo, tal como observa Leoni (1967), podemos associar a história da literatura romana à história política e expansionista de Roma:

- I. Ao período monárquico (750 a.C. a 264 a.C. – conquista de Cartago) podemos associar a literatura de “origens”: manifestações religiosas; primeiras leis escritas – “LEGES XII TABULARUM” –; surgimento de uma variante do latim com características literárias fortemente influenciada pela métrica grega; tendências literárias épicas e satíricas;

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	99-112	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	--------	----------------

- II. Durante o período republicano (509 a.C.), considera-se uma literatura “arcaica” ou “pré-clássica” de 264 a.C. a 100 a.C.;
- III. Quando do período de transição entre a República e o Império (46 a.C.), temos a chamada “Literatura Clássica ou Áurea”, que se localiza entre o ano 100 a.C. até a morte de Augusto, em 14 d.C.;
- IV. Dos sucessores imperiais de Augusto até o desmembramento do Império (14 d.C. a 476 d.C.) podemos encontrar uma literatura pós-clássica. Essa possui subdivisões: a) Idade de Prata (14 d.C. a 138 d.C.); b) Idade de Decadência (138 a 230); e c) Literatura romano-cristã (230 a 476 d.C.).

Para compreendermos melhor os acontecimentos da época de Marcial – foco de nosso trabalho – trabalharemos mais detalhadamente a “Idade de Augusto”, que vai da sua consolidação com Príncipe/Imperador até o ano de sua morte – 14 d.C. – e a “Idade de Prata” da literatura romana, na qual Marcial é enquadrado.

Na figura 01, há uma linha temporal que representa os principais acontecimentos da vida de Marcial em relação à história governamental de Roma. Isso se faz necessário para que entendamos as características dos dois períodos analisados.

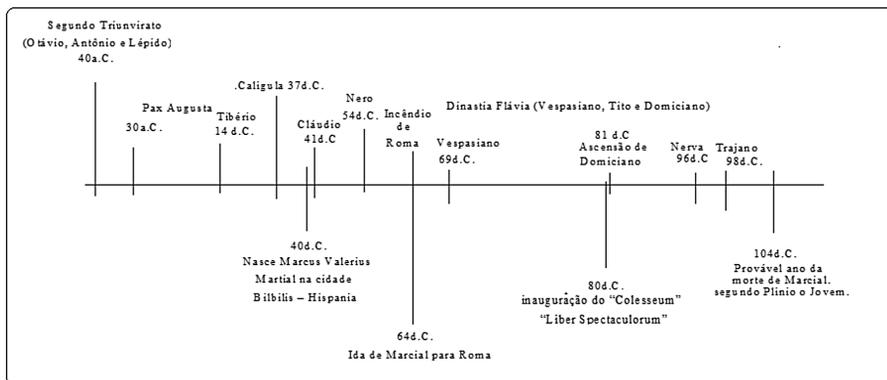


Figura 1: Governantes de Roma, no séc. I d.C.

2.1 A “IDADE DE AUGUSTO”

O período clássico da literatura romana pode ser dividido em dois momentos de acordo com a história política de Roma:

- Idade de César – um período, que vai de Catulo a Salustiano, em que as lutas internas pelo poder em Roma, a proximidade do fim da República, refletem uma “violência de sentimentos” (LEONI, 1967: 65) na arte literária.
- Idade de Augusto – Da morte de Júlio César e o advento de Otávio até a morte de Augusto. Um período marcado pela “PAX ROMANA” ou “PAX AUGUSTA”:

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	99-112	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	--------	----------------

conquistada pela força e pelo espírito de luta expansionista imperialista.

Esse período augusto é marcado pela “missão civilizadora” de Roma. Segundo Leoni (1967), as idéias de paz, força, grandeza, potência, missão civilizadora de Roma passam a ser as musas inspiradoras dessa literatura. É fundamental o papel do Imperador que “[...] propugnava por uma geral restauração política, religiosa e moral do povo romano, porquanto via na mesma [literatura] um meio seguro para alcançar escopos políticos” (LEONI, 1967, p. 66). Assim, a construção literária estaria de alguma forma a serviço de um ideal de reformulação do costumes e da vida social romana, além de uma valorização da história da Pátria. Cabe ressaltar, nesse momento, o “ministro” de Augusto, Cílnio Mecenas, que de ser modo “protegia/apadrinhava” os escritores desse período.

São destaque os seguintes escritores e obras:

- Virgílio – (70 a.C. – 19 a.C.), tem como principais obras: Bucólicas (“CARMINA BUCOLICA”); Geórgias (“GEORGICON”) e a Eneida (“AENEIS”). Também escreveu epigramas, que descreviam as lutas violentas do final da República.
- Horácio – (65 a.C. – 8 a.C.), de 40 a.C. até 30 a.C., compôs os “SATIRAE” ou “SERMONES”, que tratava da moral de um modo mais jocoso e cacoístico, e os “EPODI”, ainda influenciado pelos ideais republicanos. Sob a proteção de Mecenas compõe “CARMINA”, que celebram as vitórias militares de Augusto.
- Ovídio – (43 a.C. – 17 d.C.), tem sua obra dividida em duas partes, uma anterior e outra posterior ao exílio em Tomo, onde falece. Na primeira fase, compõe sobre a natureza do amor (“AMORES”; “ARS AMANDI”; “REMEDIA AMORIS” etc.). Na segunda, exilado e em busca do perdão do Imperador, escreve obras tendo como temas o desespero a solidão – “TRISTIA” e “EPISTULAE EX PONTO”.
- Tito Lívio – (59 a.C. – 17 d.C.), historiador com tendências poéticas. Entre suas obras, destaque para “AB URBE CONDITA” que conta a história das origens de Roma a Augusto, uma espécie de “AENEIS” em prosa.

3 A “IDADE DE PRATA”

– É o amor ao dinheiro – respondeu-me ele – que causou essa transformação. Nos tempos antigos, quando se sabia apreciar a virtude por si mesma, as artes liberais eram florescentes, uma nobre emulação levava os homens às descobertas que poderiam ser úteis aos séculos vindouros. (...) E nós, mergulhados no vinho e na devassidão, não temos sequer a coragem de estudar as artes criadas anteriormente; detratores da antiguidade, somente o vício nos proporciona lições e ensinamentos.” (PETRÔNIO, [s.d], 87)

Nessa passagem, Encólpio, uma das personagens do *Satyricon*, de Petrónio, interroga Eumolpo, o poeta, sobre a decadência do século I d.C. em relação às belas

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	99-112	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	--------	----------------

artes: o dinheiro e os vícios influem de maneiras diversas na arte desse período. É Petronônio, na fala de seus personagens criticando a época por qual passavam: a interferência dos imperadores nas obras, a falta de liberdade intelectual, o medo de represálias e do exílio. Uma asserção a respeito das diferenças entre um passado cultural brilhante sob o poder de Augusto e a decadência moral de seus sucessores.

Apesar disso, o Império Romano atinge no final desse período a sua máxima extensão sobe o governo de Trajano (cf. figura 02). Com isso, a cidade de Roma se abarrota de escravos e dividendos das conquistas, acirrando as disputas por poder, ao mesmo tempo em que as cortes se tornam cada vez mais suntuosas, esbanjando os lucros vindos das outras províncias. É de se notar que, desde o governo de Augusto, algumas províncias começam a exercer certa influência em Roma: destaque para “Hispania”, de onde se originam Sêneca, Marcial, além dos Imperadores Trajano e Adriano.



Figura 2 – Século I d.C, governo de Trajano.

Nesse contexto histórico, vamos nos ater, dentro período pós-clássico, a época chamada de “Idade de Prata” (14 d.C. a 138 d.C.), pois é um período que ainda tenta sustenta as características da época anterior: repleta de requinte retórico; possuidora de um esforço de renovação baseado na influência da filosofia estoica, além de uma tendência, mais verificável no final do século I d.C., à imitação dos poetas da época áurea.

Esse período é marcado pelo número de imperadores que sucedem a Augusto. Esse último monarca absoluto tinha consciência da “aparência de liberdade individual” que era necessária às artes; logo, conseguia conciliar velhos e novos ideais, e

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	99-112	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	--------	----------------

manter esse equilíbrio, utilizando a literatura a seu favor. Já seus sucessores transformaram a monarquia em tirania, sem um poder guia para Roma, a vista da degradação dos costumes. Assim, Leoni aponta que

[...] a literatura, depois de tanto ardor, contenta-se com a repetição, caindo no vácuo, no ócio, na falsidade, ou tende à fantasia ou à introspecção sempre mais aguda do indivíduo (análise psicológica, filosofia particularmente estoíca, isto é, baseada na oculta realidade interior e na impassível aceitação da realidade) (LEONI, 1967, p.95).

São destaques os seguintes escritores e obras:

- Fedro – (15 d.C. – 50 d.C.), autor de “FABULAE”; tradutor de Esopo. Usa das fábulas para criticar a sociedade, condena os vícios, o ridículo dos costumes, usando do simbolismo, pois não contava com a liberdade do período de Augusto;
- Sêneca – (1 a.C. – 65 d.C.), filósofo estoíco e poeta, se destaca na produção de tragédias de análise psicológica (“HERCULES FURENS”, “MEDEIA”, “PHAEDRO” etc.), na consolações sobre as desgraças da vida (“CONSO-LATIO AD HELVIAM MATREM”). Também escreveu epigramas;
- Lucano – (39 d.C. – 65 d.C.), sobrinho de Sêneca tem o mesmo fim do tio, morre pelo ódio de Nero. Poeta, deixa incompleto “BELLUM CIVI-LE”, que se refere à guerra civil entre Júlio César e Pompeu.
- Pérsio – (34 d.C. – 62 d.C.), satírico compõe “SATIRAE” que entre os outros temas trata sobre os defeitos dos escritores e do público;
- Petronio – (* - 66 d.C.), “ARBITER ELEGANTiarUM” da corte de Nero, tem a obra “SATIRYCON” atribuída a sua pessoa. Nessa obra, expõe os ridículos, os vícios e os maus costumes e a depravação das cortes e das camadas mais simples de Roma;
- Plínio, o Velho – (23 d.C. – 79 d.C.), interessado nas ciências, se dedica à constituição da obra “NATURALIS HISTORIAE”, uma enciclopédia feita a partir da compilação de notícias e fragmentos retirados de mais de dois mil volumes gregos e latinos;
- Quintiliano – (35 d.C. – 96 d.C.), voltado para educação, cultura e a eloquência cria uma nova ciência: a pedagogia. Com “INSTITUTIO ORA-TORIA” – regras da arte oratória – pensava instituir a educação civil como meio de melhoramento do indivíduo;
- Stácio – (40 d.C. – 96 d.C.), poeta épico escreve dois poematos nos mol-des homéricos: “THEBAIS” e “ACHILLEIS”. Também escreve sobre a vida cotidiana;
- Juvenal – (55 d.C. – 135 d.C.), poeta satírico, em “SATIRAE”, combate os maus costumes e os vícios. É sua a máxima: “PANEM ET CIRCENSES”.
- Tácito – (55 d.C. – 120 d.C.), historiador com vigor poético. Em “GER-MANICA”, trata dos costumes dos povos germânicos e aproveita para

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	99-112	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	--------	----------------

contrapô-los aos costumes degenerados de Roma. Em “ANNALES”, conta a história dos imperadores posteriores a Augusto até Nero e em “HISTORIAE” de Nero a Domiciano;

- Plínio, o Moço – cronista, compõe “PANEGYRICUS” – poemas em adulação retórica ao Imperador Adriano e “EPISTULARUM LIBRI IX” – 240 cartas, no moldes das cartas de Cícero, a amigos e 72 carta dirigidas diretamente ao Imperador;
- Suetônio – (70 d.C. – 140 d.C.), historiador e compilador de material histórico, preso às fontes documentais, não se preocupava com os dramas humanos. Escreve “DE VITA CAESARUM LIBRI VIII”, uma biografia de Júlio César a Domiciano, e “DE VIRIS ILUSTRIBUS”, biografia sobre pessoas ilustres romanas.

Esses escritores e suas obras formam o ambiente literário no qual Marcial comporá seus epigramas. É interessante notar que a maioria deles, apesar de diferenças, coloca o tema dos vícios e da degradação dos costumes em evidência. Todavia, esses mesmos temas receberam um tratamento diferenciado em Marcial que os utilizará para tirar proveito próprio.

4 MARCIAL E SEU TEMPO

Tendo como data de nascimento, provavelmente, 1º de Março de 39 ou 40 d.C., Marcial nasce em Bilbilis (atual Bilbao, na Espanha), na “Hispania”, da qual se orgulha por conta de seus antepassados. Faz seus estudos de retórica ainda em Bilbilis, mas não exerce a profissão de advogado, acreditando ser poeta por vocação. Vai para Roma em 64 d.C., pensando gozar da mesma sorte que os seus compatriotas possuíam junto às cortes de Roma como, por exemplo, Sêneca e Lucano. Contudo, passa a exercer o ofício de “CLIENS”² que, segundo Paratore (1987: 702) “[...] o consumiu durante trinta e cinco anos em fatigante corrida de um palácio para outro, em adulações exageradas e vãs, que deviam ser particularmente repugnantes para seu bom gosto de poeta”.

Desse modo, vive praticamente da “mendicância” de favores de patrocinadores. Ao final da vida, tem como recompensa uma casinha em Quirinal e um pequeno terreno em Nomento.

Começa a desenvolver sua obra no ano de 80 d.C. Compõe trinta epigramas, o “LIBER SPETACULARUM”, para a inauguração do anfiteatro de Flávio: o “COLLESSEUM”. Em 84 d.C. escreve outra coletânea para as festas Saturnais: o “XENIA” – epigramas para acompanhar as ofertas que os ricos proprietários enviavam aos amigos – e o “APOPHORETA” – para acompanhar as ofertas feitas durante os banquetes, a exemplo do que acontece na “CENAE TRIMALCHIONIS” de Petrônio.

Os tempos ficaram mais difíceis a partir do governo de Nero e de “... 70 até

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	99-112	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	--------	----------------

o fim do século a perseguição dos imperadores contra os intelectuais, os únicos terríveis inimigos da tirania, assinala em período de crise [na literatural]” (LEONI, 1967, p.106). Assim, Marcial se retira para Ímola onde, em 88 d.C., escreve “FORUM CORNELI” sobre as torpezas dos comandos mais elevados de Roma. Volta a Roma em 90 d.C., escreve os livros IV ao XI de 90 a 98 d.C.. Vê-se em dificuldades devido ao assassinio de Domiciano e tem de enfrentar o moralismo de Nerva e Trajano, aos quais faz elogios exarcebados, como também a memória de Domiciano. Retira-se da cena de Roma para Bilbilis, de onde escreve o livro XII em 102. Nesse livro demonstra toda sua “mutabilidade de desejos e apego doentio a cidade [Roma] que o humilha e o angustia” (PARATORE, 1987:706). Em 104 d.C., Plínio o Moço cita em uma carta a amigos o falecimento do poeta de Bilbilis.

4.1 MARCIAL E O GÊNERO EPIGRAMA

Marcial se dedica, em sua obra, a exaustão na elaboração de um único gênero: o epigrama. Esse gênero fora criado pelos gregos, sendo o autor mais famoso Simonides de Céos. Nessa época, “*epigrama*” tinha o significado primeiro de “inscrição” e eram usados nas lápides de túmulos e em oferendas aos deuses. Segundo Harvey (1987: 198), esse gênero era desenvolvido em verso e o metro escolhido era o elegíaco. Esse metro, de acordo com Leoni (1967), corresponderia ao:

[...] grego ‘*eleghéia*’, ‘*élegos*’, isto é, canção de luto, lamentação (talvez da palavra frígia ‘*elegn*’, flauta), a elegia, para os antigos, foi a poesia de argumento triste, cantada nos enterros. Como esta poesia se compunha em geral em disticos, tal nome foi dado em seguida a qualquer composição, nessa métrica, que exprimisse algum vivo afeto, também amoroso ou que tencionasse aceitar sentimentos nobres; depois foi dado especialmente àquelas composições de tema triste e melancólico. (LEONI, 1967, p. 81)

Em Roma foi muito cultivado, servindo a vários fins e podendo ter inúmeros temas: amor, devoção, sátira etc. Muitos foram os escritores que trabalharam epigramas: Catulo, Vergílio, Sêneca entre outros. Catulo³ é o responsável pela introdução da elegia em Roma e, por conseqüência, o gênero. Segundo Paratore (1987, p.709), o “... gênio de Catulo soubera tirar do epigrama a grande lírica subjetiva latina”, entretanto “o temperamento literário de Marcial reconduz o epigrama à *secura original*”. Para Leoni (1967, p. 110), Catulo colocou, nos epigramas, todo o “tormento da paixão, os estados da alma”; enquanto Marcial faz dos epigramas

[...] uma composição que num breve rodeio de poucos versos pinta um retrato malicioso, conta uma anedota mundana, (...), desabafa seu mau humor contra a sorte, expõe um julgamento arguto, diz um cumprimento ou uma insolência (LEONI, 1967, p.110).

Isso acontece porque Marcial utiliza-se do epigrama como meio de promoção

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	99-112	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	--------	----------------

social, ampliando e desenvolvendo os temas do gênero a “aridez do jogo intelectualista”. Observa-se que os temas seguiam a moda e as circunstâncias devido à própria condição de Marcial na busca de patrocínio para desenvolver sua arte e sobreviver. Todavia, o que deveria ser uma análise objetiva dos vícios torna-se um trabalho subjetivista que recorre à alma do poeta para desferir injúrias e acusar sem olhar os próprios vícios.

4.2 CARACTERÍSTICAS ESTÉTICAS DOS EPIGRAMAS DE MARCIAL

Cui legisse satis non est epigrammata centum, nil illi satis est, Caediciane, mali. (MARTIALIS, Liber I, p. 18)⁴.

Com um estilo direto, sem muitos rodeios retóricos, Marcial abrange inúmeros temas na composição de seus epigramas: trata principalmente de temas do cotidiano, baseando na forma de poesia de ocasião (que trata de assuntos diversos da vida como a luxúria, a avidez e hipocrisia dos seres humanos) cultivada por Stácio; no entanto, a obra de Marcial se afasta da de Stácio no que tange a mitologia, um tanto desprezada pelo primeiro. Quanto à forma, os epigramas de Marcial eram compostos de poucos dísticos, não excedendo a vinte. De acordo com Harvey (1987, p. 326), um sexto deles em versos hendecassílabos⁵, uns poucos colímbos e dois em hexâmetros. As personagens eram baseadas na vida de Roma, da plebe, dos escravos, das mulheres, das classes mais abastardas, dos escritores, dos emigrantes etc. Os epigramas eram dirigidos diretamente a essas pessoas, contudo, para Marcial o importante era “PARCERE PERSONIS, DICERE DE VITIIS”⁶ e não levantar os nomes reais das mesmas. Vejamos alguns exemplos:

Cum tua non edas, carpis meã carmina,
Laeli. Carpere uel noli nostra uel ede tua.

Não mostras, Lélio, teus versos; críticas, contudo, os meus. Ou pára de criticar, ou então publica os teus. (NOVAC, s/d, p. 231)

Nesse epigrama, “LIBER PRIMVS: 91”, Marcial dispara suas críticas aqueles que de algum modo difamar sua obra. Seu destinatário talvez não tenha existido, e isso pouco importa, pois, como foi colocado anteriormente, o alvo de Marcial não eram pessoas determinadas, desse modo, o nome de “*Laeli*” servia de metáfora para todos aqueles que atacavam sua obra.

Nubere Paula cupit nobis, ego ducere Paulam nolo: anus est. Vellem, si magis esset anus.

Paula quer casar comigo, mas eu não quero, com ela. Ela é velha. Eu casaria só se ela fosse mais velha. (NOVAC, s/d, p. 247)

Pertencente ao “LIBER DECIMVS”, esse epigrama número 8 esboça, provavelmente, os casamentos por interesse, no qual uma mulher velha, mas não a ponto de

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	99-112	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	--------	----------------

estar perto da morte, é alvo de chacota de pretendestes mais novos. Aqui percebemos a inversão ou ironia que Marcial trata o tema: certamente deveria haver essa procura por mulheres que pudessem garantir uma vida de “otium” aos aventureiros de Roma, mas também deveria haver o desprezo por esse tipo de ato. Além disso, percebemos novamente que a presença de um nome não garante a existência real da personagem, não há como garantir que em Roma, Bilbilis ou Imola, houvesse essa “Paula”. Ao mesmo tempo, essa composição não consegue elevar a categoria de Tipo os personagens criados por Marcial.

Para o tema sexo, a obra de Marcial concernia na exposição da luxúria, ou seja, do comportamento sexual do povo romano. Logo, a presença no texto de imagens que sugerem sexo explícito, às vezes chocantes, não eram poupadas:

Lesbia se iurat nunquam fututam.
Verum est. cum futuit vult, numerare so-
let. (MARCIAL, LiberIX: epigr. 62)

Lésbia jura: trepar de graça, nem pensar.
Verdade pura: é ela que tem sempre que
pagar. (LOPES, s/d: on-line)

Aqui podemos perceber o desprezo de Marcial em relação às prostitutas ou talvez uma menção ao nome “LESBIA”, muitas vezes usado por Catulo para se referir a Clodia, sua amante. No livro IX, epigrama 44, novamente Marcial relaciona o nome de LESBIA ao de Catulo, o que reforça nossa hipótese.

*Unice, cognato iunctum mihi sanguine nomen
Qui geris et studio corda propinqua meis;
Carmina cum facias soli cedentia fratri,
Pectore non minor es, sed pietate prior.
Lesbia cum lepido te posset amare Catullo,
Te post Nasonem blanda Corinna sequi.
Nec deerant zephyri, si te dare vela iuaret;
Sed tu litus amas. Hoc quoque fratris habes.
(MARCIAL, LiberIX: epigr.4 – grifos nossos)*

Ainda de acordo com o epigrama 62, além do desprezo a profissão, o último verso poderia levar a uma desconfiança em relação à masculinidade ou a uma possível tendência homossexualidade de Marcial, sugerida também pelo epigrama abaixo:

Unanocte quater possum: sed quattuor annis
Si possum, peream, te Telesilla semel.
(MARCIAL, LiberXI: epigr. 92)

Quatro bimbadas numa noite, dou tran-
qüilo, pode crer;
Mas nem uma em quatro anos, Telesilla,
com você. (LOPES, s/d: on-line)

Nos próximos epigramas, vemos a voz afiada de Marcial zombando dos defeitos alheios, expondo as maneiras de se fazer sexo, como o sexo oral, e criando humor a partir da desgraça dos outros:

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	99-112	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	--------	----------------

Illa salax nimium nec pausis nota puellis
stare Lino desit mentula. lingua, cave.
(MARCIAL, LiberIX: epigr. 25)

O caralho de Linus — manjado por todas
as minas —]
não levanta mais. Te cuida, língua.

Nullus in urbe fuit tota qui tangere uellet
uxorem gratis, Caeciliane, tuam,
dum licuit: sed nunc positis custodibus
ingens
turba futurorum est: ingeniosus homo es.
(MARCIAL, LiberI: epigr. 73)

Tempos atrás, Ceciliano, ninguém queria
(nem de graça) comer sua mulher.
Agora, com os seguranças sempre por
perto,
a turma toda quer: garoto esperto.(LO-
PES, s/d: on-line)

Marcial consegue, assim, pintar um painel da sociedade romana daquele tempo. Essas características tinham função dentro dos objetivos de Marcial: deveriam tornar as composições rápidas e agradáveis, ao mesmo tempo *mordazes*, “que pudessem ser repetidas facilmente e circular com rapidez na boca de todos, com a fortuna que acompanha as ‘más-línguas’” (PARATORE, 1987, p. 703-704).

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou uma revisão de algumas literaturas sobre a Literatura Romana e o sobre o poeta Marcial. Podemos perceber que as transformações ocorridas em Roma, depois do governo de Augusto, deixam suas marcas na constituição das obras tanto nos anos áureos como também nas épocas posteriores. Isso se deu principalmente pela consciência de alguns autores com Sêneca e Petrônio.

Vimos que o papel de Marcial em relação às tentativas de renovação da literatura romana, no período pós-clássico, acontece no entendimento da profissão de poeta e a luta pelo reconhecimento e pelo sucesso. Contudo, a sorte de Marcial e o seu sonhado *meceanismo* se resumem, como afirma Paratore (1987), a uma toga oferecida por capitão da guarda de Domiciano.

Apesar disso, Marcial renova a arte de composição de epigramas, faz que ela funcione de acordo com os seus objetivos, ataca os costumes e os vícios de forma mais objetiva, tentando se deixar fora dos erros das sociedades de seu tempo; por outro lado, os desenlaces que enfrenta (dificuldades financeiras e com as autoridades) acabaram por fazer surgir, em Marcial, a revolta, responsável pelas suas críticas *acerbadas*.

MARTIAL: A SMALL STUDY OF HIS LIFE, HIS WORK AND HIS TIME

ABSTRACT

This paper, we give an outline of the history of Latin literature, with the scope to the time of development of the work of Martial. Poet of the Silver Age, Martial, Hispania

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	99-112	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	--------	----------------

nic, has a work based on the construction of epigrams. Their targets were primarily the vices, not people. A humor mood that usually scare by an explicit lust, but that reflects the social habits in Imperial Rome very different from the time of Augustus. A time that marks the beginning of the decadence of literature in which the corruption of values and fear of Emperors appear to deform the ideal of literature designed by Augustus.

Keywords: Martial. Latin Literature. Silver Age. Epigrams. Latin.

REFERÊNCIAS

CUNHA, C. F. **Gramática da língua portuguesa**. 6. ed. [S.l.]: FENAME, [s.d].

HARVEY, P. **Dicionário oxford de literatura clássica (grega e latina)**. Tradução Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1987.

FARIA, E. **Dicionário escolar latino-português**. Revisão de Ruth Junqueira Faria. 6 ed. Rio de Janeiro: FAE, 1985.

LEONI, G. D. **A literatura de Roma**: esboço histórico da cultura latina, com uma antologia de trechos traduzidos. 8. ed. São Paulo: Nobel, 1967.

NOVAC, M. G. & NERI, M. N. **Poesia lírica latina**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PARATORE, E. **História da literatura latina**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PETRÔNIO. **Satiricon**. São Paulo: Escala, [19--].

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LOPES, Rodrigo Garcia Lopes. **Marcial**: um poeta sem meias palavras. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/arte/PopBox/marcial.htm>>. Acesso em: 4 fev. 2007.

MARTIALIS. LIBER I: epigramma LXXIII. Disponível em: <www.thelatinlibrary.com>. Acesso em: 8 fev. 2007.

MARTIALIS. LIBER XII: epigramma XLIV. Disponível em: <www.thelatinlibrary.com>. Acesso em: 8 fev. 2007.

MARTIALIS. LIBER IX: epigramma XXV. Disponível em: <www.thelatinlibrary.com>. Acesso em: 8 fev. 2007.

MARTIALIS. LIBER IX: epigramma XCVII – Disponível em: <www>.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	99-112	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	--------	----------------

thelatinlibrary.com>. Acesso em: 8 fev. 2007.

MARTIALIS. LIBER IX: epigramma LXII - Disponível em: <www.thelatinlibrary.com>. Acesso em: 8 fev. 2007.

1 Segundo Cunha (s/d), as populações ibéricas antes da romanização eram as seguintes: celtas, iberos, púnicos-fenícios [cartagineses], ligures, gregos e outros grupos mal identificados. “Os romanos chegaram à Península Ibérica no século III a.C., por ocasião da 2ª Guerra Púnica, mas só conseguiram dominá-la por completo, ao fim de longas e cruentas lutas, em 19 a.C., quando Augusto venceu a resistência dos altivos povos das Astúrias e da Cantábria.” (CUNHA, s/d: 15)

2 CLIENS, -ENTIS (m.) 1. Cliente (em oposição a PATRONVS); aliado, vassalo, o que está sobre proteção. Dicionário Latino-português Ernesto Faria.

3 L. Gaius Valerius Catullus, 84 a.C. - 55 a.C. – natural de Verona, vai para Roma em 62 a.C. compõe poema curtos, em hendecassílabos, sobre diversos temas.

4 Quem cem epigramas lê

e não se dá por contente,

pra esse, Cediciano,

não há mal suficiente. (NOVAC, s/d: 237)

5 De acordo com o Harvey (1985:338), os versos em hendecassílabos eram de origem grega, introduzidos por Catulo, em Roma, devido à grande influência que a Escola de Alexandria exerceu sobre esse poeta. Exemplo de verso hendecassílabo: “Vivamus, mea Lesbia, atque amemus” Catulo.

6 ^{MAreal}

INFORMAÇÕES DO TEXTO

Recebido em: 29 nov. 2010.

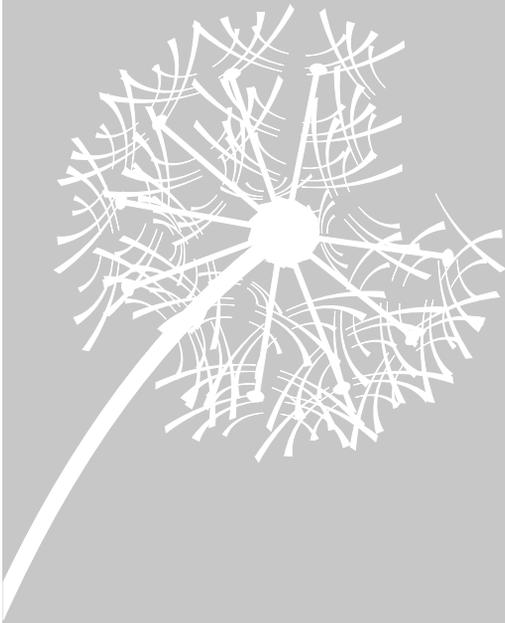
Aceito em: 23 mar. 2011.

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico deve ser referenciado da seguinte forma:

VALE, Rony P. G. do. Marcial: um pequeno estudo sobre sua vida, sua obra e seu tempo. **Propagare**: revista científica da Faculdade Campo Real, Guarapuava, v. 1, n. 2, p. 99-112, jul./dez. 2011.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	99-112	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	--------	----------------



ARTIGO ACADÊMICO

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA NAS DIFERENTES ETAPAS DE HIGIENIZAÇÃO DE ALFACES (*LACTUCA SATIVA*) EM UM RESTAURANTE NA CIDADE DE SANTA MARIA–RS

Marizete Oliveira de Mesquita*
Aline de Oliveira Fogaça**
Daniele Andreazza***
Laissa Benites Medeiros****
Márcia Rippel Silveira*****

RESUMO

O consumo de verduras constitui importante meio de transmissão de várias doenças infecciosas tornando-se essencial o controle higiênico-sanitário. Neste estudo teve-se por objetivo verificar os níveis de coliformes totais e fecais de amostras de alface (*Lactuca sativa*) nas diferentes etapas de higienização. Foram coletadas amostras de alface 25g de variedade crespa, em três momentos: após o recebimento, lavagem com água corrente, lavagem com água clorada de molho por 15 minutos e também foi coletada a amostra da água utilizada em todo o processo de lavagem do estabelecimento. Das amostras analisadas, os números de coliformes fecais encontrados na amostra após o recebimento não ultrapassaram os limites de tolerância (10^2 NMP/g) permitidos pela legislação, mas encontram-se em situação limítrofe, porém dentro dos padrões aceitáveis. As demais amostras encontram-se adequadas segundo a legislação em todas as etapas do processo de higienização. Assim, devem-se intensificar os cuidados na produção de hortaliças bem como a orientação aos manipuladores e aos fornecedores para evitar contaminação no produto.

Palavras-chave: Alface. Coliformes totais. Restaurantes. Higienização. Água.

* Mestre em Ciência e Tecnologia de alimentos. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – RS, Brasil, (marizete@unifra.br).

** Mestre em Ciência e Tecnologia dos Alimentos. Universidade Federal de Santa Maria, (UFSM), Santa Maria – RS, Brasil, (alinefogaca@uol.com.br).

*** Graduanda do Curso de Nutrição do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), (UFSM), Santa Maria – RS, Brasil).

**** Graduanda do Curso de Nutrição do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), (UFSM), Santa Maria – RS, Brasil, (laissa_medeiros_1@hotmail.com).

***** Graduanda do Curso de Nutrição do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), (UFSM), Santa Maria – RS, Brasil, (marciarippel@gmail.com).

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	115-125	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	---------	----------------

1 INTRODUÇÃO

O consumo de alimentos visa a atender os requerimentos nutricionais e sensoriais dos indivíduos, além da necessidade imprescindível de serem inócuos à saúde, ou seja, isentos de fatores biológicos, químicos e/ou físicos que possam trazer problemas à saúde do consumidor. Para assegurar a qualidade dos alimentos, devem ser adotados diversos procedimentos em toda a cadeia envolvida na produção e comercialização desses produtos (FAVARO et al., 2001).

As verduras, principalmente aquelas ingeridas *in natura* fora dos padrões higiênico-sanitários, são conhecidas como fontes potenciais de microrganismos patogênicos, podem constituir importante fonte de infecção com importância em saúde pública, sendo relacionadas a surtos de toxinfecção alimentar (UENO; ARAÚJO; TAVARES, 2009).

A contaminação dos alimentos se inicia na produção da matéria-prima e se estende às etapas de transporte, recepção, armazenamento (ZANDONADI et al., 2007). Falhas de processamento podem permitir a sobrevivência de microrganismos ou toxinas, assim como o abuso de tempo/temperatura pode permitir a proliferação de bactérias patogênicas podendo resultar em doenças transmitidas pelos alimentos (DTAs).

Os principais perigos de contaminação microbiológica em hortaliças, proveniente da matéria-prima, são *Escherichia coli*, *Salmonella* sp, *Shigella* sp, *Bacillus cereus*, *Clostridium perfringens*, *Vibrio cholerae*, bolores, leveduras, cistos de protozoários e ovos de helmintos. Em decorrência do contato com superfícies contaminadas com equipamentos e utensílios, manipulação ou o próprio ar podem agregar-se *Staphylococcus aureus*, *Pseudomonas aeruginosa* e outros (FRANCO, LANDGRAF, 1996). Esses são indicadores de condições de higiene inadequadas durante o cultivo, processamento, embalagem e transporte das hortaliças (NASCIMENTO et al., 2005; SANTOS et al., 2004).

A importância dos manipuladores na segurança microbiológica dos produtos e processos na indústria de alimentos é fundamental para o sucesso de programas de segurança alimentar, na medida em que eles podem ser vias de transmissão de bactérias enteropatógenicas (CRUZ; CENCI; MAIA; 2006).

Devido ao fato de não se proceder a higienização correta que consiste na triagem das folhas, lavagem uma a uma, submersão em solução clorada por 15 minutos e enxágue da alface antes das análises, defende-se a importância desta etapa para reduzir potencialmente o risco de contaminação microbiana e tornar o alimento próprio para consumo.

Neste estudo objetivou verificar os níveis de coliformes totais e fecais de amostras de alface (*Lactuca sativa*) desde o recebimento até a etapa de higienização com hipoclorito de sódio, para analisar a eficácia do mesmo.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	115-125	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	---------	----------------

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi realizado com amostras de alface (*Lactuca sativa*) da variedade crespa, que são utilizadas para a elaboração de saladas em uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN), no município de Santa Maria- RS. As amostras foram coletadas em três momentos: após o recebimento (A), após lavagem em água corrente (B) e após lavagem com hipoclorito de sódio em solução 200ppm de molho por 15 minutos (C), também foi coletada a amostra da água da torneira utilizada em todo o processo de lavagem do estabelecimento (D), sendo em seguida realizada a análise microbiológica.

As amostras foram acondicionadas individualmente em sacos de polietileno esterilizados de primeiro uso, identificadas e acondicionadas em caixa térmica e, então, encaminhadas ao Laboratório de Microbiologia de Alimentos do Centro Universitário Franciscano.

Após a realização da série de diluições de 10^{-1} a 10^{-3} , procedeu-se a análise microbiológica que consistiu na determinação do Número Mais Provável (NMP) para coliformes totais e fecais, segundo a Instrução Normativa n° 62 (BRASIL, 2003).

Para a determinação dos coliformes totais e fecais, utilizou-se a técnica (tubos múltiplos) do Número Mais Provável (NMP). Primeiramente, inoculou-se 1mL de cada diluição preparada anteriormente em série de três tubos contendo em cada um deles 9mL do caldo lactosado (enriquecimento não seletivo) e incubados a 37°C por 48 horas, sendo esse teste inicial denominado presuntivo.

A realização do teste confirmativo foi feita a partir da presença de gás nos tubos de Durhan. Desses cultivos positivos, foi transferida uma alçada para tubos contendo 10mL de caldo verde brilhante (VB) e tubos com 10mL de caldo E.C., incubados a 37°C/48 horas e 45°C/24-48 horas para coliformes totais e termotolerantes, respectivamente.

O cálculo do NMP de coliformes totais e fecais foi feito a partir dos tubos positivos para o teste confirmativo, realizado com o auxílio da tabela de Hoskins e os resultados registrados como NMP/mL de coliformes totais e fecais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Berbari et al. (2001), entre as hortaliças mais vendidas para consumo cru está a alface (*Lactuca sativa*), bastante utilizada na confecção de sanduíches, decorações de pratos e saladas. Para prevenir as parasitoses veiculadas em folhas de alfaces e outras hortaliças contaminadas, é necessário utilizar processos pelos quais os alimentos se tornam higienica e sanitariamente adequados para o consumo (SILVA, 1995).

Os resultados obtidos na análise da alface (*Lactuca sativa*) estão representados na Tabela 1.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	115-125	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	---------	----------------

Tabela 1. Resultados da determinação do NMP/g das análises das etapas de higienização da alface.

AMOSTRAS	COLIFORMES TOTAIS (NMP/g)	COLIFORMES FECAIS (NMP/g) ¹
A	0,87 x 10 ⁻¹	9,0 x 10 ¹
B	<3	<3
C	4,0 x 10 ⁻¹	<3
D	<3	<3

¹ Valor máximo permitido 10² NMP/g (Brasil, 2001).

A Organização Mundial da Saúde tem alertado para a necessidade de se coibir a contaminação de alimentos por agentes biológicos com potencial de causar danos à saúde. A legislação vigente (BRASIL, 2001) estabelece o limite para coliformes fecais de tolerância de 10² NMP.g⁻¹ a cada 25g de amostra para hortaliças frescas.

Neste trabalho, os valores encontrados para coliformes termotolerantes estão abaixo do estabelecido pela legislação em vigor e também inferiores ao obtido no estudo de Soares e Canto (2006) que analisaram 60 amostras de alface crespa (*Lactuca sativa*) comercializadas na cidade de Florianópolis – SC, onde a contagem média de coliformes fecais foi superior a permitida pela legislação indicando contaminação nas alfaces vendidas no supermercado e nas feiras livres, 80% e 20% respectivamente, demonstrando condições higiênico-sanitárias insatisfatórias.

Na análise da amostra de recebimento, amostra A, verificou-se a contaminação, embora baixa e não ultrapassando os limites permitidos pela legislação de bactérias do grupo coliforme. Considerando que na etapa de recebimento não é realizado nenhum processo de sanitização, esse padrão é aceitável. Barbosa et al (2004) analisou 20 amostras coletadas durante as etapas de preparo da alface servida em um restaurante universitário, onde em cinco amostras da água utilizada na higienização das alfaces não foi detectada contaminação por coliformes totais e fecais, mais cinco amostras foram coletadas em cada uma das etapas do preparo: após a recepção sem higienização e após higienização, constatando contaminação em 80% das amostras na recepção, e 60% nas amostras após a higienização.

Takayanagui et al (2001) fiscalizou verduras comercializadas no município de Ribeirão Preto, dos 172 pontos de venda analisados, 115 (67%) apresentaram hortaliças com irregularidades revelando elevada concentração de coliformes fecais em 108 (63%) das amostras, acima do máximo permitido pela legislação.

Oliveira et al. (2006), ao analisar as condições microbiológicas das hortaliças, alfaces (*Lactuca sativa*) em seis feiras livres na cidade de Belém no Pará, verificaram que as amostras apresentaram valores máximos de coliformes totais e fecais permiti-

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	115-125	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	---------	----------------

dos pela resolução comprovando que apresentam padrões inaceitáveis para o consumo humano.

Em contrapartida, Arbos et al (2010) analisou amostras de alface (*Lactuca sativa*) de 5 produtores provenientes da Região Metropolitana de Curitiba-PR e verificou que duas dessas amostras (produtor 1 e 2), totalizando 40%, apresentaram contagens de coliformes de origem fecal acima do permitido pela legislação brasileira e as demais estavam em acordo. A contaminação pode ter ocorrido através do uso de água de irrigação contaminada, presença de animais silvestres ou domésticos ou solo contaminado.

Em relação à amostra B, lavagem em água corrente, não foi observada contagem de microrganismos, sendo assim a água mostrou-se eficaz na limpeza da alface. Howard e Gonzalez (2001) advertem que a qualidade da água é extremamente importante, já que ela é veículo para muitos microrganismos patogênicos, e todas as operações nas quais ela participa, como lavagem e enxágue, merecem atenção especial por parte dos processadores.

Em oposição a este resultado, Souza et al (2006) analisou 24 amostras de alface lavadas com água de abastecimento em mercados e feiras-livres e constatou que a enumeração de coliformes totais e a 45°C apresentaram grande amplitude de variação entre 14 e > 2.400 NMP/g, mas foram detectados em 100% das amostras. Destas, 62,5% apresentaram-se acima do limite máximo (10²/g) permitidos pela legislação. Assim foi comprovado que a água corrente não assegurou a adequada qualidade higiênico-sanitária da hortaliça para o consumo.

Abreu et al (2010), em seu estudo, os adubos orgânicos fornecidos às plantas, bem como o solo não apresentaram contaminação, a água de irrigação foi possivelmente o principal veículo de contaminação da alface. Os resultados encontrados são similares aos observados por Souto (2005), nos quais a água de irrigação foi o foco de contaminação das hortaliças amostradas, essas apresentaram elevado percentual de contaminação microbiológica, com índices de coliformes fecais inaceitáveis pela legislação vigente.

Na amostra C, as alfaces foram higienizadas com hipoclorito de sódio, após as etapas de recebimento e lavagem em água corrente, observou-se a contaminação por coliformes totais (4,0 x10⁻¹ NMP/g), porém não foi verificada contaminação fecal. As hipóteses aceitáveis para esse resultado são contaminação cruzada, contaminação da mão do manipulador ou contaminação da água utilizada para retirar o hipoclorito.

Oliveira (2005) avaliou protocolos de higienização de alfaces em restaurantes de Porto Alegre e a utilização de hipoclorito de sódio a 200ppm de cloro livre, por 30 minutos, foi o método que apresentou maior adequação quanto à inativação de microrganismos.

Berbari et al (2001) avaliou a eficácia antimicrobiana de diferentes concentrações de cloro em alfaces e constatou que a matéria-prima utilizada mostrou elevada contaminação inicial por coliformes totais (10⁵UFC/g) foram encontradas nas alfaces

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	115-125	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	---------	----------------

sem lavagem alguma. Quando a operação de lavagem com a água de rede foi efetuada, uma redução para 10^3 UF/g na contagem de coliformes totais. Para o tratamento de imersão em solução contendo 130mg/L de cloro verificou-se a redução para 10^2 UFC/g.

Paula et al (2003) analisou 30 amostras de alfaces lavadas com água destilada de restaurantes *self-service* de Niterói quanto à presença de bactérias e parasitas. Em 16/30 (53,3%), detectou-se contagem de coliformes fecais acima do padrão (10^2 NMP/g) preconizado pela legislação. Esses resultados demonstram baixa qualidade higiênico-sanitária durante o preparo das hortaliças nos restaurantes *self-service*, tornando necessária a orientação aos manipuladores quanto à importância da correta higienização.

Segundo Ferreira et al (2006), tratando-se de segurança alimentar há muitos requisitos a serem preenchidos. Devem-se respeitar todas as etapas da produção, desde a matéria-prima até o produto final, nesse processo as condições higiênico-sanitárias ocupam um lugar preponderante. Ocorrendo uma falha em qualquer etapa do processo o alimento pode ser contaminado. Dentre esses processos, podemos citar falha na escolha dos produtos, na técnica de conservação e armazenamento, na técnica de preparo e normas de higiene.

Battaglini (2010) avaliou a qualidade microbiológica da água, dos alimentos *in natura* e as condições higiênico-sanitárias de três restaurantes da Ilha do Mel/PR. As saladas, compostas de alface já consideradas lavadas e limpas, foram os alimentos que demonstraram maior contaminação em média de CT foi de $1,3 \times 10^7$ UFC/g. A água utilizada nos três restaurantes apresentou qualidade microbiológica de acordo com os padrões de portabilidade. O estabelecimento que apresentou melhores condições higiênico-sanitárias foi o estabelecimento onde os manipuladores já haviam sido treinados com cursos de boas práticas de manipulação.

Siqueira et al (1997) observaram em Belo Horizonte que 44% das saladas cruas de restaurantes apresentavam condições higiênicas e sanitárias insatisfatórias devido à presença de coliformes fecais, sendo que 15% ofereciam produtos potencialmente capazes de causar toxinfecção alimentar por ultrapassarem o limite máximo permitido pela legislação.

A Portaria nº 1469 de 29 de dezembro de 2000, que determina os padrões microbiológicos para água tratada no sistema de distribuição, preconiza que deve haver ausência de coliformes totais e fecais. Nesse sentido, a amostra D utilizada na higienização dos vegetais deste restaurante encontra-se dentro dos padrões higiênico-sanitários aceitáveis pela legislação brasileira, dessa forma excluindo uma das hipóteses de contaminação da amostra C.

Barreto (2009) analisou 20 amostras de água sendo 18 provenientes de restaurantes *self-service* localizados no Distrito Federal e verificou contaminação por coliformes a 45°C nas amostras de três estabelecimentos, sendo que em um desses também foi encontrado contaminação por coliformes termotolerantes (45°C).

Do ponto de vista qualitativo, é de extrema importância haver ações que dis-

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	115-125	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	---------	----------------

seminem corretas práticas higiênico-sanitárias para os manipuladores por meio de treinamentos periódicos. Isso se dá por causa das próprias características do processamento mínimo, como ausência de tratamento térmico para a efetiva morte dos microrganismos. Dessa forma, estes passam a ter importância fundamental na linha de produção, já que pode ser fonte de contaminação para o produto (CRUZ; CENCI; MAIA; 2006).

4 CONCLUSÃO

Diante disso, devem-se intensificar os cuidados na produção de hortaliças, incentivando ações educativas sobre os preceitos básicos de higiene pessoal, bem como a orientação aos manipuladores de alimentos e para a população em geral quanto à importância da lavagem cuidadosa e desinfecção das folhosas antes do consumo.

O fortalecimento na fiscalização de hortas produtoras pela Vigilância Sanitária bem como nos restaurantes *self-service* poderiam também contribuir para maior segurança alimentar no momento do consumo dessa hortaliça.

MICROBIOLOGICAL ANALYSIS IN DIFFERENT STAGES OF HYGIENE LETTUCE (*LACTUCA SATIVA*) IN A RESTAURANT IN THE CITY OF SANTA MARIA – RS

ABSTRACT

Vegetable intake is an important means of transmission of infectious diseases becoming essential to control sanitary toilet. The aim of this study was to determine the levels of total coliforms sample of lettuce (*Lactuca sativa*) at various stages of cleaning. Samples were collected from lettuce 25g curly variety in tree stages: upon receipt, wash with running water, washing with chlorinated water to soak for 15 minutes and was also collected a sample of water used throughout the washing process of the establishment. Of the samples analyzed the numbers of fecal coliform found in the sample after the receipt did not exceed the tolerance limits (10^2 NMP/g) permitted by law, but is borderline, but within acceptable standards. The remaining samples are appropriate under the law at all stages of the process of cleaning. Thus one must step up precautions in the production of vegetables a wells as guidance to handles and suppliers to avoid contamination in the product.

Keywords: Lettuce. Coliform. Restaurant. Sanitation. Water.

REFERÊNCIAS

ABREU, I. M. O. et al. Qualidade microbiológica e produtividade de alface

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	115-125	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	---------	----------------

sob adubação química e orgânica. **Revista Ciência Tecnologia Alimentos**, Campinas, v. 30 (Supl.1), p.108-118, maio 2010.

ARBOS, K. A. et al. Segurança alimentar de hortaliças orgânicas: aspectos sanitários e nutricionais. **Revista Ciência Tecnologia Alimentos**, Campinas, v.30, n.1, p. 215-220, maio 2010.

BARBOSA, N. et al. Análise dos perigos e pontos críticos de controle durante o preparo da alface servida no restaurante universitário da UFRN. **Revista Higiene Alimentar**, São Paulo, v.18, n.126-127, p.36-43, nov./dez. 2004.

BARRETOS, E. F. Análise microbiológica da água oferecida a unidades de alimentação de regiões administrativas do Distrito Federal. **Anuário da Produção de iniciação científica discente**, v. 17, n.13, p. 7-15, 2009.

BATTAGLINI, Ana Paula Pavão. **Qualidade microbiológica do ambiente, alimentos e água, em restaurantes da Ilha do Mel-PR**. 2010. 64 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal) – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2010.

BERBARI, S. A. G.; PASCHOALINO, J. E.; SILVEIRA, N. F. Efeito do cloro na água de lavagem para desinfecção de alface minimamente processada. **Revista Ciência Tecnologia Alimentos**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 197-201, maio/ago. 2001.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Portaria nº 1469, de 29 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/98acdf0045bffa9da6b3f6d7a095f735/PORTARIA_1469_2000.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 2 out. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução RDC nº12, 02 jan. 2001**. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/12_01rdc.htm>. Acesso em: 2 out. 2010.

CRUZ, A.G.,; CENCI, S.A.; MAIA, M.C.A. Pré-requisitos para implementação do sistema APPCC em uma linha de alface minimamente processada. **Revista Ciência Tecnologia Alimentos**, Campinas, v. 26, n.1, p. 104-109, jan./mar. 2006.

FAVARO, S. P.; Nogueira, R. B.; YONEMITSU C. F.; SHIMOKOMAKI, M. Possibilidade de implementação de um programa de análise de perigo e pontos críticos de controle (APPCC) na preparação de salada de alface no restaurante universitário da Universidade Estadual de Londrina. **Seminário Ciências Agrárias**, Londrina, v. 22, n.2, p. 185-190, jul./dez. 2001.

FERREIRA, S. M. S. **Contaminação de alimentos ocasionada por manipuladores**. 2006. 47 f. Monografia (Especialização em Qualidade em Alimentos) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAF, M. **Microbiologia de alimentos**. São

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	115-125	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	---------	----------------

Paulo: Ateneu, 1996.

HOWARD, L.R.; GONZALEZ, A.R. Food safety and produce operation: what is the future? **Hortscience**, v. 36, n. 1, p. 33-39, 2001.

OLIVEIRA, A. B. A. **Comparação de diferentes protocolos de higienização de alface (*Lactuca sativa*) utilizados em restaurantes de Porto Alegre – RS.** 2005. 66f. Dissertação (Mestrado em Microbiologia Agrícola e do Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Microbiologia Agrícola e do Ambiente, Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

OLIVEIRA, M. L. S. et al. Análise microbiológica de alface (*Lactuca sativa*) e tomate (*Solanum lycopersicum*) comercializadas em feiras-livres da cidade de Belém, Pará. **Revista Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 20, n. 143, p. 96-101, ago. 2006.

PAULA, P. et al. Contaminação microbiológica e parasitológica em alfaces (*Lactuca sativa*) de restaurantes *self-service*, de Niterói, RJ. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Minas Gerais, v.36, p.535-537, jul./ago. 2003.

SILVA, E. A. **Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos.** 5. ed. São Paulo: Varela, 1995.

SIQUEIRA, I. M. C. et al. Avaliação microbiológica de saladas cruas e cozidas servidas em restaurantes industriais da grande Belo Horizonte. **Revista Higiene Alimentar**, São Paulo, v.11, n. 49, p. 36-39, 1997.

SOARES, B.; CANTOS, G. A. Avaliação microbiológica de amostras de alface (*Lactuca sativa*) comercializadas em Florianópolis – Santa Catarina, em relação à presença de coliformes totais e fecais. **Revista Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 20, n. 147, p. 73 – 75, dez. 2006.

SOUTO, R. A. **Avaliação sanitária da água de irrigação e de alfaces (*Lactuca sativa*) produzidas no município de Lagoa Seca, Paraíba.** 2005. 70 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2005.

SOUZA, M. L.; BEZERRA, D. C. F.; FURTADO, C. M. Avaliação higiênico-sanitária de alfaces (*Lactuca sativa*) cultivadas pelos processos convencional e hidropônico e comercializadas em Rio Branco, Acre. **Revista Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 20, n. 145, p. 91-99, out. 2006.

TAKAYANAGUI, O. M. et al. Fiscalização de verduras comercializadas no município de Ribeirão Preto, SP. **Revista Sociedade Brasileira Medicina Tropical**, Minas Gerais, v.34, n.1, p. 37-41. 2001.

UENO, M; ARAÚJO, A. J. S; TAVARES, T. Patógenos veiculados por saladas de alface servidas em restaurante. **Revista Higiene Alimentar**, São Paulo, v.23, p.172/173, nov./dez. 2009.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	115-125	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	---------	----------------

WORLD Declaration on Nutrition. In: FAO/WHO International Conference on Nutrition. Rome, Italy: Available from, 1992. Disponível em: <<http://www.fao.org/waicent/faoinfo/economic/esn/icn/icnconts.htm>>. Acesso em: 2 out. 2010.

ZANDONADI, R.P. et al. Atitudes de risco do consumidor em restaurantes de auto-serviço. **Revista Nutrição**, Campinas, v.20, n.1, p.19-26, jan./fev. 2007.

INFORMAÇÕES DO TEXTO

Recebido em: 10 fev. 2011.

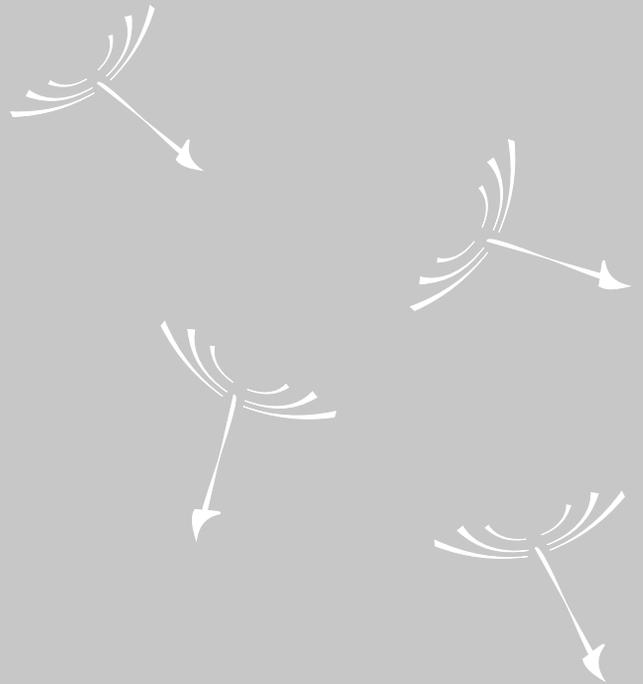
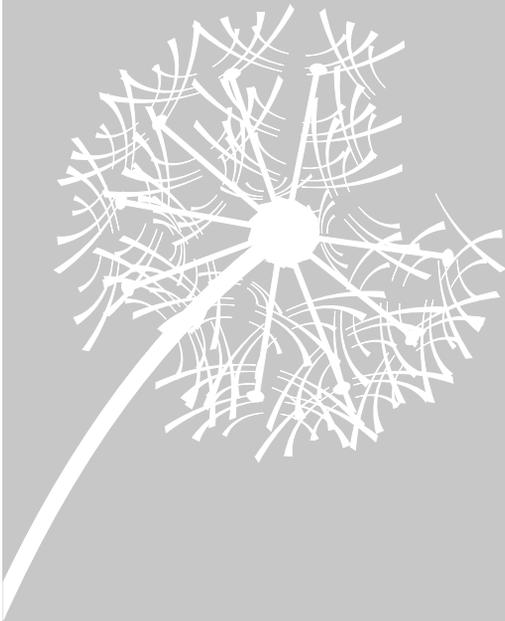
Aceito em: 31 maio 2011.

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico deve ser referenciado da seguinte forma:

MESQUITA, Marizete Oliveira de et al. Análise microbiológica nas diferentes etapas de higienização de alfaces (*Lactuca sativa*) em um restaurante na cidade de Santa Maria—RS. **Propagare**: revista científica da Faculdade Campo Real, Guarapuava, v. 1, n. 2, p. 115-125, jul./dez. 2011.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	115-125	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	---------	----------------



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO/
STANDARDS FOR PUBLICATION

REVISTA PROPAGARE

A Revista PROPAGARE, publicação da Faculdade Campo Real, criada em 2010, é dirigida à comunidade científica. A PROPAGARE reúne, debate coopera e propaga conhecimento para o progresso da sociedade, cumprindo assim o seu papel.

ORIENTAÇÕES PARA ENVIO DE COLABORAÇÕES

1 NATUREZA DAS COLABORAÇÕES

A Revista PROPAGARE aceita para publicação textos inéditos e de Anais de Congresso, de autores nacionais ou estrangeiros. Aceita também resenhas de livros de publicação recente, artigos originais, revisões e notas científicas em todas as áreas. Os artigos encaminhados à Revista PROPAGARE não devem ser submetidos para avaliação simultânea em outros veículos. Afirmações, opiniões e conceitos expressos nos textos são de responsabilidade do (s) autor (es) do artigo.

A publicação dependerá de aprovação do Conselho Editorial. Os textos serão avaliados no aspecto acadêmico, anonimamente, por especialistas na área do conhecimento específico do texto; e, no aspecto gramatical e ortográfico, pelos revisores. O Conselho Editorial poderá notificar o(s) respectivo(s) autor(es) para eventuais correções, poderá rejeitar o trabalho ou liberar a publicação do artigo. A decisão do Conselho Editorial da edição ou não, apoiada nos pareceres emitidos, será comunicada ao (s) autor (es).

A Revista PROPAGARE adota as normas de documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a norma de apresentação tabular do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2 APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

A Revista PROPAGARE:

- Aceita textos escritos em português, inglês ou espanhol, sendo que os textos em inglês ou espanhol deverão vir com a tradução para o português na íntegra e indiferente do idioma do artigo, resumo em inglês.
- Os trabalhos deverão ser enviados para propagare@camporeal.edu.br. Os trabalhos devem ser digitados em editor de texto, com o mínimo de 10 laudas não devendo ultrapassar 30 laudas, incluindo as referências, ilustrações, quadros, tabelas, gráficos, apêndices e anexos.
- Os gráficos, bem como figuras e desenhos não devem ser coloridos.
- Deve-se utilizar fonte Arial 11 para o texto e Arial 9 para as citações longas

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	129-132	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	---------	----------------

- (mais de três linhas), as notas de rodapé, legendas das ilustrações e/ou tabelas.
- O texto deve ser digitado com espaçamento 1,5 entre linhas.
 - Citações longas (mais de três linhas), as notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e/ou tabelas, devem ser digitadas em espaço simples.
 - As margens superior e esquerda devem ser de 3 cm e inferior e direita de 2 cm.
 - O parágrafo recomendado é de 2 cm a partir da margem esquerda e justificado.
 - Junto ao texto enviado, deverão constar, obrigatoriamente: título do trabalho, nome completo de cada autor, com informações referentes à qualificação acadêmica mais alta, ocupação e vinculação profissional atual, endereço eletrônico e endereço completo para contato.
 - Deverão ser encaminhados à Faculdade Campo Real os documentos devidamente preenchidos quanto a autorização de publicação e concessão dos direitos autorais à PROPAGARE (anexo A)

3 ESTRUTURA DO ARTIGO

O artigo deverá seguir a seguinte estrutura, com os elementos, conforme NBR 6022 da ABNT: Pré-textuais: Título e subtítulo (se houver) na língua do texto e em inglês, Nome (s) do(s) autor (es), Resumo, Palavras-chave; Textuais: Introdução, Desenvolvimento, Conclusão; e Pós-Textuais: Abstract (Resumo em inglês), Keywords (Palavras-chave em inglês), Nota(s) Explicativa(s) (Nota (s) em inglês), Referências.

4 AUTORES

Indica-se o(s) autor(es) à direita, fazendo referência em rodapé de breve currículo que o(s) qualifique na área de conhecimento do artigo e endereço eletrônico, indicados pelo uso de asterisco (*).

O mesmo procedimento deve ser adotado para apresentar o nome do(a) orientador(a) (**), caso seja um trabalho originado num curso.

Exemplo:

Fulana Siclana *
Fulano de Tal **

Na nota de rodapé:

* Professora Orientadora. Doutora em Agronomia/Citopatologia, Universidade Federal de Lavras-MG. (fulana@email.com).

** Graduado em Administração pela Faculdade Campo Real. Pós-graduando em nível de Especialização: Administração de Empresas, Faculdade Campo Real. (fulano@email.com.br).

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	129-132	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	---------	----------------

5 RESUMO

Resumo de no máximo 250 palavras, na língua do texto conforme a NBR 6028 da ABNT.

6 PALAVRAS-CHAVE NA LÍNGUA DO TEXTO

Deve figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão Palavras-chave, separadas entre si e finalizadas por ponto e iniciadas com letra maiúscula. Deve ter entre 4 a 6 palavras-chave.

7 ELEMENTOS TEXTUAIS E PÓS-TEXTUAIS

São elementos textuais: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.

São elementos pós-textuais: Título, e subtítulo (se houver) em língua estrangeira, Abstract (Resumo em inglês), Keywords (palavras-chave), Nota(s) Explicativa(s), Referências, Glossário (opcional), Apêndice(s) (opcional), Anexo(s) (opcional).

8 TÍTULO, AUTOR, RESUMO E PALAVRAS-CHAVE EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Seguem as mesmas normas para versão em português. Fica para Resumo: Abstract e para Palavras-chave: Keywords.

9 NOTAS EXPLICATIVAS

A numeração das notas explicativas é feita em algarismos arábicos (1, 2, 3 ...), devendo ser consecutiva para todo o artigo. Não se inicia a numeração a cada página.

10 REFERÊNCIAS

Devem ser listados em ordem alfabética no final do texto, alinhadas à esquerda com o título REFERÊNCIAS todos os documentos consultados para elaboração do artigo. Utilizar a NBR 6023 da ABNT para elaboração das Referências.

11 CITAÇÕES

As citações do texto devem ser normalizadas, conforme a NBR 10520 da ABNT e referenciadas no final do texto, no sistema de chamada autor-data.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	129-132	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	---------	----------------

12 RESENHAS

Para publicações de resenhas elas devem ter entre 2 a 6 páginas, e vir com título e nome do autor da resenha e referência bibliográfica da obra resenhada. No estilo segue as mesmas orientações de publicações de artigos.

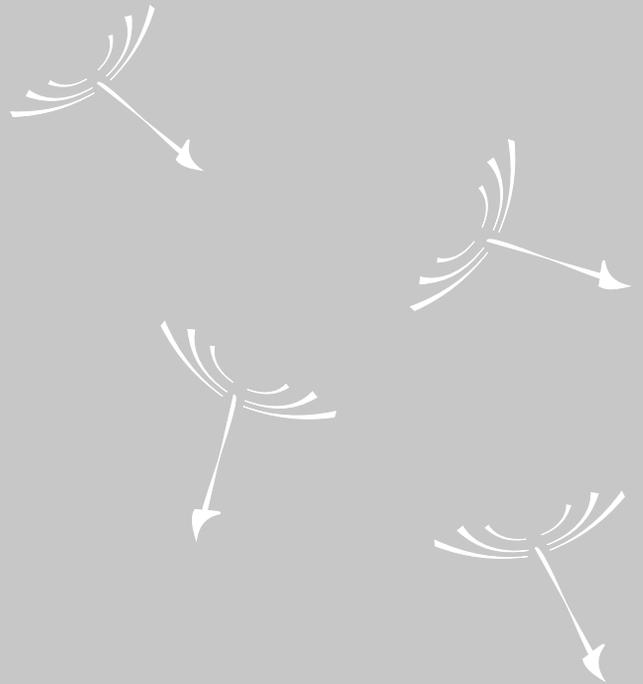
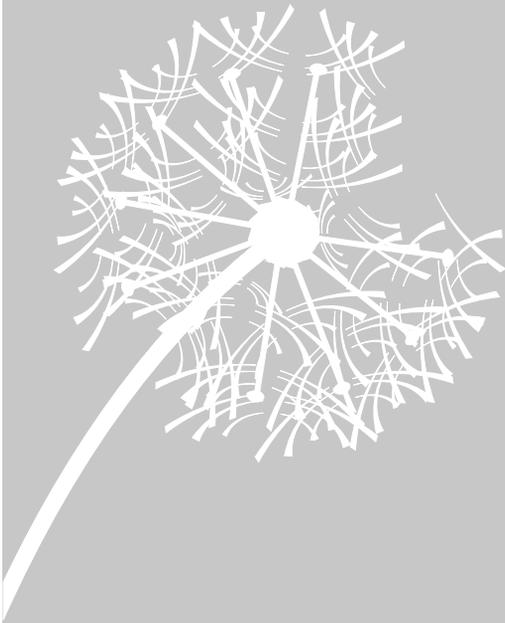
13 AUTORIZAÇÕES DE PUBLICAÇÃO E CONCESSÃO DOS DIREITOS

Para que o artigo seja publicado faz-se necessário o preenchimento do documento em anexo (Anexo A) por todos os autores do material (cada autor preenche o seu documento) e o envio dele por e-mail à PROPAGARE (propagare@camporeal.edu.br) e encaminhamento por correio do documento assinado ao endereço:

PROPAGARE: Revista científica da Faculdade Campo Real
Rua Barão de Capanema, 721, Santa Cruz.
Guarapuava-PR, CEP: 85015-420.

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	129-132	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	---------	----------------





ANEXOS/*ANNEXES*

ANEXO A: AUTORIZAÇÃO E CONCESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

DADOS DO AUTOR			
Nome Completo			
Rua		Número:	
Complemento		Bairro:	
Cidade e Estado		CEP:	
Data Nascimento		CPF:	
E-mail			
FORMAÇÃO ACADÊMICA			
Graduação:	(Colocar o curso)	LOCAL:	(Instituição que obteve a formação)
Pós-graduação	(Colocar o curso)	LOCAL:	(Instituição que obteve a formação)
Mestrado:	(Colocar o curso)	LOCAL:	(Instituição que obteve a formação)
Doutorado:	(Colocar o curso)	LOCAL:	(Instituição que obteve a formação)
Curriculum lattes	(Inserir o link do curriculum lattes)		
Instituições	(Inserir o nome das instituições que presta serviços)		

AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

À revista PROPAGARE:

Título do Artigo: (Colocar o título do artigo)

O(s) autor(es) do presente trabalho se compromete(m) a cumprir as seguintes normas: (Inserir o nome completo dos autores do artigo separados por vírgula).

1) Todos os autores relacionados acima participaram do trabalho e responsabilizam-se publicamente por ele.

2) Todos os autores revisaram a forma final do trabalho e o aprovam para publicação na Revista PROPAGARE.

3) Este trabalho, ou outro substancialmente semelhante em conteúdo, não foi publicado, nem está sendo submetido a outro periódico ou foi publicado como parte de livro.

4) O(s) autor(es) concordam em ceder os direitos autorais do artigo à Revista PROPAGARE e a reprodução total ou parcial do mesmo em outras publicações requer a autorização por escrito dos diretores da revista.

CONCESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Eu, [nome, endereço, RG e CPF do autor], doravante denominado autor, elaborou o original do artigo “.....” (nome do artigo), e por ser titular da propriedade literária do mesmo e em condições de autorizar a edição de

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	135-136	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	---------	----------------

seu trabalho, concede à PROPAGARE permissão para comercializar, editar e publicar o citado artigo impresso em papel ou *on line* na Internet, na PROPAGARE, em número e volume ainda a serem definidos pelo Conselho Editorial da PROPAGARE. Essa concessão não terá caráter de ônus algum para o Conselho Editorial da Revista PROPAGARE, ou seja, não será necessário o pagamento em espécie alguma pela utilização do referido material, tendo o mesmo o caráter de colaboração.

O autor compromete-se a assegurar o uso e gozo da obra à Revista PROPAGARE, que poderá explorá-la com exclusividade nas edições que fizer e compromete-se também a não autorizar terceiros a transcreverem ou traduzirem parte ou totalidade da obra sem expressa autorização da Revista PROPAGARE, cabendo ao infrator as penas da legislação em vigor.

A PROPAGARE compromete-se a entregar uma revista ao autor, caso o artigo seja publicado.

O autor tem ciência de que:

A publicação desta obra poderá ser recusada caso o Corpo Editorial da Revista PROPAGARE, responsável pela seleção dos artigos, não ache conveniente sua publicação, seja qual for o motivo, sendo que este cancelamento não acarretará responsabilidade de espécie alguma e nem a qualquer título por parte do Conselho Editorial da Revista PROPAGARE;

Os Editores da Revista PROPAGARE, reservam-se o direito de modificar o texto, quando necessário, sem prejudicar seu conteúdo, com o objetivo de uniformizar a apresentação.

_____/_____
Local / Data

Assinatura do autor

Propagare	Guarapuava	v. 1	n. 2	135-136	jul./dez. 2011
-----------	------------	------	------	---------	----------------